

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras



# **Relativismo Semântico – Além de o Minimalismo e Contextualismo**

Diogo Ferreira Codinha dos Santos

**Dissertação**  
**Mestrado em Filosofia – 2º Ciclo**  
2014

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras



# **Relativismo Semântico – Além de o Minimalismo e Contextualismo**

Diogo Ferreira Codinha dos Santos

**Dissertação orientada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora M<sup>a</sup> Adriana Silva Graça**

**Mestrado em Filosofia – 2º Ciclo**

2014

## **Agradecimentos**

Utilizarei a presente secção para agradecer, sem excepção, a todos aqueles que fizeram com que o meu percurso de Mestrado se pudesse realizar.

Agradeço em particular à Professora Doutora M<sup>a</sup> Adriana Silva Graça pela sua orientação, sugestões, ajuda sempre pronta e entusiasmo contagiante. Sem o seu contributo a presente dissertação não teria adquirido forma.

Agradeço à Professora Doutora Cristina Beckert pelas suas palavras sábias e sugestões; das quais sentirei muita saudade.

Agradeço aos colegas de pós-graduação que em acompanharam nas cadeiras de Seminário de Investigação I e Seminário de Investigação II do ano lectivo de 2013/14. Agradeço a sua amizade e empatia.

Agradeço aos colegas membros do grupo *Argument Clinic* que muito me ajudaram com as suas críticas construtivas e certeiras.

Por último, agradeço à minha família. Aos meus pais, por todo o apoio. À minha esposa e aos meus filhos pela inspiração e amor que, mesmo não o sabendo, me transmitem diariamente. Dedico a presente dissertação a eles.

## Resumo

Uma das disputas mais interessantes e vivas actualmente no âmbito da Filosofia da Linguagem é a disputa entre Minimalismo Semântico (MS) e Contextualismo Semântico (CS). Essa disputa aparentemente está relacionada com o que determina o conteúdo da elocução ou as suas condições de verdade.

Demonstrarei num primeiro momento que essa disputa é meramente verbal e que a discussão entre MS e CS não tem qualquer cariz substantivo; ou seja, a divergência reside no facto de ambas as posições usarem a mesma noção fundamental de modo distinto, adoptando noções de conteúdo vero-condicional e de Semântica divergentes.

Após defender que a discussão entre MS e CS é infrutífera, procurarei defender uma alternativa teórica que permita de forma substantiva opôr-se ao MS e ao CS, embora diferentemente; designarei essa alternativa por Relativismo Semântico (RS). O RS permitirá essa oposição, uma vez que não está comprometido com qualquer noção particular de conteúdo vero-condicional ou Semântica e, assim, pode perfeitamente dialogar com as posições minimalistas e contextualistas. Qualquer que seja a noção de conteúdo vero-condicional adoptada, o RS possuirá como sua tese principal que as condições de verdade de uma asserção só são determináveis mediante o recurso a um sistema de aferição das mesmas.

Pretendo relançar uma das disputas mais populares no âmbito da Filosofia da Linguagem, redireccionando-a, para que a mesma não se resuma a uma discussão acerca do que é semanticamente relevante ou irrelevante, mas para que seja acerca de como é o conteúdo vero-condicional determinado; a questão que realmente importa.

**Palavras-chave:** conteúdo vero-condicional, relativismo semântico, sistema de aferição, contextualismo semântico, minimalismo semântico.

## **Abstract**

One of the most interesting disputes in philosophy of language is the dispute between Semantic Minimalism (SM) and Semantic Contextualism (SC). This dispute is apparently related with what determines the content of a given utterance or its truth conditions.

Firstly I intend to show that the discussion between SM and SC is insignificant, merely verbal. I am going to argue for the dispute really being about the different use of the same fundamental concepts, where each theory uses vero-conditional content and semantics differently.

After arguing for the discussion between SM and SC being merely verbal, I intend to present an alternative theory that is going to oppose significantly to both SC and SM; I am going to call such theory Semantic Relativism (SR). With SR it will be possible such opposition, since it is not committed with any particular conception of vero-conditional content nor of semantics and, thus, it may discuss with the minimalist and contextualist approaches, albeit differently. In spite of the particular notion of vero-conditional content that one chooses to use, SR has as its fundamental thesis the idea that the truth-conditions of any utterance have to be assessed relatively to a specific assessment system in order to be determined.

Hence, I intend to revive one of the most popular disputes in Philosophy of Language by redirecting it as a dispute, not about what is semantic relevant or irrelevant, but instead concerning what contributes to determine the vero-conditional content of an utterance; the problem that truly matters.

**Keywords:** vero-conditional content, semantic relativism, assessment system, semantic contextualismo, semantic minimalism.

## Índice

1.	Introdução.....	- 3 -
1.1.	Breve esclarecimento terminológico e de objecto .....	- 3 -
1.2.	Apresentação do problema em mãos .....	- 4 -
2.	O Estado da Arte .....	- 10 -
2.1.	Breve nota introdutória ao capítulo .....	- 10 -
2.2.	A investigação de o que é dito – dois paradigmas .....	- 10 -
2.3.	Uma caracterização genérica do Minimalismo Semântico (MS) .....	- 13 -
2.4.	Uma caracterização genérica do Contextualismo Semântico (CS)....	- 16 -
2.5.	A putativa disputa entre MS e CS.....	- 23 -
2.5.1.	Sentido literal .....	- 33 -
2.5.2.	Modulação.....	- 35 -
2.5.3.	Indexicalidade e saturação .....	- 37 -
2.5.4.	Constituintes inarticulados .....	- 40 -
2.5.5.	Composicionalidade .....	- 42 -
3.	A disputa que não o é .....	- 47 -
3.1.	Breve nota introdutória ao capítulo .....	- 47 -
3.2.	O conteúdo: dois conceitos .....	- 47 -
3.2.1.	CrITÉrio de identificação do conteúdo semântico: uma crítica .....	- 55 -
3.2.2.	O lugar de o que é dito: uma crítica .....	- 61 -
3.2.3.	Dois concepções sobre a distinção Semântica / Pragmática.....	- 67 -
3.2.4.	Dois programas de investigação.....	- 68 -
3.3.	Tão-só impressão de uma disputa .....	- 71 -
3.4.	Condições para uma disputa significativa .....	- 74 -
4.	Relativismo Semântico (RS) .....	- 77 -
4.1.	Breve nota introdutória ao capítulo .....	- 77 -
4.2.	Uma primeira caracterização do RS .....	- 78 -

4.3.	O papel do sistema de aferição .....	- 82 -
4.4.	Contribuição para uma disputa significativa.....	- 89 -
4.4.1.	Sistema de aferição e conteúdo semântico .....	- 90 -
4.4.2.	Sistema de aferição e o que é dito .....	- 94 -
5.	Conclusão .....	- 102 -
5.1.	Inconseqüências de uma disputa aparente .....	- 102 -
5.2.	A importância de reabilitar a discussão .....	- 103 -
	Referências Bibliográficas .....	- 105 -

## 1. Introdução

### 1.1. Breve esclarecimento terminológico e de objecto

Irei identificar os exemplos onde recorrerei a frases-tipo com numeração romana minúscula (e.g. (i) frase-tipo). A formulação do conteúdo vero-condicional de asserções dessas mesmas frases-tipo será identificada em numeração árabe (e.g. (1) conteúdo vero-condicional da asserção).

Por Minimalismo Semântico terei em mente uma certa modalidade de Minimalismo Semântico modelada a partir da versão de minimalismo advogada por Cappelen e Lepore, especialmente, na sua obra conjunta *Insensitive Semantics – A defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism*. Apesar de grande parte do advogado por Cappelen e Lepore ser comum a outras formas e modalidade de minimalismo, há algumas diferenças com outras versões minimalistas.

Por Contextualismo Semântico terei em mente uma modalidade de contextualismo moderada, com inspiração na teoria desenvolvida por Recanati e intitulada pelo próprio de *Truth-conditional Pragmatics*.

Vejo-me forçado a restringir o modo como irei usar Minimalismo Semântico e Contextualismo Semântico às suas modalidades, discutivelmente, mais influentes, porque há inúmeras versões, cada uma com as suas características diferenciadoras, em ambas as correntes teóricas. Tentarei, não obstante, recorrer a caracterizações genéricas das teorias de modo a descrever os elementos comuns a cada uma das modalidades inscritas nas respectivas correntes teóricas. Todavia, admito que em muitos casos tal não será possível.

É ainda de salientar a existência de uma divergência, relacionada com a imensidão de modalidades contextualistas e de modalidades minimalistas, na compartimentação de teorias como contextualista ou minimalista<sup>1</sup>. Não pretendo resolver com a presente dissertação esse tipo de diferendos; apesar de considerar que o Minimalismo Semântico e Contextualismo Semântico têm teses suficientemente diferenciadoras de modo a desenhar uma fronteira entre ambas as teorias, ainda que difusa, por vezes.

---

<sup>1</sup> Um exemplo disso mesmo é a versão minimalista/contextualista de Jason Stanley.

Para Cappelen e Lepore é um exemplo de contextualismo [Cf. Cappelen & Lepore (2005b)]; para Recanati é um exemplo de minimalismo [Cf. Recanati (2004, 2011)]. Mas também Recanati e Cappelen & Lepore não são imunes a essa divergência de participação [Cf. Cappelen & Lepore (2005b) – onde Recanati é contextualista radical] e [Cf. Doerge (2010) – onde a *Semântica insensível* de Cappelen e Lepore é apenas uma forma muito moderada de contextualismo].

Finalmente, o uso (em itálico) de *conteúdo semântico* e de *o que é dito* indica que estou a usar esses dois termos como sendo a versão minimalista da noção de conteúdo vero-condicional e como sendo a versão contextualista de conteúdo vero-condicional, respectivamente.

## 1.2. *Apresentação do problema em mãos*

As frases, mesmo quando em uso, nada indicam acerca do seu valor de verdade. O mero facto de uma frase ser usada não faz com que a mesma, por causa de tal facto, expresse uma verdade ou uma falsidade. Nesse registo, a asserção não expressa algo que apenas por análise e combinação dos constituintes da frase asseverada permita determinar o seu valor de verdade<sup>2</sup>. Tal é nítido na análise de afirmações informativas em situações contrafactuais.

- (i) Cavaco Silva sentiu-se indisposto por ocasião do seu discurso do 10 de Junho.

Desconhecendo os acontecimentos que se desenrolaram durante o discurso do actual presidente nacional, não é possível dizer (com um mínimo de fundamento) se (i) expressa algo verdadeiro ou se expressa algo falso. Apenas sabendo que Cavaco Silva (de facto) sofreu uma indisposição enquanto discursava no âmbito do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, será possível dizer que (i) expressa uma verdade. Mais, (i) poderia muito bem expressar algo falso, para tal sobejaria Cavaco Silva não ter tido qualquer indisposição aquando do seu discurso pelo 10 de Junho<sup>3</sup>.

O exemplo mostra que a mera análise da asserção ou da frase em uso, a análise dos seus constituintes compostos ou combinados de uma certa maneira, não é suficiente para averiguar se a mesma é verdadeira ou falsa. O confronto com aquilo que é o caso, a realidade, os factos, o estado de coisas no mundo... – de acordo com a preferência terminológica de cada um – é necessário para que a asserção se possa dizer verdadeira ou falsa. Tal indica que o conteúdo de uma asserção, por si só, não se pode dizer nem

---

<sup>2</sup> Estou a excluir desta afirmação e de afirmações subsequentes juízos analíticos. Não irei também aqui discutir se há algum tipo de problema com a noção de analiticidade. Assim, terei em mente apenas juízos informativos ou sintéticos, evitando polémicas desnecessárias.

<sup>3</sup> Para tal também bastaria que Cavaco Silva não tivesse discursado nesse dia. Se o discurso não tem ocorrido, a indisposição de Cavaco Silva, mesmo que ocorrendo no mesmo dia e à mesma hora, não teria sido por ocasião do seu discurso, fazendo com que (i) expresse uma falsidade.

verdadeiro nem falso. Apenas se pode dizer verdadeiro ou falso, após o confronto com aquilo que é o caso – o que quer que tal seja.

Mas o que permite confrontar o conteúdo de determinada asserção com um determinado estado de coisas?

Tal só é explicável se o conteúdo de uma asserção permitir que, mediante o confronto com a realidade, a asserção se possa dizer verdadeira ou falsa, consoante a conclusão desse confronto. É então líquido que o que provoca tal fenómeno é, de acordo com a composição dos constituintes de uma asserção (ou da frase asseverada), que o seu conteúdo permite identificar em que condições essa mesma asserção é verdadeira ou falsa; visto apenas assim ser explicável que, por um lado, a asserção se possa dizer verdadeira ou falsa, consoante o estado de coisas no mundo e, por outro lado, (aparentemente) a análise linguística da asserção permite perceber em que circunstâncias a mesma será verdadeira ou falsa. Portanto, o que quer que seja que seja o conteúdo da asserção, esse mesmo conteúdo informará qualquer ouvinte das condições em que essa mesma asserção é verdadeira ou falsa.

Aparenta, pelo que foi mencionado acima, que as condições de verdade de uma asserção, ou o seu conteúdo, é determinado unicamente pela combinação entre os constituintes da asserção. Poder-se-á alegar que qualquer ouvinte tem a capacidade de, ao compreender determinada asserção, calcular as condições de verdade dessa mesma asserção e de que tal facto é um forte indicativo de que a mera compreensão do significado dos elementos linguísticos que são parte da asserção é suficiente para que a identificação das condições de verdade ocorra com sucesso. No entanto, não é de todo claro que assim o seja, havendo mesmo exemplos que indicam o contrário. Note-se que tal facto não implica que (a) em certos casos não haja um aspecto extralinguístico que determine ou que participe na determinação das condições de verdade de uma asserção ou (b) que o significado convencional dos constituintes da asserção seja suficiente para determinar as condições de verdade dessa mesma asserção; i.e. não é líquido que mais elementos não participem dessa determinação. Aliás, é perfeitamente visível a ocorrência de (a) e (b) em casos como:

(ii) [eu] Voto em Cavaco Silva amanhã.

Percebe-se, pela simples compreensão dos constituintes de (ii), que, para identificar as condições de verdade de (ii), é necessário o recurso a elementos

extralinguísticos, ao contexto em que a asserção ocorre. Apenas após a identificação do falante – o indivíduo designado por ‘eu’, aquele que votará em Cavaco Silva – e após a identificação do momento ou dia da elocução é possível determinar as condições de verdade de (ii). Ora, esses elementos contextuais não são de modo algum linguísticos. Apenas sabendo quem e quando o indivíduo profere a elocução, saber-se-á em que condições será verdadeiro ou falso (ii), i.e. saber se esse mesmo indivíduo votará ou não após o dia em que tal afirmação foi feita.

Ora, qualquer asserção composta por termos sensíveis à variação de contexto [apenas analisáveis mediante o contexto da elocução] carece do contributo de elementos extralinguísticos para que as suas condições de verdade possam ser definidas ou identificadas. Portanto, mesmo para a definição das condições de verdade das asserções, pelo menos por vezes, é necessário o contributo do contexto em que a elocução da frase ocorre. A questão em disputa não se coloca sobre se o contexto contribuirá para a definição do conteúdo vero-condicional da asserção, mas antes sobre qual a causa desse contributo ocorrer. Há duas grandes opções: ou ( $\delta$ ) o contributo do contexto ocorre por o significado convencional dos constituintes da frase asseverada assim o obrigar ou ( $\lambda$ ) o contributo do contexto ocorre livremente, sem qualquer causa linguística. De um modo ainda excessivamente simplificado, o âmago da discussão entre minimalismo e contextualismo situar-se-á aí.

O problema maior desta disputa – como procurarei mostrar ao longo dos capítulos dois e três da presente dissertação – é que a explicação utilizada para qual a causa de o contexto contribuir, mesmo que em apenas alguns casos, para a determinação do conteúdo vero-condicional da asserção assenta num mero diferendo entre o que é o conteúdo vero-condicional – se é *o que é dito*; i.e. se é algo que, por meio da sua definição, permite que o contributo do contexto seja inteiramente de natureza pragmática e que, mesmo não o sendo necessariamente, o contexto (ou processos pragmáticos mandatados linguisticamente) contamina largamente a determinação do conteúdo vero-condicional de asserções, ou se o conteúdo semântico é algo que, por virtude da sua definição, apenas poderá ser determinado, mesmo que contextualmente, por (à falta de melhor expressão, de menor pendor político) mandato linguístico<sup>4</sup>, em

---

<sup>4</sup> Com a expressão “por mandato linguístico” pretendo passar a ideia de que o contributo contextual ocorre por causa do significado convencional dos constituintes da asserção, no caso de (ii) devido ao significado (ou carácter, utilizando um termo de Kaplan) dos termos sensíveis ao contexto que são parte da frase asseverada.

alguns casos pontuais. Se a discussão assentar nestes trâmites, então a mesma é de natureza inteiramente verbal, e não é substantiva.

No entanto, o que agrava ainda mais a pertinência da discussão, para além da sua natureza verbal, é que as fundações onde supostamente assenta não existem. Quero com isso dizer que a própria adopção de uma determinada noção de conteúdo vero-condicional determina o nosso lugar na disputa, se do lado minimalista se do lado contextualista. Dito de outro modo, a adesão aos pressupostos de qualquer uma das teses, minimalista ou contextualista, implicará automaticamente a rejeição da tese supostamente concorrente; a noção de conteúdo adoptada já é comprometedora com uma das posições em discussão. Tal significa que o problema da insignificância da disputa implica que genuinamente não haja disputa.

Poder-se-á, ainda assim, dizer que a discussão se situa acerca de qual o tipo de noção de conteúdo vero-condicional que é mais adequada utilizar (poder-se-á dar o caso de essa discussão ser perfeitamente válida e substantiva, poderá ser que uma das noções de conteúdo vero-condicional em relação à outra tenha maior legitimidade, maior escopo explicativo, maior relevância, e a discussão ser de natureza empírica, apesar de se encontrar centrada em qual a noção mais apropriada a adoptar). O primeiro problema com essa estratégia é que a discussão tem supostamente a ver com o modo como é determinado o conteúdo vero-condicional de uma asserção e não com a noção mais pertinente de conteúdo vero-condicional. Logo, seria, parece-me, já de si problemático para a pertinência da discussão, caso a mesma fosse uma discussão sobre algo que não aquilo que inicialmente estaria em debate, a determinação do conteúdo vero-condicional de asserções. Acrescenta à grandeza desse problema, como procurarei mostrar na terceira parte da presente dissertação, que a possibilidade de apresentação de argumentos viáveis que justifiquem empiricamente a adopção de uma noção de conteúdo vero-condicional adequada é impedida por um diferendo terminológico com repercussões em toda a disputa, determinando também o que é empiricamente relevante para essa disputa. Ora, como procurarei mostrar, a mera adopção de uma determinada noção de conteúdo vero-condicional implica a rejeição da posição supostamente concorrente; assim, o debate entre minimalismo e contextualismo parece ser uma *conversa entre surdos*. Não há debate, não há diálogo, apenas duas posições onde os potenciais argumentos empíricos são automaticamente rejeitados devido a restrições terminológicas.

Essa é a minha motivação para lançar uma alternativa teórica que permita reabilitar a disputa com os contornos com que era suposto existir, acerca do modo como é determinado o conteúdo vero-condicional de uma asserção. Para tal teria duas alternativas: ( $\alpha$ ) propor uma alternativa teórica que se baseasse numa noção de conteúdo neutra ou imparcial; ( $\beta$ ) propor uma alternativa teórica que não estivesse comprometida com uma noção de conteúdo em particular, que fosse compatível com ambas.

A alternativa ( $\alpha$ ) parece-me ser uma tarefa hercúlea. Não me parece propriamente exequível criar uma noção de conteúdo vero-condicional neutra ou imparcial. Afirmo tal por uma simples razão, qualquer noção de conteúdo vero-condicional implicará uma determinada visão daquilo que é de cariz semântico, daquilo que pertence à Semântica. Logo, a noção de conteúdo vero-condicional usada nunca é neutra, porque está dependente de uma concepção particular de semântica. É essa concepção particular de Semântica que é a razão última para que defenda que a discussão entre minimalismo e contextualismo é essencialmente verbal.

Assim, a alternativa ( $\beta$ ) será a única verdadeiramente viável. A ideia passará, portanto, por sugerir uma alternativa teórica, que designarei por Relativismo Semântico, que não dependa de uma determinada noção particular de conteúdo vero-condicional nem de Semântica e que possa discutir tanto com o Minimalismo, como com o Contextualismo. No entanto, as disputas ocorrem com contornos totalmente distintos e não é possível efectuar a transposição entre uma disputa e outra. Trata-se de uma consequência da ideia de que o Minimalismo e o Contextualismo não estão a falar acerca do mesmo. Assim, o diálogo entre o Relativismo e o Minimalismo não será acerca do mesmo que o diálogo entre o Relativismo e o Contextualismo – serão independentes um do outro – o objecto acerca do qual a divergência irá ocorrer é diferente nos dois casos.

Não pretendo, no quarto capítulo onde apresentarei a alternativa relativista, apresentar igualmente fortes razões que suportem a mesma teoria. O meu objectivo é tão-só a apresentação de uma teoria viável e coerente que possa discutir acerca do que contribui para determinar o conteúdo vero-condicional de asserções diferenciadamente com minimalistas e com contextualistas. Será muito interessante, porém, explorar algumas das vantagens relativamente à explicação de alguns fenómenos comunicacionais, como o desentendimento linguístico, de uma teoria relativista. Não pretendo fazê-lo aqui, por ultrapassar o escopo do propósito desta dissertação.

Começarei, no capítulo seguinte, por descrever o Estado da Arte e de explicar os contornos do que será a disputa entre Minimalismo Semântico e Contextualismo Semântico, caracterizando essas duas teorias, quanto aos seus traços fundamentais.

## 2. O Estado da Arte

### 2.1. *Breve nota introdutória ao capítulo*

O presente capítulo serve o propósito de explicitar o que supostamente está em causa com a disputa entre minimalismo e contextualismo. Para tal, iniciarei o capítulo caracterizando genericamente cada uma das posições em disputa e, posteriormente, descreverei com maior detalhe a disputa, salientando também as noções fundamentais que estão na base da discussão.

O objectivo é duplo: mostrar, por um lado, os supostos contornos e fundamentos da discussão; por outro lado, descrever de modo ainda muito introdutório alguns aspectos do diferendo entre minimalistas e contextualistas; alguns deles que poderão desde logo indicar que esse diferendo não é substantivo, mas antes verbal. Aspectos que serão essenciais também para a compreensão do capítulo seguinte.

### 2.2. *A investigação de o que é dito – dois paradigmas*

A tradição analítica na Filosofia da Linguagem tem início com o projecto de clarificação das linguagens naturais recorrendo à análise formal de o que é dito ou de o que é expresso por uma frase. Essa tradição logicista assumia que as propriedades semânticas da linguagem formal poderiam explicar as propriedades fundamentais das linguagens naturais.

Esta abordagem, com representantes como Frege, Russell, Carnap..., é colocada em causa por filósofos como Austin, Strawson, o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas...*, que desenvolvem uma abordagem centrada na linguagem em uso, sobretudo focada na descrição dos fenómenos da linguagem natural; ou seja, no que os falantes fazem com a linguagem. A motivação desta abordagem é que, apesar de uma frase expressar um dado sentido, quando ainda por usar, independentemente do contexto de uso portanto, é apenas no contexto do acto de fala que é expresso algo cujas condições de verdade possam ser avaliadas.

Estas abordagens distintas, até Grice, eram vistas como diametralmente opostas e concorrente. É Grice que as unifica como complementares e separa o conteúdo

semântico da asserção de uma frase, ou o que é dito, de o que o falante quer dizer com asserção dessa frase (implicatura conversacional)<sup>5</sup>.

É nesse registo que é desenhada a fronteira entre Semântica e Pragmática. À Semântica não pertenceria a investigação dos factores intencionais presentes nas linguagens naturais – o que o falante quer dizer. Esse aspecto faria parte da área de investigação da Pragmática. A Semântica, pelo contrário, deveria debruçar-se, entre outros elementos, sobre o que é dito ou o conteúdo semântico da asserção. É assim que as abordagens, anteriormente vistas como concorrentes, a abordagem formalista e a abordagem centrada no uso da linguagem são unificadas e passam a ser vistas como complementares.

Ainda hoje podemos dizer que a distinção griceana entre o que é dito e o que é implicado vigora em larga medida e influenciou grande parte da investigação contemporânea em Filosofia da Linguagem. A ideia de que, muitas das vezes, provavelmente na maior parte dos casos, os falantes dizem mais do que aquilo que a frase por eles utilizada diz é uma ideia indisputável.

Um mero exemplo disso mesmo: quando Miguel Sousa Tavares diz que ‘Cavaco Silva é um palhaço’ não está a dizer que Cavaco Silva tem uma determinada ocupação circense. Está a utilizar o adjectivo ‘palhaço’ num sentido pejorativo e figurado. Facilmente entendemos a asserção de Miguel Sousa Tavares, sabendo que Cavaco Silva tem a ocupação de Presidente da República Portuguesa e não a de palhaço, como uma asserção na qual Miguel Sousa Tavares está a associar Cavaco Silva a uma determinada propriedade inerente à ocupação dedicada à palhaçada; nomeadamente, a propriedade de ser ridículo. É por a elocução de Miguel Sousa Tavares assim ser entendida que a mesma poderá ter consequências criminais e que terá levado a que o nosso Presidente da República tenha movido um processo criminal contra o escritor/comentador televisivo Miguel Sousa Tavares. É óbvio que a interpretação literal de o que Miguel Sousa Tavares disse leva a que a sua asserção seja falsa; Cavaco Silva não tem a ocupação indicada por Miguel Sousa Tavares, a de ser palhaço; mas é igualmente óbvio que o que é implicado no uso da frase tem consequências na sua compreensão – devidamente comprovado pelas suas ramificações jurídicas.

Ora, as implicações que o uso da frase por parte dos falantes acarreta são, seguindo Grice, questões pragmáticas, sem qualquer influência na esfera da área

---

<sup>5</sup> Cf. Grice (1975).

semântica. Como a área semântica é comumente associada às condições de verdade das frases asseveradas, então o que é implicado com o uso da frase do exemplo não produz qualquer consequência relevante nas condições de verdade resultantes do que a frase expressa. Portanto, em certa medida, ambas as áreas de investigação – Semântica e Pragmática – têm uma fronteira definida que filtra o grau de intromissão especialmente de elementos pragmáticos na Semântica.

A posição contextualista, herdeira da noção griceana de o que é dito e herdeira da abordagem centrada no uso da linguagem, vem colocar em causa essa distinção entre Pragmática e Semântica e a distinção entre o que é dito e o que é implicado. Nesse sentido, o debate entre contextualistas e minimalistas é herdeiro do debate entre a abordagem formalista da linguagem e abordagem centrada no uso da linguagem.

Obter-se-ia assim duas abordagens distintas acerca do conteúdo vero-condicional assertivo<sup>6</sup>:

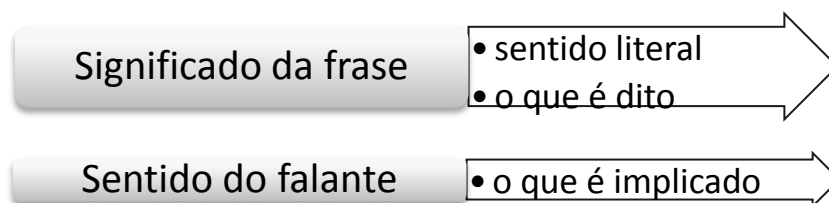


Fig. 1

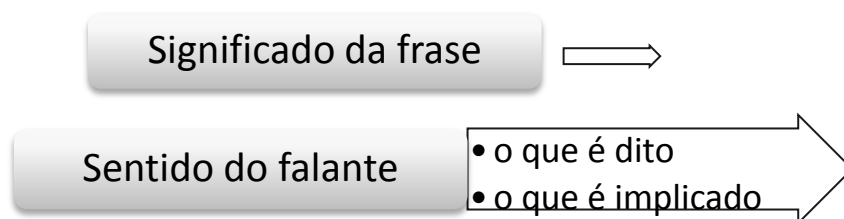


Fig. 2

O esquema identificado como Fig. 1 mostra o modo minimalista de catalogar o que é dito ou o conteúdo vero-condicional da asserção da frase. O conteúdo vero-condicional assertivo pertencerá ao campo do significado da frase, e o que é implicado com o uso da frase deve-se inteiramente a elementos intencionais sem intromissão no conteúdo vero-condicional da asserção. Dito de outra forma, há uma fronteira definida, que não difere substancialmente da fronteira griceana, entre Semântica e Pragmática.

<sup>6</sup> Cf. Recanati (2004: 6).

De acordo com o esquema Fig. 2, no quadro contextualista, o conteúdo vero-condicional da asserção pertence à área do sentido do falante, ou seja, elementos intencionais podem ser relevantes na determinação do conteúdo vero-condicional assertivo. Nesse sentido, o que é dito está mais próximo do que é implicado do que propriamente do significado da frase. A fronteira entre Semântica e Pragmática apresenta-se indefinida ou, pelo menos não ocorre nos mesmos termos do que para o Minimalismo Semântico, uma vez que, de acordo com o modelo Contextualista Semântico, o conteúdo vero-condicional está sujeito a efeitos pragmáticos.

Estas abordagens distintas acerca do lugar a que pertence o que é dito ou o conteúdo vero-condicional de asserções de frases permitem que tenhamos dois modelos paradigmas no que se refere à investigação acerca dos fenómenos linguísticos. Para o contextualismo essa investigação deverá incidir primeiramente no uso que os falantes fazem da linguagem – na medida em que o que é dito é uma parte do sentido do falante. Por outro lado, como o que é dito, para o minimalista, resulta do que a frase expressa, do seu significado, independentemente do seu uso, a investigação deverá iniciar-se no campo formal. A divergência entre Minimalismo Semântico e Contextualismo Semântico inicia-se, portanto, com uma divergência acerca de dois modelos de investigação acerca de o que é dito.

### 2.3. *Uma caracterização genérica do Minimalismo Semântico (MS)*

Nesta secção pretende-se simplesmente apresentar uma caracterização genérica do MS. Não procurarei explorar as incontáveis modalidades de MS, mas apenas oferecer uma ideia geral acerca do que distingue esta posição do contextualismo.

O MS caracteriza-se pela defesa da tese de que o conteúdo de uma asserção é determinado pelo conteúdo semântico expresso pela frase. Portanto, o conteúdo vero-condicional da asserção é produto do que a frase expressa, da combinação dos seus constituintes; o contexto não desempenhará qualquer função relevante na identificação desse conteúdo.

No entanto, como foi mencionado na secção anterior, há casos, como o de asserções cujas respectivas frases contenham termos indexicais, em que o contributo do contexto é necessário para a determinação do conteúdo vero-condicional da asserção<sup>7</sup>. O

---

<sup>7</sup> Como se verificou no caso da asserção de (ii) '(eu) Voto em Cavaco Silva amanhã'.

MS parece, assim, entrar em contradição com tal facto visto como indisputável. Tal é apenas aparente. Parte da tese do MS é que, mesmo quando há contributo contextual na definição do conteúdo vero-condicional da asserção, esse mesmo contributo ocorre por causas linguísticas, por a combinação sintáctica dos constituintes da frase asseverada assim o exigir. Portanto, esta tese admite que em certos casos especiais, e apenas nesses casos especiais outros elementos contribuam para a determinação de conteúdo, mas essa contribuição é inteiramente, por sua vez, orientada pelo significado linguístico<sup>8</sup> dos elementos que compõem a frase que se assevera. Assim, em sentido abrangente, o conteúdo vero-condicional ou semântico da asserção é definido por meio linguístico, de acordo com o sentido expresso pela frase.

Para explicitar melhor esta ideia veja-se o seguinte exemplo:

(iii) Aquele é Paulo Rangel.

Na elocução de (iii) estamos perante um caso em que um dos constituintes da frase é um termo indexical<sup>9</sup>; refiro-me, mais especificamente, ao pronome demonstrativo ‘aquele’. ‘Aquele’ indica o objecto que o falante ostensivamente identifica, na medida em que o termo ‘aquele’ não contém informação suficiente para identificar um objecto que não seja acompanhado por um aspecto extralinguístico (não presente na frase (iii)) que permita a identificação do objecto em causa e de, após essa identificação, averiguar se de facto o objecto identificado recorrendo ao pronome demonstrativo ‘aquele’ é Paulo Rangel. É perfeitamente legítimo afirmar, mesmo para o minimalista, que o contexto em que a elocução de (iii) ocorre determinará em que condições essa elocução estará de acordo com o que é o caso. O contexto permitirá determinar qual o objecto referido pelo demonstrativo ‘aquele’. Só sabendo a que objecto ‘aquele’ se refere, saber-se-á inteiramente as condições ou circunstâncias em que (iii) expressará algo de verdadeiro. Assim, o contexto participa na determinação do conteúdo vero-condicional da asserção, mas fá-lo por exigência do significado

---

<sup>8</sup> Aquilo a que Kaplan chama de *carácter*. Cf. Kaplan (1977).

<sup>9</sup> Não vou fazer uma distinção entre indexicais puros e não-puros (apenas levando em conta elementos intencionais pode a sua referência ser devidamente identificada – ‘aquele’ seria um caso de indexical não-puro). A distinção é pouco relevante para o propósito do presente capítulo.

linguístico e da combinação sintáctica dos constituintes da frase e, como tal, em última instância, o conteúdo da asserção é determinado de modo linguístico<sup>10</sup>.

O demonstrativo ‘aquele’, bem como outros termos fazem parte de uma lista muita reduzida de termos que o minimalista classifica como sensíveis à variação do contexto. A ocorrência de qualquer um desses termos numa frase provoca que para qualquer asserção dessa frase seja necessário o contributo de processos contextuais para determinar o seu conteúdo vero-condicional<sup>11</sup>.

Para asserções de frases onde não há a ocorrência de qualquer termo indexical o tipo de análise não difere significativamente.

(iv) Miguel Relvas não tem filhos.

Em (iv) o nome ‘Miguel Relvas’ identifica um determinado indivíduo que, por força do destino, chegou a Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares do XIX Governo de Portugal. A expressão ‘não tem filhos’ dá conta de que esse mesmo indivíduo não possui uma determinada propriedade, a de ter perfilhado até ao presente qualquer outro indivíduo. Assim, (iv) expressará uma falsidade, uma vez que Miguel Relvas tem (até à data) uma filha. Logo, o significado linguístico dos termos que compõem a frase (iv) é o bastante para determinar o conteúdo da sua asserção, as condições em que a mesma é verdadeira ou falsa, a saber, se o indivíduo referido por ‘Miguel Relvas’ possui ou não essa propriedade.

Percebe-se pelo que foi dito que há um determinado significado dos termos que envolvem uma frase e de que, da combinação particular desses termos, resulta um determinado sentido que essa mesma frase expressa, chame-se a esse sentido sentido literal, e que é esse sentido literal que determina que, da asserção dessa mesma frase, resulte um determinado conteúdo vero-condicional que informa os intervenientes na conversação de um conjunto particular de condições em que essa mesma asserção é verdadeira.

São essas características que permitem partilhar o conteúdo vero-condicional de uma asserção através de diversos contextos. Uma vez que o conteúdo vero-condicional de asserções de frases como (iv), em que não ocorre qualquer termo sensível à variação

---

<sup>10</sup> «It follows that all semantic context sensitivity is grammatically (i.e., syntactically or morphemically) triggered» Cappelen & Lepore (2005b: 2).

<sup>11</sup> Em secção mais adiante adiantarei algo mais sobre o que poderá ser uma lista minimalista de termos sensíveis à variação de contexto.

de contexto – segundo o minimalista –, não é determinado por elementos extralinguísticos, o conteúdo vero-condicional de asserções dessas frases é invariável consoante o contexto em que as diferentes asserções ocorram.

Assim, para esses casos, o conteúdo vero-condicional da asserção não é sensível ao contexto, é tão-só produto linguístico, produto da combinação do significado linguístico ou convencional dos termos da frase asseverada.

Há uma vantagem imediatamente nítida neste tipo de análise. A explicação para aquilo que é partilhado quando algo é comunicado; o objecto partilhado é o conteúdo vero-condicional da asserção, idêntico para qualquer a asserção da frase, independentemente da variação contextual, e, como tal, não é necessário elementos estranhos à linguagem para explicar o fenómeno que é a comunicação. A comunicação ocorre por haver a partilha do mesmo conteúdo em qualquer asserção de (iv)<sup>12</sup>.

Este conteúdo comum a qualquer asserção de uma frase desempenha uma função explicativa importante para o minimalista no âmbito da possibilidade comunicativa intra-contexto e inter-contextos. Entendemo-nos, em muitos casos, porque há um mínimo – normalmente, associado à noção de proposição mínima ou de conteúdo semântico mínimo – comum e presente em todas as asserções da mesma frase.

Assim, é possível caracterizar o MS como a teoria que defende fundamentalmente duas teses:

M1 – *o conteúdo vero-condicional de uma asserção é determinado exclusivamente por elementos linguísticos, excepto nos casos pontuais em que a frase asseverada contenha algum termo sensível à variação de contexto*<sup>13</sup>.

M2 – *o contributo do contexto na determinação do conteúdo vero-condicional de uma asserção, quando ocorre, ocorre invariavelmente por causas linguísticas.*

O Contextualismo Semântico, como se verá na secção seguinte, irá disputar M1e M2.

#### 2.4. *Uma caracterização genérica do Contextualismo Semântico (CS)*

Na presente secção apenas se pretende efectuar uma breve apresentação do que é o CS. Como existem quase infinitas variedades e modalidades de CS, irei optar por

---

<sup>12</sup> Cappelen & Lepore (2005b: 2).

<sup>13</sup> Para o MS a lista de termos sensíveis à variação do contexto terá de ser muito reduzida, de modo a defender M1. Ainda assim, diferentes modalidades de MS irão variar nos elementos que pertencerão ao conjunto de termos sensíveis ao contexto.

tomar como referência uma modalidade moderada<sup>14</sup>, adoptada particularmente por François Recanati<sup>15</sup>, de modo a servir os meus propósitos de explicitação do que é o CS.

O CS caracteriza-se como defendendo as seguintes teses:

C1: *o contributo de processos contextuais na determinação do conteúdo vero-condicional de uma asserção é relativamente comum.*

C2: *os processos contextuais com relevância na determinação do conteúdo vero-condicional de uma asserção podem ser opcionais.*

A tese C1 e C2 opõem-se a M1 e M2, respectivamente. C1 em conjunção com C2 implicam que não pode haver uma lista reduzida, a lista poderá mesmo ser virtualmente infinita, de termos sensíveis à variação de contexto, os processos contextuais, uma vez que podem não ocorrer por razão linguística (é nesse sentido que se diz que os processos contextuais podem ser opcionais), podem produzir um efeito em qualquer termo. Assim, não há uma lista de termos que, devido ao seu significado linguístico, sejam sensíveis ao contexto; esses termos poderão ser sensíveis ao contexto, independentemente do significado que lhes é convencionalmente atribuído.

Conclui-se, então, de C1 e C2, que o contributo do contexto na determinação do conteúdo vero-condicional de uma asserção é um aspecto comum e de que esse mesmo contributo pode ocorrer opcionalmente, ou seja, sem que essa contribuição seja definida linguisticamente<sup>16</sup>. Ao contrário do MS, o CS prevê que em certas asserções o contributo contextual na determinação do conteúdo vero-condicional não ocorra por haver algo no significado linguístico dos constituintes da frase asseverada que assim o determine, mas antes porque livremente o contexto em que a asserção ocorre pode modular o sentido de uma expressão ou o significado de um termo.

---

<sup>14</sup> Cappelen e Lepore consideram a modalidade de CS de Recanati radical e não moderada – Cappelen & Lepore (2005b: 5). Além disso, reduzem qualquer modalidade de contextualismo à sua modalidade mais radical, de modo a apenas ser necessário atacarem a forma mais radical de contextualismo – Cf. Cappelen & Lepore (2005b).

Irei, no entanto, presumir que a versão de Recanati de contextualismo é moderada e não radical; mesmo que possa ser reduzida com sucesso a uma forma radical de contextualismo. Vou, portanto, ignorar se essa redução é apropriada e usarei CS sempre no sentido do que é normalmente designado por Contextualismo Moderado.

<sup>15</sup> Cf. Recanati (2004, 2007 & 2011).

<sup>16</sup> «Truth-Conditional Pragmatics is [...] based on the rejection of Minimalism. It says that truth-conditional content may be affected not only by saturation (as when an indexical is assigned a contextual value) but also by free pragmatic processes» Recanati (2011:5).

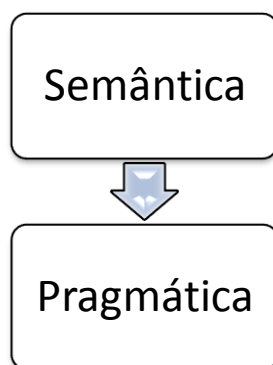


Fig. 3

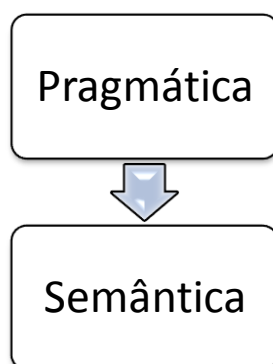


Fig. 4

Portanto, segundo o CS, nos processos contextuais opcionais o movimento não ocorre de forma a que elementos de cariz semântico – o significado linguístico de uma expressão – definam a intervenção desses mesmos processos contextuais ou pragmáticos (Fig. 3), como não é activado linguisticamente, o contributo pragmático ou contextual ocorre livremente com efeitos semanticamente relevantes – no significado com que os termos ocorrem no contexto de asserção (Fig. 4)<sup>17</sup>. Portanto, estes processos são bem diferentes do que o minimalista aceita como sendo processos semanticamente relevantes, que determinem o conteúdo vero-condicional da asserção. Os processos pragmáticos opcionais são bem diferentes dos processos pragmáticos que ocorrem, por exemplo, nos casos de asserções de frases com termos indexicais<sup>18</sup>, uma vez que os processos pragmáticos opcionais não estão subjugados ao ditame linguístico, ocorrem antes de forma livre, podendo ter efeitos no significado com que os termos ocorrem no contexto da asserção – e, conseqüentemente, no conteúdo vero-condicional dessa

<sup>17</sup> Cf. Recanati (2004 & 2011).

<sup>18</sup> Explicarei mais adiante e com maior detalhe que tipo de operação ocorre para a indexicalidade.

mesma asserção<sup>19</sup>. Poder-se-á dizer, então, que, de acordo com o contextualista, não há uma causa linguística para a sensibilidade do conteúdo vero-condicional da asserção ao contexto.

Com base nessa informação, analise-se um exemplo.

(v) Pedro Passos Coelho está a discursar.

Qualquer mente mais inocente<sup>20</sup> concluirá automaticamente que as condições de verdade de qualquer asserção de (v) são simples de determinar. O conteúdo de uma asserção de (v) não é nenhum mistério, o indivíduo identificado pelo nome próprio ‘Pedro Passos Coelho’, que é actualmente o Primeiro-ministro português e líder do Partido Social Democrata, encontra-se de momento a executar uma das principais actividades de qualquer figura política, o nobre acto do discurso. Portanto, obtém-se o seguinte conteúdo vero-condicional: (5) é verdade que *Pedro Passos Coelho está a discursar* se e apenas se Pedro Passos Coelho está a discursar.

Imagine-se, porém, que Pedro Passos Coelho se encontra de momento na sua casa, em Massamá, a jantar com a sua família e amigos, após um dia de campanha cansativo. Tendo em conta essa situação, Pedro Passos Coelho não está a discursar, encontra-se a mastigar um pedaço de rosbife – imaginando que é essa a sua refeição. Logo, seguir-se-ia que qualquer asserção de (v) é falsa.

No entanto, imagine-se adicionalmente que (v) foi proferida por António José Seguro, dirigindo-se à sua esposa que o acompanha no sofá, enquanto vêem o noticiário para se inteirarem das últimas. No momento em que (v) é dita uma peça jornalística mostra Pedro Passos Coelho a discursar. A questão imediata é: qual o valor de verdade da asserção de António José Seguro? Um valor de verdade verdadeiro, certamente, dadas as circunstâncias da afirmação do actual Secretário-geral do Partido Socialista. Mas se a asserção de António José Seguro é verdadeira, então os critérios que anteriormente foram identificados como resultando do conteúdo vero-condicional de qualquer asserção de (v) já não são os mesmos, visto esses critérios estabelecerem claramente que qualquer asserção de (v) apenas expressará uma verdade se e só se Pedro Passos Coelho estiver a discursar; tal não ocorre, uma vez que a mastigação que decorre em Massamá é impedimento insuperável para que haja discurso da parte do

---

<sup>19</sup> Este fenómeno será designado por modulação, explicitá-lo-ei também em secção mais adiante.

<sup>20</sup> Refiro-me apenas a inocência filosófica.

actual Primeiro-ministro português. Assim, a asserção de (v) de António José Seguro deveria ser falsa, mas intuitivamente a asserção aparece como verdadeira. Essa intuição é reforçada por uma outra intuição, a de que presumivelmente, quem quer que fosse a esposa de António José Seguro, não responderia a (v) com (v') '[Mas] ele [Pedro Passos Coelho] não está a discursar', pelo simples motivo de essa tentativa de colocar em causa a asserção do seu esposo ser estranha, uma vez que aparece a imagem televisiva de Pedro Passos Coelho e, nessa imagem, o Primeiro-ministro está presentemente a discursar; o mais provável seria que a asserção de (v') não fosse compreendida como uma oposição à asserção de (v) de António José Seguro, e fosse interpretada, por exemplo, como asseverando que o discurso do Primeiro-ministro não teria qualidade suficiente para ser designado sequer como discurso.

Pondo isso de parte, o ponto do contextualista é que António José Seguro ao asseverar (v) está a dizer algo de verdadeiro. Daí, segue-se que as condições de verdade de (v) na asserção de António José Seguro e as condições de verdade de (v) na asserção, por exemplo, da esposa de Pedro Passos Coelho, que se encontra presente no jantar, alimentando-se também de rosbife, são distintas; logo, o conteúdo vero-condicional da asserção do líder do principal partido da oposição e o conteúdo vero-condicional da asserção da esposa do chefe do Governo não são o mesmo – uma divergência semântica, para além de política, segundo o contextualista.

Conclusão contextualista: a variação de contexto é responsável por essa divergência. E, como a frase (v) não é constituída por qualquer termo sensível ao contexto, segue-se que o contexto actuou livremente afectando o conteúdo vero-condicional das asserções, sem qualquer mandato linguístico para o efeito. A mera variação das circunstâncias em que as elocuições ocorreram foi suficiente para provocar uma divergência dramática naquilo que foi dito com as duas asserções. A análise contextualista pretende explicar a diferença no conteúdo vero-condicional das asserções de (v) por meio exclusivo da variação de contextos em que o par de asserções de (v) ocorreu.

Convirá recordar que algo de bem diferente se passou com o exemplo (iii), frase que continha elementos indexicais. Aí, a diferença nas condições de verdade das asserções de (iii), de acordo com a leitura no âmbito minimalista, ocorria mediante a variação de contexto, porém, esse contributo do contexto na determinação das condições de verdade das asserções de (iii) apenas é possível porque o significado linguístico ou carácter dos elementos indexicais a isso obrigavam. No entanto, poder-se-

á dar o caso, de acordo com o contextualista, de que mesmo em frases com termos indexicais ocorram efeitos no conteúdo vero-condicional de uma asserção dessas frases provocados por processos pragmáticos opcionais. Se processos contextuais podem livremente afectar o significado de virtualmente qualquer termo quando usado numa dada asserção, não há qualquer razão para o contextualista rejeitar que o mesmo possa vir a ocorrer com termos indexicais. Por exemplo:

(vi) Amanhã António Costa será líder do PS.

O termo ‘amanhã’ em (vi) é um termo indexical; é necessário que a elocução esteja devidamente contextualizada para que o dia a que ‘amanhã’ se refere seja determinável. Como tal, qualquer asserção de (vi) será verdadeira se e apenas se for o caso que no dia seguinte à elocução de (vi) António Costa lidere o PS. Portanto, é em virtude do significado de ‘amanhã’, como o dia seguinte à elocução, que o contexto entra *em cena* na definição do conteúdo vero-condicional da asserção. Basta para tal imaginar-se um caso em que Ferro Rodrigues, à saída da Comissão Nacional do Partido Socialista, após os resultados das eleições primárias no partido, no dia 28 de Setembro, profere (vi), garantindo, assim, aos jornalistas presentes que António Costa será líder no dia seguinte, no dia 29 de Setembro, uma segunda-feira. Este seria o caso mais natural e estaria de acordo com significado convencional do termo indexical ‘amanhã’, como referindo o dia 29 de Setembro<sup>21</sup>.

No entanto, imagine-se o contexto tal como descrito, mas com uma pequena alteração apenas. Ferro Rodrigues sai da Comissão Nacional do PS, após uma desgastante reunião, que durou várias horas, proferindo (vi) após a meia-noite<sup>22</sup>, na madrugada do dia 29, e não no dia 28. Tendo em conta o significado linguístico do termo ‘amanhã’, Ferro Rodrigues referir-se-ia a dia 30, e não a dia 29. No entanto, é claro para todos os presentes que é a dia 29 que Ferro Rodrigues pretende referir-se e que a sua asserção é verdadeira. Logo, com a alteração do momento da elocução o significado de ‘amanhã’ nesta última asserção de Ferro Rodrigues não é o mesmo do

---

<sup>21</sup> De acordo com o princípio 1 e 2 de Kaplan os termos indexicais (puros e demonstrativos) designam, apesar da dependência do contexto para o fazer, directa (e rigidamente) o objecto correspondente, neste caso, ‘amanhã’ referirá o dia 29 de Setembro.

«Principle 1 The referent of a pure indexical depends on context, and the referent of a demonstrative depends on the associated demonstration. [...] Principle 2 Indexicals, pure and demonstrative alike, are directly referential» Kaplan (1977: 506).

<sup>22</sup> Com vista a tornar o caso ainda mais dramático, imagine-se que a afirmação é proferida à 00h01, hora continental portuguesa, do dia 29 de Setembro.

que o significado do mesmo termo na asserção anterior, e, conseqüentemente, o conteúdo vero-condicional das asserções também não é idêntico.

Obtém-se, portanto, um caso, de acordo com a posição contextualista, cuja variação de contexto tem efeitos opcionais na determinação do conteúdo vero-condicional da asserção, mesmo quando a mesma é uma asserção de uma frase que contém termos indexicais. A determinação do conteúdo vero-condicional ocorre na situação utilizada porque o próprio termo indexical, como efeito de processos pragmáticos opcionais, foi usado com um significado que não aquele que é o seu significado linguístico, e não porque o significado linguístico do termo indexical determinasse a intervenção do contexto. De certo modo, no caso apresentado, de acordo com a análise contextualista, o contexto interveio na determinação do conteúdo vero-condicional da asserção de dois modos distintos – de um modo mandatado pelo carácter do termo ‘amanhã’ e de um modo livre, afectando o significado do termo ‘amanhã’.

É possível pensar-se em outros exemplos em que essa alteração ainda é mais drástica. Imagine-se agora que Ferro Rodrigues deixa a reunião da Comissão Nacional exasperado com a conclusão de que António Costa não será líder do PS e de que António José Seguro, pelo menos durante mais alguns meses, se manterá como Secretário-geral do seu partido. Nesse contexto, Ferro Rodrigues profere (vi), não com a intenção de identificar um dia particular em que António Costa assumirá a liderança do PS, mas para informar o auditório composto por jornalistas ávidos por informação que o que ocorreu na Comissão Nacional não impedirá que António Costa tome conta dos destinos do seu partido num futuro próximo. Novamente, Ferro Rodrigues assevera uma verdade, compreendida como tal por aqueles que o ouvem. A identificação do conteúdo vero-condicional da asserção com esta variação contextual diverge ainda mais do conteúdo vero-condicional do primeiro exemplo de asserção de (vi) proferida por Ferro Rodrigues; isto porque ‘amanhã’ já não se refere a um dia particular após o momento da elocução, identifica, pelo contrário, um intervalo temporal futuro mais ou menos determinado.

Este exemplo de frase construída com termos indexicais serve o propósito de explicar que, segundo o CS, a contribuição do contexto na determinação do conteúdo vero-condicional das asserções ocorre livremente e que por ‘livremente’ se deverá entender também sem qualquer restrição linguística. Não é o carácter dos termos constituintes de uma frase que irão necessariamente definir o modo de actuação do contexto e o seu contributo na determinação de o que é dito com a asserção ou do

conteúdo vero-condicional da asserção. A liberdade de actuação do contexto é para ser compreendida, da perspectiva contextualista, no sentido mais abrangente possível.

## 2.5. *A putativa disputa entre MS e CS*

Com os exemplos fornecidos e a caracterização, mesmo que genérica, das teses minimalistas e das teses contextualistas, já é possível identificar os contornos do diferendo entre MS e CS. Pretende-se nesta secção ir um pouco mais longe na explicitação da disputa, recorrendo também a alguns exemplos.

Da caracterização do MS em secção anterior fica-se com a ideia figurativa de que os processos pragmáticos possivelmente envolvidos na determinação do conteúdo semântico da asserção, nos casos pontuais em que tal ocorre, são efectuados de acordo com um movimento circular. A causa dessa alteração é invariavelmente linguística e o efeito, como é o caso com qualquer alteração do conteúdo vero-condicional da asserção, é semântico. Caso de uma circularidade possuidora de virtude. Isto significa que, mesmo para os casos em que o conteúdo vero-condicional da asserção é sensível ao contexto, quando a frase asseverada contém algum termo sensível ao contexto, o efeito pragmático no processo é mínimo; mínimo porque o seu papel é definido pelo significado linguístico ou carácter dos constituintes da frase asseverada.

Segue-se outra característica interessante da descrição minimalista dos casos em que o conteúdo semântico é sensível ao contexto. Esse fenómeno, como sucede apenas em virtude de haver certos termos cujo significado, por estar indexado a um determinado contexto, necessita da intervenção do contexto para complementar os elementos em falta na definição das condições de verdade de asserções, é um fenómeno particular, pontual, não é, de modo algum, a regra<sup>23</sup>. A larguíssima parte das asserções, segundo minimalistas, comporta-se sem que o contexto seja chamado a intervir e, por conseguinte, sem que o seu conteúdo vero-condicional padeça de qualquer sensibilidade

---

<sup>23</sup> «The most salient feature of Semantic Minimalism is that it recognizes few context sensitive expressions, and, hence, acknowledges a very limited effect of the context of utterance on the semantic content of an utterance» Cappelen & Lepore (2005b: 2).

Por esse motivo não considero, por exemplo, Stanley como “genuinamente” minimalista, mas antes apresentando uma modalidade fronteira (a haver fronteira) entre Minimalismo Semântico e Contextualismo Semântico. Como se pode ver neste exemplo de Stanley: «(20) Every bottle is green.

Relative to different contexts, (20) has different truth-conditions. Relative to one context, (20) could express the proposition that every bottle recently purchased by Bill is green; relative to another, the proposition that every bottle in the house is green. Thus, context supplies a property that restricts the quantification» (Stanley 2000: 55). Cappelen e Lepore vêem Stanley como um contextualista semântico moderado – Cf. Cappelen & Lepore (2005b).

contextual. Uma frase cujos constituintes não sejam sensíveis ao contexto (que não sejam, por exemplo, pronomes demonstrativos, pronomes pessoais, alguns advérbios, como ‘amanhã’, ‘hoje’, ‘agora’..., alguns adjetivos, como ‘actual’ e ‘presente’...) <sup>24</sup>, para qualquer asserção dessa frase, invariavelmente o seu conteúdo vero-condicional será o mesmo, para qualquer que seja o contexto em que as asserções ocorram.

Um dos muitos aspectos da disputa entre MS e CS tem exactamente a ver com a particularidade ou vulgaridade da contribuição do contexto para a determinação do conteúdo vero-condicional da asserção. Ao contrário do que minimalistas crêem, contextualistas acreditam que a influência do contexto na definição do conteúdo da asserção não é um aspecto pontual, mas comum. Como essa influência pode ocorrer livremente, não há qualquer limitação sintáctica, semântica ou linguística para que o contexto participe na função de determinar o conteúdo vero-condicional da asserção. Esse processo pragmático com efeitos no conteúdo vero-condicional das asserções pode ocorrer para qualquer frase, independentemente de qualquer que seja o tipo de constituintes que a componham.

Veja-se esta divergência à luz de alguns exemplos:

(vii) Está a chover.

(viii) Miguel Relvas tem uma filha.

(ix) Paulo Portas não toma pequeno-almoço.

Imagine-se que todas as frases possuem um sentido literal, e que as condições de verdade de asserções (dessas frases) são determinadas por esse mesmo sentido. O minimalista irá dizer que qualquer asserção de (vii) a (ix) tem as suas condições de verdade determinadas pelo significado linguístico dos constituintes das frases (vii) a (ix), mesmo para os casos em que algum desses constituintes seja sensível ao contexto – portanto, que requeira a intervenção do contexto para identificação da sua referência –,

---

<sup>24</sup> «On the first page of Kaplan’s classic ‘Demonstratives,’ there is a list of expressions he calls indexicals. Slightly elaborated, his list goes like this: The personal pronouns ‘I,’ ‘you,’ ‘he,’ ‘she,’ ‘it’ in their various cases and number (e.g., singular, plural, nominative, accusative, genitive forms), the demonstrative pronouns ‘that’ and ‘this’ in their various cases and number, the adverbs ‘here,’ ‘there,’ ‘now,’ ‘today,’ ‘yesterday,’ ‘tomorrow,’ ‘ago’ (as in ‘He left two days ago’), ‘hence(forth)’ (as in ‘There will be no talking henceforth’), and the adjectives ‘actual’ and ‘present’ (Kaplan 1989a, p. 489). Words and aspects of words that indicate tense also have their reference so determined. And there are also the contextuials, which include common nouns like ‘enemy,’ ‘outsider,’ ‘foreigner,’ ‘alien,’ ‘immigrant,’ ‘friend,’ and ‘native’ as well as common adjectives like ‘foreign,’ ‘local,’ ‘domestic,’ ‘national,’ ‘imported,’ and ‘exported’ [...]. Cappelen & Lepore (2005b: 1).

uma vez que a intervenção do contexto nesse caso ocorrerá obrigatoriamente, devido a causas linguísticas. O contextualista irá dizer que tal não é o caso, que o significado linguístico dos termos presentes nas frases (vii) a (ix) pode não ser suficiente para determinar as condições de verdade das asserções dessas frases.

Veja-se esta diferença substancial, analisando os exemplos com maior detalhe. Comece-se por (vii).

A frase (vii) ‘Está a chover’ possui uma particularidade que, devido a possibilidades gramaticais da língua portuguesa, facilmente passará despercebida. Como para qualquer frase gramaticalmente correcta haverá um sujeito, mesmo que subentendido, *prima facie* a frase (vii) não cumpre essa regra; porém, numa frase como ‘está a chover’ o sujeito não é visualmente perceptível. Uma solução para se identificar o sujeito subentendido seria dizer que o mesmo é a ‘chuva’. No entanto, uma frase como (vii’) ‘a chuva está a chover’ é desprovida de qualquer sentido; a chuva não chove, a neve não neva... essas acções ocorrem em virtude de outros elementos, quando as gotas que compõem as nuvens, devido ao arrefecimento, se dilatam de tal forma que são forçadas a cair. Dar-se-ia, então o caso de (vii’) ser trivialmente falso.

Então, pode-se identificar o sujeito como ‘a nuvem’ ou ‘as nuvens’. Resultaria, então, (vii’’) ‘a nuvem está a chover’. Mas ficou estabelecido que só a partir da formação de nuvens resulta chuva e, como tal, parece trivial dizer-se algo como (vii’’). Ora, como habitualmente (vii) não é usado trivialmente, sem que qualquer informação seja prestada, segue-se que ‘a nuvem’ também não será o sujeito da frase.

Parece que todas as alternativas foram esgotadas. No entanto, existe ainda a possibilidade de haver um sujeito que nada refira – o sujeito expletivo ‘ele’. Assim, obter-se-ia (vii’’’) ‘ele está a chover’. Esta é a opção correcta e para tal bastará verificar a frase traduzida para inglês (vii’’’’) ‘it’s raining’. A presença do expletivo ‘it’ desbloqueia qualquer ilusão sobre qual o sujeito presente em (vii). Ora, da figura do sujeito expletivo ‘ele’ na estrutura da frase resulta algo de muito interessante, ‘ele’ em condições normais seria um pronome pessoal e, como tal, poderia ser um termo indexical. Resultado, em combinação com os demais constituintes de (vii), ‘ele’ implicaria que qualquer asserção de (vii) necessite do contributo do contexto para definir ou determinar quais as suas condições de verdade.

John Perry argumenta contra essa ideia; para ele, o expletivo ‘ele’ não se comporta como um indexical, uma vez que é expletivo, apenas desempenha uma função sintáctica. Assim, o mesmo não se pode referir ao local da asserção, uma vez que tal

implicaria que a asserção de (viia) ‘está a chover aqui’ fosse redundante e implicaria que a asserção de (viib) ‘está a chover na Nazaré, mas não aqui’ fosse inconsistente. Conclui Perry que o expletivo apenas cumpre a função de filtro sintáctico. Assim, o contributo do contexto ocorre, segundo Perry, devido ao facto de a forma verbal ‘está a chover’ denotar uma relação diádica lugar-tempo; o lugar em que chove e a altura em que a mesma acção decorre. Consequentemente a frase (vii) ‘está a chover’ seria semanticamente incompleta, visto necessitar, para que expresse algo de completo, do lugar e do tempo<sup>25</sup>. É para colmatar essa incompletude que o contexto é chamado a agir.

Não pretendo aqui discutir exaustivamente se a análise de John Perry me parece correcta, pela simples razão de tal ser irrelevante para o propósito da presente secção e desta dissertação. No entanto, é apenas verdade que (viia) seria redundante e (viib) seria inconsistente, caso o “filtro sintáctico” ‘ele’ se referisse ao local em que a asserção ocorre. Ora, tal seria estranho, uma vez que se pode perfeitamente dar o caso de que a asserção ocorra num determinado local e que o local a que ‘ele’ se referiria seja outro. Por exemplo, (viic) ‘está a chover em Alcobça’ e o falante encontrar-se na capital do país. Logo, ‘ele’ nunca poderia referir-se ao local da asserção, mas antes ao local que o falante tem em mente. Ora, se assim for, então (viib) não é inconsistente nem (viia) é redundante. Portanto, a haver alguma razão para não tratar ‘ele’ como um indexical, os exemplos de Perry não serão certamente essa razão<sup>26</sup>.

Como o que leva a que o contexto em asserções de (vii) tenha que intervir é irrelevante para a continuação da explicação, irei levar em linha de conta as duas possibilidades.

Como já foi mencionado anteriormente, a presença do contexto na definição do conteúdo vero-condicional da asserção não é problemática para o minimalista, desde que essa mesma presença tenha sido requisitada linguisticamente – o que é aqui o caso, uma vez que existe um termo indexical como constituinte da frase ou alternativamente porque a forma verbal ‘está a chover’ é incompleta e implica necessariamente uma

---

<sup>25</sup> A estratégia presente em Perry (1986: 206) e Stanley (2000: 51).

<sup>26</sup> Acresce ao que digo que a expressão verbal ‘está a chover’ nada parece ter de especial em relação a outras expressões verbais. Não haveria nenhuma razão para considerar que ‘está a chover’ denota uma relação diádica lugar-tempo e que outras expressões verbais não o façam: ‘está a correr’, ‘está a chorar’, ‘está a gargalhar’... O que faria com que um conjunto extenso de asserções com estas formas verbais necessitaria da intervenção do contexto na determinação do seu conteúdo. Mais, caso use uma frase como ‘Paris está a chover’ não parece que seja necessário levar-se em linha de conta informação contextual, uma vez que o sujeito (‘Paris’) da frase já nos fornece essa informação. É o sujeito que parece indicar a informação do local em que a acção ocorre, e não a forma verbal. Assim, transpondo para a frase (vii) ‘está a chover’, parece ser o expletivo que chama o contexto a intervir na identificação do lugar em que a acção ocorre. O problema com esta explicação é que o expletivo deixaria de o ser.

relação entre um determinado lugar e um determinado tempo. Portanto, e qualquer que seja o motivo para a acção do contexto na determinação do conteúdo, a interpretação minimalista para qualquer asserção de (vii) é de que o significado linguístico dos termos que fazem parte de (vii) determina que qualquer asserção de (vii) será verdadeira se chover num determinado lugar *l* num determinado momento *t* – e para identificar *l* e *t* é necessário o contexto.

Se Maria Luís Albuquerque asseverar que (vii) em Lisboa ao meio-dia, então a asserção será verdadeira se e apenas se estiver a chover em Lisboa ao meio-dia. Portanto, como já foi mencionado nas secções anteriores, o significado linguístico dos elementos de que cuja combinação resulta o sentido<sup>27</sup> de (vii) é suficientemente específico para determinar as condições de verdade de qualquer asserção de (vii). Para tal, bastará e será necessário que o contexto em que (vii) foi usada indique o local da asserção ou o local a que o expletivo ('ele') se refere, de acordo com o contexto de conversação, e que indique o momento em que a elocução é proferida. Com essa informação qualquer ouvinte é perfeitamente capaz de apreender ou compreender o conteúdo da asserção de (vii). Basta para tal verificar que a asserção de (viic) 'está a chover em Lisboa ao meio-dia' não requer a intervenção do contexto na determinação do seu conteúdo vero-condicional, a informação linguística, resultante da frase asseverada, é já de si suficiente para desempenhar essa tarefa.

O contextualista não discorda deste tipo de análise. Poderá até concordar que para a maior parte dos casos é uma análise perfeitamente correcta. No entanto, e aqui jaz a discordância, defenderá que é falsa a ideia de que o contributo do contexto ocorra apenas mandatado pelo significado linguístico do termo indexical 'ele' ou pelo significado linguístico da forma verbal 'estar a chover'. Poder-se-á dar o caso, dirá o contextualista, que o contexto influencie o conteúdo vero-condicional da asserção sem que essa influência seja determinada pelo significado linguístico de qualquer termo de (vii).

Para tal provar-se ser o caso o contextualista terá de se esforçar para mostrar um caso de uma asserção de (vii) em que o contexto não contribua com a identificação do lugar em que está a chover e, ainda assim, ser possível determinar o conteúdo vero-condicional da asserção.

---

<sup>27</sup> Refiro-me aqui ao sentido literal da frase (vii). Mais adiante explicarei o que quer dizer essa noção com maior detalhe.

Assim, imagine-se uma situação em que a chuva seja algo de extremamente raro e, como todas as coisas raras, muito importante. Como tal, detectores de chuva foram espalhados ao longo de todo o território terrestre. Cada detector emite um sinal sonoro identificável na Sala de Monitorização. Após semanas de seca total, o sinal sonoro ouve-se na Sala de Monitorização, e o guarda de serviço na sala profere para o microfone, de modo a dar conhecimento de tal facto a todos, (vii) ‘está a chover’<sup>28</sup>.

De acordo com o contexto apresentado, a asserção de (vii) não se refere a um lugar particular onde esteja a chover. Dirá o contextualista que é totalmente irrelevante na determinação das condições de verdade da asserção em causa, por não ser elemento do seu conteúdo vero-condicional, identificar o local em particular onde esteja a chover. Não importa qual o detector que emitiu o sinal sonoro para que a asserção seja verdadeira. Ela é verdadeira, porque chove algures, qualquer que seja esse local. Ora, se a resposta minimalista passou por dizer que o contexto apenas é accionado por ser constituinte da frase asseverada uma expressão que obriga a que haja a identificação de um determinado lugar, obteve-se um contra-exemplo, uma asserção cujo contributo do contexto não ocorre porque esteja mandatado a identificar o lugar particular em que esteja a chover, pela simples razão de não fornecer essa informação e, ainda assim, ser possível determinar as condições de verdade da asserção, ocorre, dirá o contextualista, um processo pragmático opcional com relevância semântica.

Não é opção do minimalista responder que a forma verbal ‘está a chover’ apenas necessita que o contexto contribua com o momento da elocução, porque, dessa forma, não seria constituinte do conteúdo da asserção de (vii) o local particular onde chove. É óbvio que para a grande maioria dos casos (pelo menos<sup>29</sup>) a determinação do local é relevante na identificação das condições de verdade das asserções de (vii).

Não sendo essa uma opção para o MS, há a possibilidade de objectar que o exemplo de Recanati seja realmente um contra-exemplo; ou seja, que mesmo no caso de o guarda proferir ao microfone (vii) que a asserção não seja acerca de um lugar particular em que esteja a chover. O minimalista poderá objectar, então, que o guarda tem em mente um lugar, e que esse lugar pode ser identificado como sendo “qualquer lugar no globo terrestre”. É perfeitamente compreensível qual o conteúdo vero-condicional, dirá o minimalista, sem que para isso seja necessária a intervenção do contexto, de (viid) ‘está a chover algures’. Asseverar (viid) será verdadeiro se e apenas

---

<sup>28</sup> O exemplo é de Recanati, com algumas alterações pontuais minhas (Recanati 2004: 9).

<sup>29</sup> E como se verá, apesar do exemplo de Recanati, não é de todo líquido que não seja para todos.

se algures (no planeta terrestre – se for essa a restrição espacial que o falante tem em mente) estiver a chover. O minimalista também poderá utilizar uma estratégia semelhante, caso o contextualista reforce que (viid) não é acerca de qualquer lugar em particular, na medida em que claramente o falante não tem um lugar específico em mente. Poderá argumentar que o contexto não é mandatado a fornecer um lugar para que o conteúdo vero-condicional da asserção possa ser identificado, mas é antes mandatado a fornecer uma restrição espacial em que o fenómeno esteja a ocorrer. Nesse registo, não haveria uma contribuição livre do contexto na alteração do conteúdo vero-condicional da asserção, mas antes uma contribuição a que o contexto é obrigado por causas sintácticas a desempenhar. Note-se que, se Maria Luís Albuquerque assevere que ‘está a chover na Nazaré’, pode perfeitamente dar-se o caso de haver certos locais da vila da Nazaré nos quais não esteja a chover, e ainda assim a asserção da actual Ministra das Finanças portuguesa ser verdadeira. De acordo com a interpretação da restrição espacial, Maria Luís Albuquerque está a dizer que no espaço atribuído como sendo a vila da Nazaré está algures a chover. Nessa interpretação o contra-exemplo de Recanati parece não correr.

Mas o MS tem ainda a alternativa de dizer que o local não é constituinte da frase (vii) e, conseqüentemente, não contribui para o conteúdo vero-condicional de qualquer asserção de (vii)<sup>30</sup>. O único elemento que é semanticamente relevante é que (vii) ‘está a chover’, nada mais. Os ingredientes contextuais que são acrescentados apenas mostram que é possível dizer algo mais rico do que o sentido expresso pela frase, mas os efeitos desses processos contextuais não têm qualquer relevância semântica; o que é semanticamente relevante é tão-só o que é expresso por (vii), é verdade que *está a chover* se e somente se está a chover.

Note-se que o MS está sujeito a qualquer contra-exemplo contextualista, uma vez que defende a tese forte de que para qualquer asserção não há processos pragmáticos livres na determinação do conteúdo vero-condicional do que foi asseverado. O que faz com que a posição de partida do MS, por ser tão geral, seja frágil, facilmente sujeita a contra-argumentos. No entanto, ao CS cabe o ónus, igualmente penoso (e frágil, diria), de fornecer exemplos de asserções em que processos pragmáticos livres ocorram na determinação do conteúdo da asserção. Como o processo pragmático que o contextualista tem de demonstrar haver é livre, sem qualquer causa linguística, não há

---

<sup>30</sup> Borg (2004) e Cappele & Lepore (2005b) seguem essa estratégia.

qualquer motivo para que, para cada frase, pelo menos numa asserção não ocorram processos pragmáticos livres que afectem a identificação do seu conteúdo vericondicional. Logo, também o CS é forçado a levar em linha de conta uma imensidão de potenciais contra-exemplos<sup>31</sup>.

Analise-se a disputa que ocorreria a respeito de (viii).

Para a frase (viii) o minimalista defenderá que qualquer asserção de (viii) dirá que o objecto referido por ‘Miguel Relvas’ é progenitor de uma filha (ou que possui a propriedade de ter pelo menos uma filha). Assim sendo, qualquer elocução de (viii) será verdadeira se e apenas se Miguel Relvas tiver um ou mais filhos, sendo um desses filhos uma menina. Este tipo de análise será válida, de acordo com o minimalista, independentemente de qualquer variação do contexto em que a elocução de (viii) ocorra, tal como no caso de (vii). Por exemplo, se o falante responder a uma questão acerca de quantos filhos tem Miguel Relvas asseverando (viii), então a resposta será verdadeira se e apenas se Miguel tiver, pelo menos, uma filha.

Outro exemplo, num contexto em que o falante procura averiguar se Miguel Relvas tem direito a usufruir de abono de família, imaginando que o mesmo se encontra, infelizmente para o próprio, desempregado, e o falante dirá (viii). A asserção nesse contexto será verdadeira apenas se Miguel for pai de pelo menos um indivíduo. Portanto, para o minimalista o mesmo conjunto de condições de verdade verifica-se para todos os contextos de elocução de (viii).

O contextualista objectará, por sua vez, que a descrição do que está a ser dito com (viii) como resposta à pergunta ‘quantos filhos tem Miguel Relvas?’ não é a adequada. Essa asserção, a resposta, não diz simplesmente que Miguel Relvas tem pelo menos uma filha, diz antes que Miguel Relvas tem exactamente uma filha. Nessa interpretação as condições de verdade não são idênticas na elocução de (viii) no contexto de resposta à questão ‘quantos filhos tem Miguel Relvas?’ e na elocução de (viii) no contexto em que o falante procura averiguar se Miguel Relvas tem direito a usufruir de abono de família. Logo, o conteúdo de (viii) não se mantém invariável consoante o contexto em que a elocução de (viii) é efectuada.

---

<sup>31</sup> Stanley fala também da fragilidade da posição de partida contextualista, mas num outro sentido, que também me parece pertinente: «The advocate of strong pragmatic effects on intuitive truth-conditions must produce a case, and show that none of these options is available for that case. For each putative case in which it can be persuasively argued that (a) is not an option, the contextualist (or advocate of the syncretic view) must establish that there is *no way* of accounting for the problematic reading within the semantics. From this perspective, it is the contextualist who makes a universal claim» Stanley (2005b: 239).

O minimalista pode asseverar como resposta de que o que está em causa no contexto de resposta à pergunta ‘quantos filhos tem Miguel Relvas?’ é o que o falante quer dizer com a elocução de (viii) e não com o conteúdo vero-condicional dessa mesma asserção. Na verdade a asserção preserva o conteúdo vero-condicional que Miguel Relvas tem pelo menos uma filha. O que se passa é que o que o falante pode querer dizer com a asserção, o que é permitido por o seu conteúdo vero-condicional resultar do significado linguístico dos termos da frase asseverada, que o número de filhos de Miguel Relvas é exactamente um; ou seja, de acordo com o minimalista, é por a asserção possuir um determinado conteúdo vero-condicional, comum a todos os contextos em que seja dita, que o falante pode usá-la de modo a que com essa asserção tenha a intenção de dizer ou comunicar algo de diverso. Como é que esta explicação resolve a dificuldade para o minimalista? Resolve a dificuldade porque os processos contextuais opcionais não são semanticamente relevantes, para o minimalista, apenas têm relevância pragmática, i.e. afectando apenas o conteúdo do acto de fala e não o conteúdo vero-condicional da asserção. Logo, para o minimalista, exemplos de variação de contexto como nas asserções de (viii) não são relevantes para a discussão. No entanto, para o contextualista de facto os processos pragmáticos opcionais podem não afectar (apenas) o que o falante quer dizer, mas o que é dito (conteúdo vero-condicional) com a asserção e, como tal, esse tipo de processos podem ser semanticamente relevante.

Estas serão as respostas minimalista e contextualista padrão, ao longo da disputa acerca de o que contribui (ou de o que pode contribuir) e de que modo contribui para determinar o conteúdo vero-condicional de uma asserção. Analisar-se-á o último exemplo, que reforçará essa ideia, de que a explicação minimalista limitará os processos pragmáticos opcionais a efeitos meramente pragmáticos e de que a explicação contextualista, pelo contrário, abrirá a possibilidade de tais processos terem efeitos semânticos.

A análise de qualquer elocução de (ix) para o minimalista é semelhante à análise do exemplo anterior. Para qualquer contexto que se possa imaginar a elocução de (ix) será verdadeira se e somente se Paulo Portas não toma o pequeno-almoço. O conteúdo vero-condicional das asserções de (ix) é o resultado da combinação dos termos da frase (ix) de uma certa forma e do significado linguístico dos termos que constituem (ix). Se, de acordo com o minimalista, apenas esses factores linguísticos contribuem para a determinação do conteúdo vero-condicional, então qualquer que seja a asserção de (ix),

para qualquer contexto em que (ix) ocorra, o conteúdo vero-condicional dessas asserções preservar-se-á idêntico: (9) é verdade que *Paulo Portas não toma o pequeno-almoço* se e somente se Paulo Portas não toma o pequeno-almoço.

Os apoiantes da teoria contextualista terão de mostrar pelo menos uma asserção, num determinado contexto, em que o conteúdo vero-condicional dessa asserção não seja (9). Tome-se como exemplo o seguinte contexto: Pedro Passos Coelho, no *Restaurante dos Deputados*, na Assembleia da República, de manhã, antes da entrada para o Debate Quinzenal no Parlamento, profere (ix) em resposta ao funcionário da Assembleia que o questiona se Paulo Portas pretende tomar algo. Poderá o contextualista sugerir que, nesse contexto, a asserção de Pedro Passos Coelho não diz que (9), mas antes algo como (9') é verdade que *Paulo Portas não toma o pequeno-almoço* se e somente se Paulo Portas não pretende consumir nenhum alimento naquele momento. A reforçar intuitivamente o argumento do contextualista é que o funcionário da Assembleia da República compreendeu a asserção como (9'). Mas será que essas são boas razões para o minimalista aceitar que as condições de verdade da asserção acabada de exemplificar foram realmente afectadas por processos pragmáticos opcionais? O minimalista dirá que não. A asserção possui exactamente o conteúdo vero-condicional que decorrem do sentido literal da frase (ix). O que o falante faz é asseverar algo com esse mesmo conteúdo vero-condicional de modo a transmitir a sua intenção, a de querer dizer que Paulo Portas não tem fome, ou que não pretende comer nada. Tal apenas é possível, porque a asserção literalmente diz que (9); não haverá, segundo o minimalista, qualquer efeito pragmático que afecte as condições de verdade da asserção, que afecte o que literalmente é dito; o que o falante faz é querer dizer algo para além do que é literalmente dito com a asserção e essa informação é transmitida com sucesso ao auditório; no entanto daí nada decorre de interessante que afecte o conteúdo vero-condicional da asserção. O auditório compreendeu o que o falante pretendia comunicar, usando (ix) de um modo particular<sup>32</sup>. Assim, o processo pragmático opcional tem novamente, de acordo com o MS, repercussões pragmáticas, mas não tem qualquer implicação semântica, não tem qualquer efeito no conteúdo vero-condicional da asserção. O contextualista, tal como para o exemplo anterior, objectará a essa ideia, afirmando que os processos contextuais opcionais provocam efeitos no conteúdo vero-

---

<sup>32</sup> Seguindo Grice, estar-se-ia perante uma implicatura conversacional gerada a partir da Máxima da Relevância. Cf. Grice (1975).

condicional da asserção de (ix), porque a asserção já não diz apenas que Paulo Portas não toma o pequeno-almoço, mas antes que não pretende alimentar-se.

De notar, que novamente a discórdia parece assentar num diferendo sobre o que pode ser semanticamente relevante ou não. Essa questão irá ser explorada com maior detalhe no capítulo seguinte.

Creio ser perceptível dos exemplos que foram dados que a principal divergência entre contextualistas e minimalistas tem que ver com o modo como o contexto contribui para determinar o conteúdo vero-condicional assertivo ou mediante que processos contextuais podem determinar o conteúdo vero-condicional de asserções. Tal é mais claro em exemplos de frases que contêm termos sensíveis ao contexto (como é o caso de (vii)), porque nesses casos o sentido expresso por essas frases não é suficiente para determinar as condições de verdade de qualquer asserção dessa frase, é sempre necessário o contributo do contexto para essa determinação. Ora, em que medida é que esses casos diferem dos casos em que apenas contextualistas defendem que a variação do contexto pode surtir efeitos nas condições de verdade de asserções? O minimalista não diz que, em certos casos muito pontuais, a variação contextual não tenha efeitos nas condições de verdade de asserções, ele dirá é que essa necessidade da contribuição do contexto é determinada linguisticamente, é determinada pelo significado linguístico dos constituintes da frase asseverada. O que significa que o contexto só é chamado a contribuir para a determinação das condições de verdade da elocução se elementos linguísticos assim o determinarem. O contextualista defenderá, por sua vez, que a contribuição do contexto na determinação das condições de verdade não ocorre por determinação linguística, i.e. ocorre opcional ou livremente. Tal implica que esse tipo de processos pragmáticos pode ter relevância semântica e é exactamente esse aspecto que o minimalista rejeita.

Nas secções seguintes ir-se-á abordar com maior detalhe algumas noções essenciais que compõem a discussão entre MS e CS.

### 2.5.1. *Sentido literal*

O sentido literal é associado ao sentido de uma determinada frase, independentemente do contexto da sua elocução. Algumas vezes o sentido literal é associado ao sentido da frase no contexto *zero* ou no contexto *nulo*, de modo a indicar a

ideia de que é algo que se mantém comum a qualquer contexto e que não é sensível à variação contextual.

Uma frase pode ter mais do que um sentido literal (ambiguidade), pode possuir um sentido literal defeituoso (absurda), um sentido literal incompleto (indexicalidade), mas possuirá sempre um sentido literal, que será determinado pelos componentes (ou pelo significado convencional desses elementos) da frase e da forma como eles estão sintacticamente combinados (Searle 1978: 117). O falante pode querer dizer algo mais, algo de completamente diferente, ou algo de completamente oposto àquilo que é o sentido literal de uma frase (implicatura conversacional<sup>33</sup>, ironia, respectivamente), mas esse sentido mantém-se para qualquer asserção dessa frase. Os usos irónicos, os usos metafóricos e as implicaturas conversacionais das frases não afectam o sentido literal das frases asseveradas, porque esses outros usos não são propriedades linguísticas, mas propriedades pragmáticas, propriedades atribuídas ao que os falantes fazem com a língua<sup>34</sup>.

O sentido literal fornece as condições de verdade em que qualquer asserção da frase, caso respeite essas mesmas condições será verdadeira<sup>35</sup>. Esta noção é útil para o MS, uma vez que o minimalismo procurará basear a noção de conteúdo semântico na noção de sentido literal. Como o sentido literal de uma frase asseverada não é afectado por aquilo que os falantes fazem com essa frase, as alterações de contexto não irão afectar as condições de verdade dessa asserção ou o seu conteúdo. Desse modo, a noção de sentido literal desempenha uma função essencial na disputa entre MS e CS, restringe, de um ponto de vista minimalista a influência de processos pragmáticos na alteração do conteúdo da asserção. Uma vez que a variação do contexto de elocução de uma frase tem que ver com aquilo que os falantes fazem com a língua e é, portanto, de índole pragmático, a noção de sentido literal impossibilita que variações contextuais opcionais operem com alguma influência semântica, no conteúdo semântico ou vero-condicional das asserções.

---

<sup>33</sup> Cf. Grice (1975).

<sup>34</sup> «Strictly speaking, the expression "literal" in the phrase "literal meaning of the sentence" is pleonastic since all these other sorts of meaning - ironical meaning, metaphorical meaning, indirect speech acts and conversation implications - are not properties of sentences at all, but rather of speakers, utterances of sentences» Searle (1978: 118).

<sup>35</sup> «For sentences in the indicative, the meaning of the sentence determines a set of truth conditions; that is, it determines a set of conditions such that the literal utterance of the sentence to make a statement will be the making of a true statement if and only if those conditions are satisfied» Searle (1978: 118).

Há ainda outra função importante que a noção de sentido literal desempenha. Uma vez que o sentido literal é o sentido que a frase, qualquer que seja o contexto em que ocorra, possuirá, então a noção importará para explicar o que é transmitido e por que razão é transmitido algo entre contextos; i.e. é importante na explicação do que permite a comunicação entre diversos contextos de elocução. Qualquer que seja o contexto de elocução o falante<sub>f</sub> pode asseverar o mesmo que o falante<sub>o</sub> asseverou num outro contexto. A variação contextual não impede que algo de constante se mantenha entre aquilo que o falante<sub>f</sub> e o falante<sub>o</sub> asseveraram. O elemento que transitou de um contexto para o outro e que permite perceber que ambos os falantes asseveraram o mesmo é o conteúdo semântico de ambas as asserções ser o mesmo e isso apenas é possível caso o conteúdo das asserções tenha por base a noção de sentido literal, que se mantém inalterável, apesar da variação de contexto e dos processos contextuais que poderão ocorrer.

Note-se que, de acordo com o minimalista, para a compreensão do conteúdo vero-condicional de uma asserção não é efectuada a computação dos elementos contextuais em que a asserção ocorre (salvo a excepção de casos em que a frase asseverada contenha termo sensíveis ao contexto). Quando o falante assevera (i') 'Cavaco Silva sentiu-se indisposto' não é necessário qualquer informação adicional para identificar que *Cavaco Silva sentiu-se indisposto* se e apenas se se sentiu indisposto, e que esse conteúdo invariável permite a comunicação entre diversos contextos de elocução da mesma informação<sup>36</sup>.

Estou em crer que ficou perceptível com a explicação dada que a noção de sentido literal é essencial à teoria minimalista e que desempenha funções argumentativas diversas a favor do MS na sua disputa com o CS. Como tal grande parte das respostas contextualistas passam por procurar mostrar que a noção de sentido literal não é relevante para a discussão acerca do modo como o conteúdo vero-condicional da asserção.

### 2.5.2. Modulação

Quando o contextualista fala de processos pragmáticos opcionais tem em mente, especialmente, um certo tipo de processos, designados por *modulação*. Os processos de

---

<sup>36</sup> Cappelen e Lepore (2005b: 123 - 127).

modulação, ao contrário de outros processos pragmáticos, é um tipo de processos em que o contexto não é chamado a intervir por via do significado dos constituintes da frase; i.e. ocorre sem qualquer causa gramatical ou linguística. A modulação descreve um processo em que o contexto intervém na determinação das condições de verdade da elocução livremente, sem que o significado dos constituintes da frase assim o obrigue.

A posição do CS é que ocorrem processos pragmáticos opcionais, designados geralmente por modulação, que influenciam o conteúdo vero-condicional das asserções; ou seja, que têm um efeito semanticamente relevante<sup>37</sup>. O MS rejeita liminarmente esta tese. De acordo com o MS há modulação, ou processos pragmáticos opcionais, mas esses processos não têm relevância semântica.

Como é que a modulação surte efeitos, de acordo com o contextualista, no conteúdo vero-condicional da asserção?

Veja-se um exemplo de modo a explicar como é que a modulação decorre:

(x) O porco é gordo.

Uma elocução de (x) pode ter várias leituras. Numa dessas leituras, (x) será verdadeira se e somente se o porco, exemplar vivo da espécie *sus domesticus*, é gordo. De acordo com outra leitura possível, (x) será verdadeira se e somente se o porco, a carne do porco, é gordo. Ambas as leituras são possíveis, dependendo do contexto em que (x) ocorra. A possibilidade de haver pelo menos essas duas leituras, consoante o contexto, mostra que ocorre um processo pragmático ou contextual com efeitos no uso do termo ‘porco’. Portanto, os efeitos deste processo serão primeiramente localizados. O que o contextualista defenderá é que esse processo, designado por modulação, afecta o significado com que o termo ‘porco’ ocorre na asserção e, conseqüentemente, o conteúdo vero-condicional da asserção. Importante para o contextualista é o facto dos processos de modulação não ocorrerem em virtude de qualquer causa ou necessidade linguística, é um processo inteiramente opcional. Aliás, como facilmente se poderá verificar pelo exemplo, ‘porco’ não contém qualquer característica linguística que faça do termo um termo especialmente sensível ao contexto; não contém qualquer *lacuna*

---

<sup>37</sup> «Truth-Conditional Pragmatics is the opposite view, based on the rejection of Minimalism. It says that truth-conditional content may be affected not only by saturation (as when an indexical is assigned a contextual value) but also by free pragmatic processes». Recanati (2011: 5).

que precise de ser preenchida pelo contexto. Pelo contrário, numa leitura literal a elocução de (x) dirá simplesmente que o porco (o exemplar vivo da sua espécie) é gordo; mas numa leitura não-litera de (x) – por exemplo, a asserção ocorrer num contexto em que os intervenientes na conversação estão a meio de uma refeição – a asserção de (x) dirá que a carne de porco é gorda.

O minimalista naturalmente não partilhará desta interpretação do que é modulação. Para o MS, o processo de modulação, a ocorrer, não terá qualquer relevância semântica, não afectará o significado linguístico do termo ‘porco’ de modo algum e, como tal, não afectará o conteúdo vero-condicional da asserção. O fenómeno que aqui atravessa o exemplo é um fenómeno que permite, por modulação, que o falante use o termo ‘porco’ no contexto da asserção de uma certa maneira que não decorre unicamente do seu significado linguístico; todavia, essa forma particular de usar o termo não acarreta qualquer consequência significativa a nível semântico.

Assim, para o MS os processos de modulação não podem ser semanticamente relevantes, uma vez que uma das suas características distintivas será a de ser um processo pragmático opcional. Admitir que modulação poderá ser semanticamente relevante seria a negação da tese M2. Há fundamentalmente duas estratégias para manter a tese M2: (primeira) explicar alguns dos putativos processos de modulação recorrendo a processos contextuais linguisticamente mandatados e (segunda) defender que os processos de modulação apenas têm relevância pragmática. O minimalista, caso opte pela primeira estratégia, não pode unicamente optar por essa estratégia, sob pena de aumentar excessivamente a lista de termos sensíveis ao contexto, negando a tese M1, tem de responder ao desafio contextualista utilizando a segunda estratégia também. Portanto, a utilização da segunda estratégia é sempre obrigatória.

Por seu lado, o contextualista deverá apresentar argumentos satisfatórios que fortaleçam a ideia de que os processos de modulação podem de facto ter relevância semântica<sup>38</sup>.

### 2.5.3. *Indexicalidade e saturação*

---

<sup>38</sup> Um dos principais argumentos (minimalistas) contra a relevância semântica dos processos de modulação é a sua assistematicidade. É normal o contextualista procurar dar conta da sistematicidade dos processos de modulação argumentando que é possível compatibilizar os processos de modulação com a composicionalidade. Cf. Pagin (2005), Pagin & Pelletier (2006), Recanati (2011).

Um fenómeno de que temos vindo a falar, indirectamente, ao longo do presente texto é o de indexicalidade. Indexicalidade ocorre na presença de termos que, pelo seu próprio significado, obrigam a que o contexto intervenha de modo a determinar quais as condições de verdade da frase de que são elementos.

Tal é perceptível no seguinte exemplo:

(xi) (eu) Quero que Alberto Contador vença o Tour 2014.

A interpretação comumente aceite de qualquer asserção de (xi) é que é necessário que o contexto intervenha de modo a determinar em que condições é qualquer elocução de (xi) verdadeira ou falsa. Tal dever-se-á ao facto de a frase (xi) conter um termo indexical, o termo 'eu'. O termo 'eu', o pronome pessoal, é indexical, porque, ausente de qualquer associação contextual, não é possível determinar a sua referência; logo, não é possível determinar as condições em que (xi) é verdadeira ou falsa, sem que o objecto a que 'eu' se refere seja identificado. Tal pode verificar-se pelo seguinte: (xi) pode expressar uma verdade, se e apenas se Miguel Relvas esperar que Alberto Contador vença o Tour, pode expressar uma falsidade caso Diogo Santos espere que Alberto Contador vença o Tour... é necessário que a referência do termo seja fornecida para que as condições de verdade de qualquer asserção de (xi) sejam determinadas. Mas porque ocorre tal coisa? Por causa do significado linguístico do termo 'eu'. Como o termo é um pronome pessoal, o seu significado fornece informação que apenas mediante o confronto com o contexto de elocução permite identificar a sua referência. É estipulado que o significado de 'eu' é o autor da elocução. No caso (xi) esse autor corresponde à minha pessoa, Diogo Santos. Assim, no contexto deste texto, é possível identificar a referência de 'eu' como sendo Diogo Santos e, assim, é possível determinar que a asserção de (xi), nesse contexto, é verdadeira se e somente se Diogo Santos quiser que Alberto Contador seja o vencedor do Tour (de 2014), a principal prova do ciclismo mundial.

Frases que possuam outras expressões indexicais funcionam de modo idêntico.

(xii) Aquele é amigo de Cavaco Silva.

Também o demonstrativo ‘aquele’ é um termo indexical<sup>39</sup>. Sendo o significado de ‘aquele’ algo com o objecto (fisicamente afastado) que o falante tem em mente, a identificação desse objecto apenas será possível, tal como com o termo ‘eu’, após confronto com o contexto em que a frase é asseverada. Imaginando um contexto qualquer em que é facilmente compreensível que o falante tem em mente Dias Loureiro, apenas assim é possível saber que o conteúdo vero-condicional da asserção de (xii) é *Dias Loureiro é amigo de Cavaco Silva* se e apenas se Dias Loureiro é amigo de Cavaco Silva. Novamente, apenas após a identificação da referência do termo indexical é possível determinar o conteúdo da asserção de (xii) – e assim é para qualquer asserção de (xii). O mesmo se passa com alguns advérbios. Como se verifica no seguinte exemplo:

(xiii) Amanhã começa o Tour 2014.

No caso da frase (xiii) o advérbio ‘amanhã’ também é um termo indexical. Só é possível determinar o conteúdo de uma asserção de (xiii), caso se obtenha a informação acerca de qual o dia em que a elocução de (xiii) é efectuada. Se a elocução for efectuada no dia 04 de Julho de 2014, então a mesma será verdadeira se e apenas se a primeira etapa do Tour ocorrer no dia 05 de Julho de 2014. No entanto, bastará modificarmos o contexto em que (xiii) é asseverada para se perceber que as condições em que é verdadeira são alteradas, por exemplo se a elocução de (xiii) tiver sido efectuada no dia 03 de Julho de 2014, a asserção será verdadeira se e somente se a primeira etapa do Tour for no dia 4 do mês de Julho.

De notar novamente que a presença do contexto na determinação do conteúdo vero-condicional da asserção não ocorre livremente, privado de causa linguística. O contexto entra em acção por assim ser obrigado a fazê-lo, porque o constituinte indexical da frase, devido ao seu significado, ou ao seu carácter, a isso o obriga<sup>40</sup>. Ora, a este processo, que é comum a qualquer fenómeno de indexicalidade, onde ocorre de forma localizada, chama-se saturação<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> Novamente, estou a ignorar a distinção entre indexicais puros e não-puros.

<sup>40</sup> Kaplan (1977: 510-512).

<sup>41</sup> «Saturation is a pragmatic process of contextual value-assignment that is triggered (and made obligatory) by something in the sentence itself, namely the linguistic expression to which a value is contextually assigned. [...] The expression itself acts as a variable in need of contextual instantiation. So pragmatics comes into play, but it does under the guidance of the linguistic material» (Recanati 2011: 4).

Recanati caracteriza a saturação como um processo de baixo para cima (*bottom-up*), no sentido em que o processo é conduzido pelos sinais linguísticos e não pelo contexto (Recanati 2011: 4). Assim, e caracterizando o processo recorrendo a outra terminologia, a saturação identifica um processo cujo efeito pragmático é fraco, em que aquilo que é dito numa elocução é determinado pelo contexto de acordo com o significado do item lexical, como se esse significado não fosse suficientemente específico sem o contexto (Recanati 2011: 4).

Ora, a tese do MS M2 não é mais do que a tese que defende que os únicos efeitos pragmáticos na determinação do conteúdo das asserções são efeitos pragmáticos fracos, i.e. os únicos processos pragmáticos com relevância semânticas são processos de saturação, e que esses processos de saturação são apenas permitidos pontualmente na nossa linguagem<sup>42</sup>.

Tanto MS como CS admitem que os processos de saturação podem ter relevância semântica e, portanto, um dos elementos em disputa não é se processos de saturação têm ou não repercussões no conteúdo vero-condicional de asserções; mas antes se esses são o único tipo de processos pragmáticos com repercussões semanticamente relevantes e se esses processos são ou não pontuais, restritos a um conjunto limitado de termos.

#### 2.5.4. *Constituintes inarticulados*

Um constituinte inarticulado é um elemento que está presente no nível semântico de uma expressão, mas que não está presente ao nível sintático dessa mesma expressão – i.e. é um elemento semanticamente relevante, apesar de não ser sintacticamente articulado<sup>43</sup>. Nesta definição de constituinte inarticulado os elementos inarticulados com relevância semântica, não são encontrados no nível formal ou sintático e isso poderá levantar dificuldades à posição minimalista; especialmente se, como o contextualista defende, esses constituintes inarticulados forem fornecidos por processos pragmáticos opcionais.

Alguns exemplos de algumas frases já utilizados, mas agora possuem constituintes que não foram verbalizados, identificados entre ‘[...]’.

---

<sup>42</sup> «The view that only weak pragmatic effects can affect what is said I call ‘Minimalism’ [...]. The rationale for this term is that the role of pragmatics in content determination is kept to a minimum: only saturation is allowed» (Recanati 2011: 5).

<sup>43</sup> Borg (2004: 213)

(vii') Está a chover [na Nazaré].

(viii') Miguel Relvas tem uma filha [e apenas uma filha].

(ix') Paulo Portas não toma pequeno-almoço [desde o dia 22 de Setembro de 2014]

Qualquer um dos exemplos contém elementos que não foram verbalizados, mas que podem ser recuperados de alguma forma, seja por efeitos pragmáticos, como o contextualista pretende, seja formalmente, como o minimalista pretende, caso sejam semanticamente relevantes; i.e. caso afectem o sentido literal expresso pela frase (ou o conteúdo vero-condicional da asserção).

Supondo para o exemplo (vii') que Maria Luís Albuquerque se encontra na Nazaré no momento em que profere a asserção de (vii) e que está a chover, quando dirige a asserção ao seu assessor. Ora, neste caso, Maria Luís Albuquerque diz com asserção não apenas que está a chover, mas também que está a chover no local onde se encontra. Para este tipo de exemplos como (vii'), contextualistas e minimalistas irão divergir no que respeita à forma como pode ser recuperado o constituinte não-verbalizado relativo à localização de o que é dito com a expressão 'estar a chover' (ver secção #2.5.). O minimalista pode considerar que é possível recuperar esse constituinte formalmente, uma vez que sintacticamente (vii') é analisado como possuindo uma variável de local associada: 'está a chover em *l*'. Esse tipo de resposta implicaria não haver genuinamente um constituinte inarticulado, uma vez que a variável de localização estaria presente ao nível sintáctico. Mas este tipo de estratégia teria de ser assumida com as devidas cautelas, uma vez que deixaria de haver qualquer restrição de princípio para o mesmo fenómeno e tal poderia resultar em fenómenos de saturação generalizados com que teria de ser necessário lidar semanticamente<sup>44</sup>. Portanto, o minimalista pode optar por negar que haja qualquer variável a nível sintáctico que implique que a expressão 'estar a chover' tenha um constituinte que indique a necessidade de haver uma localização.

Então, como responde o minimalista ao desafio contextualista de que o assessor de Maria Luís Albuquerque identifica o conteúdo da asserção como sendo relativo a um determinado local, dado o contexto em que a asserção ocorre. A resposta é simples, (vii) já expressa algo que é suficiente para determinar o conteúdo vero-condicional da asserção de Maria Luís Albuquerque, tudo o que o contexto de conversação permitir inferir acerca do local onde Maria Luís Albuquerque diz chover é um enriquecimento

---

<sup>44</sup> Violando assim a tese M1 (ver secção #2.3.).

que apenas tem relevância pragmática e que apenas afecta o conteúdo do acto de fala praticado por Maria Luís Albuquerque.

O minimalista recorrerá ao mesmo tipo de estratégia para os restantes exemplos. O ponto do minimalista é que, uma vez que os supostos constituintes articulados nos exemplos dados não têm relevância semântica, não são genuinamente constituintes articulados. A posição do minimalista, caso utilize esta estratégia para todos os casos, pode assim ser generalizada como negando a existência de constituintes inarticulados (de acordo com a definição dada no início desta secção).

Para o contextualista, por sua vez, há constituintes inarticulados e esses constituintes inarticulados, para os casos (vii' – ix') só podem ser recuperados pragmaticamente. Quando Miguel Relvas preocupado em obter o abono de família e se dirige à Segurança Social e responde à questão sobre quantos filhos tem com a asserção de (viii'), o processo contextual opcional que acrescenta como constituinte semântico à asserção de (viii) a expressão 'e apenas uma filha' é relevante para as condições de verdade dessa asserção. Dessa forma, segundo o contextualista, estamos perante um caso de um constituinte inarticulado. A mesma estratégia usará o contextualista para (ix'). Alegará o CS de que num determinado contexto de conversação Pedro Passos Coelho poderá perfeitamente asseverar (ix') e em que um constituinte dessa asserção, apesar de ausente sintacticamente, com relevância semântica é a expressão 'desde o dia 22 de Setembro de 2014', enriquecendo, dessa forma, livremente a asserção (ix'), tal como sucedeu para os exemplos anteriores.

Substancialmente o diferendo neste campo, tem sobretudo a ver com existência ou inexistência de constituintes inarticulados. Ora, os argumentos acerca da existência ou inexistência de tal coisa parecem assentar numa divergência acerca do que é semanticamente relevante e do que não o é.

#### 2.5.5. *Composicionalidade*

Os utilizadores de uma língua são capazes de compreender e gerar expressões mais complexas a partir de expressões mais simples, de acordo com padrões que lhes são familiares. Essa utilização recorrente de padrões, de modos de composição de

expressões complexas a partir das suas partes mais simples, é útil na explicação do sucesso comunicativo<sup>45</sup>.

É possível definir este princípio, designado por *composicionalidade*, do seguinte modo:

**Composicionalidade<sub>m</sub>**: *o significado de uma expressão complexa é uma função dos significados das suas partes e do seu modo de composição*<sup>46</sup>.

É consequência de **composicionalidade<sub>m</sub>** que o significado de uma expressão complexa apenas depende de duas coisas, do significado dos seus constituintes (mais simples) e do modo como são combinados.

(xiv) Magnus Carlsen é xadrezista.

Assim, no exemplo (xiv), o significado da expressão complexa ‘Magnus Carlsen é xadrezista’ é resultado do significado dos seus constituintes e da regra segunda qual estão combinados. Designe-se o significado de qualquer expressão com ‘s’, seja ‘θ’ a regra segundo a qual os significados das partes mais simples da expressão complexa estão combinadas, e ‘f’ a função que toma os constituintes de (xiv) como argumento obtém-se o seguinte:

$$s(\text{Magnus Carlsen } \theta \text{ xadrezista}) = f(s(\text{Magnus Carlsen}), s(\text{xadrezista}))$$

Uma vez que o número de expressões simples é finito, bem como o significado com que podem ocorrer, é possível, com recurso a regras composicionais (elas próprias finitas), explicar como uma mente finita é capaz de compreender e de gerar um número infinito de expressões complexas<sup>47</sup>. Assim a compreensão da expressão (mais) complexa ‘Magnus Carlsen é xadrezista e norueguês’ é simples de explicar como sendo a combinação, segundo uma outra regra composicional ‘ω’ de duas expressões complexas: ‘Magnus Carlsen é xadrezista’ ‘Magnus Carlsen é norueguês’.

Desse modo, obter-se-ia algo como:

---

<sup>45</sup> Pagin & Pelletier (2006: 37).

<sup>46</sup> Pagin (2005: 307).

<sup>47</sup> Infinitas devido à recursividade sintáctica da linguagem natural. Recanati (2011: 27).

$$s((\text{Magnus Carlsen } \theta \text{ xadrezista}) \omega (\text{Magnus Carlsen } \theta \text{ norueguês})) = f(s(\text{Magnus Carlsen } \theta \text{ xadrezista}), s(\text{Magnus Carlsen } \theta \text{ norueguês}))$$

Supondo que (Magnus Carlsen  $\theta$  norueguês) seria equivalente a  $f'(s(\text{Magnus Carlsen}), s(\text{norueguês}))$ , alternativamente e de forma mais específica teríamos:

$$s((\text{Magnus Carlsen } \theta \text{ xadrezista}) \omega (\text{Magnus Carlsen } \theta \text{ norueguês})) = y(f(s(\text{Magnus Carlsen}), s(\text{xadrezista})), (f'(s(\text{Magnus Carlsen}), s(\text{norueguês}))))^{48}$$

Voltando ao exemplo anterior, é consequência de **composicionalidade<sub>m</sub>** que o sentido expresso por (xiv) resulta então dos significados dos seus constituintes e do modo particular como estão combinados. A forma como esta consequência está formulada é muito semelhante à tese M1 do MS e parece reforçá-la. Se o sentido expresso pela frase (xiv) é o resultado do significado dos seus constituintes e da forma como estão combinados, então bastará, de acordo com o quadro minimalista, o significado linguístico dos constituintes dos termos da frase asseverada e a forma como esses estão combinados para obter o conteúdo vero-condicional. O MS não parece ter, assim, qualquer dificuldade em tratar sistematicamente a determinação do conteúdo vero-condicional, satisfazendo a **composicionalidade<sub>m</sub>**. Mesmo para o caso de termos sensíveis ao contexto (e.g. termos indexicais<sup>49</sup>), como é o significado linguístico ou carácter desses termos que determina a intervenção do contexto, a **composicionalidade<sub>m</sub>** também é satisfeita, uma vez que o que está em causa com a composição é o significado do constituinte da expressão e não o seu conteúdo.

No entanto, os processos de modulação não são linguisticamente mandatados e, como tal, parecem violar o princípio de **composicionalidade<sub>m</sub>**. Se o conteúdo vero-condicional da asserção é afectado pelo contexto em que a asserção ocorre, parece não ser possível efectuar uma análise sistemática da determinação do conteúdo vero-condicional, uma vez que a sua determinação dependeria também de processos contextuais opcionais, e não apenas do significado dos constituintes da frase asseverada

---

<sup>48</sup> No qual 'y' seria outra função, cujo argumento seria as funções 'f' e 'f'', cujo argumento seria os constituintes da expressão complexa 'Magnus é xadrezista' e da expressão complexa 'Magnus Carlsen é norueguês', respectivamente.

<sup>49</sup> Ignoro eventuais dificuldades para os casos de indexicais não-puros, como os pronomes demonstrativos, visto haver elementos intencionais que determinam o conteúdo para esses termos.

e da forma como esses constituintes se encontram combinados. Cabe, então, ao contextualista, caso pretenda argumentar com recurso à composicionalidade a favor da relevância semântica de processos pragmáticos opcionais, o ónus de mostrar que modulação e composicionalidade são compatíveis, bloqueando o argumento minimalista de que o conteúdo vero-condicional, caso pudesse ser afectado por efeitos contextuais opcionais, não poderia ser analisado sistematicamente.

É nesse registo que as questões relacionadas com a composicionalidade entram na disputa acerca de o que pode contribuir para determinar o conteúdo vero-condicional de uma asserção.

O contextualista, uma vez que os processos de modulação ocorrem primeiramente a um nível local poderá manter o *espírito* (caso não consiga preservar a *letra*) do princípio de **composicionalidade<sub>m</sub>**. A diferença é que em vez do significado linguístico do termo ser parte do argumento da função, é o significado ocasional – modulado – do termo que é parte do argumento da função.

Regressando ao nosso exemplo (xiv):

$$s(\text{Magnus Carlsen } \theta \text{ xadrezista})_c = f(s(\text{Magnus Carlsen})_c, s(\text{xadrezista})_c)$$

Assim, o significado da expressão complexa é obtido a partir do significado ocasional dos seus constituintes e do modo particular como estão combinados. É possível aparentemente compatibilizar o princípio de **composicionalidade<sub>m</sub>** e modulação. Todavia, o contextualista tem uma dificuldade suplementar para resolver; o significado ocasional do termo, por exemplo de ‘xadrezista’, identificado como ‘ $s(\text{xadrezista})_c$ ’ é sensível à variação do contexto, tal como, por contaminação o significado da expressão complexa, identificado como ‘ $s(\text{Magnus Carlsen } \theta \text{ xadrezista})_c$ ’, e isso significa que o que o contextualista na verdade está a fazer é a seguir um outro princípio que não o princípio de **composicionalidade<sub>m</sub>**. Tal é nítido porque apenas se segue de **composicionalidade<sub>m</sub>** que o significado linguístico (ou carácter) da expressão complexa seja resultado do significado linguístico ou carácter das suas partes e do modo particular como estão combinadas, caso o processo contextual em causa seja linguisticamente mandatado, a saturação irá ocorrer ao nível do carácter da expressão complexa de modo a determinar o conteúdo dessa expressão, o que é compatível com o princípio de **composicionalidade<sub>m</sub>**. Mas o que resulta da solução proposta pelo contextualista quando a ela estão associados processos de modulação (e

de saturação) não é o significado da expressão linguística complexa, obtido a partir do significado linguístico das suas partes e da forma como essas partes estão combinadas, que é posteriormente saturado ou modulado com os ingredientes contextuais de modo a que obtenhamos o seu conteúdo ou significado ocasional. Como os processos de modulação ocorrem ao nível dos constituintes da frase, o que faz parte da fórmula para a obtenção do significado da expressão complexa é já o significado em contexto ou ocasional dos seus constituintes e o modo particular como estão combinados. Tal significa que o que o contextualista propõe como princípio composicional não é equivalente ao princípio de **composicionalidade<sub>m</sub>**. É preciso enfraquecer o princípio de **composicionalidade<sub>m</sub>** de modo a acomodar os processos de modulação<sup>50</sup>. Obter-se-á, então, algo como:

**Composicionalidade<sub>c</sub>**: *para qualquer expressão complexa e contexto, o significado ocasional (em contexto) da expressão complexa é uma função do significado em contexto das suas partes e da sua composição.*

O contextualista dá, assim, o primeiro passo para argumentar a favor da possibilidade da análise sistemática (ou semântica) dos processos contextuais ou pragmáticos opcionais. No entanto, é ainda o primeiro passo, uma vez que o contextualista deverá explicar também de forma sistemática o desencadeamento e efeitos dos processos de modulação – relacionando a expressão linguística *e* e o contexto *c* com um efeito modular *m* particular<sup>51</sup>. Parece-me que esse passo é necessário para explicar a eventual sistematicidade dos processos de modulação. E apenas com esse passo cumprido pode o contextualista alegar que o conteúdo da asserção afectado por processos de modulação pode ter um tratamento sistemático.

Não é de somenos que o CS e o MS diverjam igualmente em relação ao princípio de composicionalidade usado. O princípio de **composicionalidade<sub>m</sub>** não é compatível com a posição CS; enquanto que o princípio de **composicionalidade<sub>c</sub>** não pode ser adoptado pelo MS, sob pena de considerar-se semanticamente relevantes processos contextuais opcionais que possam ocorrer. A esta divergência em relação ao princípio de composicionalidade a adoptar está associado uma visão particular da distinção entre Semântica e Pragmática, na medida em que é preciso pressupor da parte do

---

<sup>50</sup> Recanati (2011), Pagin (2005), Pagin & Pelletier (2006), Pagin (2005).

<sup>51</sup> Pagin & Pelletier (2006: 59).

contextualista uma *liberalização* da fronteira entre Semântica e Pragmática para que o princípio de **composicionalidade**<sub>c</sub> possa ser considerado sequer como um princípio semântico, ou com relevância semântica<sup>52</sup>.

Mais uma vez, serve de indicação de que o verdadeiro diferendo entre MS e CS residirá aí.

### 3. A disputa que não o é

#### 3.1. *Breve nota introdutória ao capítulo*

No presente capítulo pretende-se desmascarar o que creio ser os genuínos fundamentos da suposta discussão entre MS e CS. Procurar-se-á mostrar que a causa de toda a discussão tem a ver com dois usos distintos do mesmo conceito, o conceito de conteúdo. Assim, a discussão não é verdadeiramente significativa, é apenas uma discussão terminológica. A confusão entre os usos distintos do conceito de conteúdo, como procurarei mostrar, nasce do facto de cada uma das posições concorrentes nessa disputa fictícia ou verbal partir de um ponto de vista acerca da distinção entre Semântica e Pragmática concorrente. O resultado de cada posição ter esse ponto partida é que a investigação desenvolvida por cada uma das teorias é fechada em si mesmo, assumindo uma figura circular.

Não obstante, não estou em crer que a disputa deva ser abandonada. Parece-me significativo e útil uma disputa acerca do modo como é determinado o *conteúdo semântico* da asserção ou acerca do modo como é determinado *o que é dito* com a asserção; são duas questões filosóficas distintas, que ainda exigem resposta, que normalmente são interpretadas como questões sinónimas. De modo a resgatar da circularidade com vício essa investigação, terminarei o capítulo enunciando os contornos necessários que uma nova teoria teria de possuir para que decorra uma discussão frutuosa e significativa sobre estes dois problemas.

#### 3.2. *O conteúdo: dois conceitos*

Se no capítulo anterior foi dito que a disputa central entre MS e CS poderia ser reformulada por meio de respostas concorrentes a uma mesma questão – qual pode ser o

---

<sup>52</sup> Recanati (2011: 43), Pagin & Pelletier (2006: 45-50).

contributo do contexto na determinação do conteúdo vero-condicional da asserção? – é necessário confirmar se a questão é idêntica para cada uma das teorias, minimalista e contextualista. Esta confirmação é importante, na medida em que a contribuição do contexto na determinação do conteúdo da asserção só será o centro da disputa, caso MS e CS estejam de facto em oposição no que respeita às respectivas respostas acerca de qual o papel do contexto na definição do conteúdo assertivo. Uma condição para que tal ocorra é que as duas teorias estejam a colocar-se a mesma questão, que estejam a usar na questão, por exemplo, os mesmos conceitos, especialmente no que respeita ao termo ‘conteúdo’, assumindo que os restantes termos terão usos idênticos.

De modo a perceber se ‘conteúdo’ é usado no mesmo sentido em cada uma das teorias, proceder-se-á à explicitação de como e o que é identificado como sendo o conteúdo de uma asserção do ponto de vista minimalista e do ponto de vista contextualista.

De acordo com o que foi explicitado ao longo do presente texto acerca das duas teorias, é possível extrair o seguinte relativamente à identificação do conteúdo vero-condicional de asserções:

(xv) Floyd Mayweather é pugilista.

Para o **Minimalismo Semântico** o conteúdo de qualquer asserção de (xv) resulta da proposição mínima ou da proposição expressa pela frase ou ainda do sentido (literal) expresso pela frase (xv) e, por conseguinte, comum a qualquer elocução de (xv). Obter-se-ia, então de qualquer asserção de (xv), de acordo com o minimalista, o seguinte conteúdo: (15) é verdade que *Floyd Mayweather é pugilista* se e somente se Floyd Mayweather é pugilista<sup>53</sup>.

Qual o papel ou o contributo do contexto na identificação do conteúdo (15)? Nenhum. Obtém-se (15) como resultado do que a frase (xv) expressa, a partir da combinação dos termos que a constituem. A variação do contexto de elocução não causa que uma nova asserção de (xv), noutra contexto, transmita outro conteúdo que não seja (15); visto esse mesmo conteúdo ser comum a qualquer asserção.

---

<sup>53</sup> «The proposition *that A is red* is true just in case A is red. That’s it. That’s the whole semantic story. End of discussion» Cappelen & Lepore (2005b: 158).

Naturalmente que em exemplos que contenham termos indexicais, como por exemplo, no caso do advérbio ‘agora’<sup>54</sup>, a explicação minimalista tem de ser outra; não há já a possibilidade de dizer que o contexto não colabora de algum modo na identificação do conteúdo de asserções de frases que contenham o termo indexical exemplificado, na medida em que o termo ‘agora’ necessita de elementos contextuais para que a sua referência (o seu *conteúdo*, diria Kaplan<sup>55</sup>) possa ser determinada.

Acrescentando ‘agora’ ao exemplo (xv), obtém-se a seguinte frase:

(xv’) Mayweather é pugilista agora.

O minimalista, ao identificar o sentido expresso por (xv’) como sendo (15’) é verdade que *Mayweather é pugilista agora* se e somente se Mayweather é pugilista agora, não pode dizer que (xv’) é suficiente para determinar o conteúdo vericondicional de qualquer asserção. Essas mesmas condições de verdade apenas serão determináveis quando for identificado qual o momento a que o termo ‘agora’ se refere. Podemos perfeitamente substituir a expressão ‘agora’ pela expressão ‘o momento da elocução’. No entanto, a dificuldade mantém-se, uma vez que ‘o momento da elocução’ é também uma expressão que, por si só, não permite identificar o momento em causa. O único acrescento à análise, apenas recorrendo a aspectos linguísticos, que foi efectuado é detectar que o termo ‘agora’ se refere a um momento *t*. Esta substituição fornece-nos um dado importante: há uma variável (*t*) por preencher. Como é que ocorre esse preenchimento? Com informação fornecida pelo contexto (de elocução). Neste caso, o contributo do contexto bastará que seja o suficiente para determinar o momento em que a elocução é proferida. O momento em que a elocução é proferida variará, em alguns casos, de asserção para asserção e, por conseguinte, de contexto para contexto; ou seja, a informação necessária para que se determine as condições de verdade de qualquer asserção de (xv’) pode ser sensível à variação do contexto. O minimalista terá, portanto, de admitir que o contexto desempenha uma função relevante na identificação do conteúdo de asserções de (xv’), uma vez que os aspectos unicamente linguísticos não são suficientes para que as condições de verdade de qualquer asserção de (xv’) sejam

---

<sup>54</sup> Emma Borg rejeita incluir termos indexicais não-puros no seu esquema semântico, a razão tem que ver com o facto de pretender evitar a contaminar a Semântica de elementos intencionais. Daí, eu recorrer a um termo indexical puro para o exemplo. Cf. Borg (2004 & 2007).

<sup>55</sup> Cf. Kaplan (1977).

identificadas. Aplicando essa novidade, obtém-se (15'') é verdade que *Mayweather é pugilista agora* se e somente se Mayweather é pugilista no dia 1 de Setembro de 2014<sup>56</sup>.

O minimalista, no entanto, dirá que asserções de frases que contenham termos indexicais são somente excepções pontuais à regra, e mais importante, são excepções que podem ser explicadas linguisticamente. No caso do exemplo (xv'), o advérbio 'agora' é um termo que está dependente de o contexto fornecer a informação necessária para que a sua referência seja identificável, mas essa dependência deve-se ao seu significado linguístico (ou significado convencional, ou significado lexical) ou *carácter* assim o determinar<sup>57</sup>. Portanto, o contributo do contexto na determinação do conteúdo de asserções de (xv') ocorre porque o contexto é linguisticamente mandatado a intervir, e essa intervenção não é *opcional*, mas obrigatória para que o conteúdo vero-condicional de qualquer asserção de (xv') seja determinável. Num registo mais figurado, é como se o contexto viesse preencher uma lacuna linguística pré-existente. O que é expresso pela frase (xv') é insuficiente, por si só, para identificar as condições de verdade de qualquer uma das suas elocuições, é essa a causa para a intervenção do contexto na identificação das condições de verdade de qualquer asserção de (xv').

O contexto no caso de asserções de (xv), segundo o minimalista, não é chamado a intervir por não haver essa lacuna ou insuficiência no sentido que é expresso por essa frase. O facto de (xv) expressar algo de completo, no sentido em que o sentido que é expresso é suficiente, por si só, para identificar as condições de verdade de qualquer asserção de (xv), deve-se, por sua vez, ao facto de não possuir como constituinte nenhum termo que seja sensível ao contexto. Como (xv) não contém qualquer termo sensível ao contexto, o contexto, a intervir na definição do conteúdo de alguma asserção de (xv), não o faria por mandato linguístico, mas de modo livre ou opcionalmente. O MS não pode admitir que esse tipo de processo pragmático intervenha na determinação do conteúdo vero-condicional de qualquer asserção de (xv) ou de qualquer outra frase que não contenha qualquer termo sensível ao contexto<sup>58</sup>. Assim, o minimalista terá de desenvolver uma estratégia que o permita assegurar que, por muito que se altere o

---

<sup>56</sup> O dia da elocução, podendo especificar o momento *t* também com a altura do dia 1 de Setembro deste ano em que a asserção ocorreu.

<sup>57</sup> O carácter do termo 'agora' determina que a sua análise formal mostre que a construção sintáctica de qualquer frase com esse termo contém uma variável por preencher. Por essa razão é necessário o contributo do contexto na determinação do conteúdo de qualquer asserção de uma frase que contenha 'agora'.

<sup>58</sup> Sendo que os termos sensíveis ao contexto fazem parte de um conjunto, que poderá variar sensivelmente na sua extensão consoante a modalidade de minimalismo, com uma extensão reduzida de termos. Cf. Nota de rodapé #24.

contexto, o conteúdo da elocução de (xv) será sempre identificado como sendo aquele que é comum a qualquer elocução de (xv) e que resulta do sentido expresso pela frase (xv). Portanto, apesar da variação do contexto, todas as asserções de (xv) terão o conteúdo vero-condicional (15) *Mayweather é pugilista se e só se Mayweather é pugilista*.

Por exemplo, é perfeitamente concebível que o falante, após verificar que uma amiga lia a notícia de que Floyd Mayweather teria sido o autor de um crime de violência doméstica, tendo agredido a sua esposa, terá proferido, dirigindo-se à sua esposa, que (xv). Ora, nesse caso, o falante não quer simplesmente dizer que Floyd Mayweather é pugilista, ele quer dizer que Floyd Mayweather praticou pugilismo com a própria esposa e que isso ocorre devido ao autor do crime ser um praticante profissional de pugilismo; ou seja, o falante procura estabelecer uma relação entre a profissão violenta de Floyd Mayweather e a prática de violência doméstica. Mas, se no contexto da conversação que o falante tem com a sua esposa, ele quer dizer isso ao asseverar (xv), tal implica que o contexto tenha contribuído para a identificação do conteúdo da asserção de tal forma que a mesma só seja verdadeira somente se Floyd Mayweather tiver agredido a sua esposa e se essa acção for condizente com a sua profissão? Para o minimalista, não. O falante de facto quer dizer isso quando assevera (xv) – que haverá uma relação entre Mayweather ser pugilista e ter sido o autor de um crime de agressão – e essa intenção do falante é identificável perante o contexto em que a asserção ocorreu. Mas esta associação particular que o falante pretende fazer entre um ringue de pugilismo, onde o indivíduo em causa desempenha a sua profissão, e a vida doméstica desse mesmo indivíduo é um uso particular e pontual que o falante faz de (xv), privado de qualquer relevância semântica; i.e. sem que afecte ou contribua para a identificação das condições de verdade da asserção de (xv), mesmo neste contexto particular<sup>59</sup>.

Apesar da variação de contexto, dirá o minimalista, a asserção de (xv) continua a ser verdadeira apenas caso Floyd Mayweather seja pugilista, o uso que o falante faz dessa asserção e, em especial, do termo ‘pugilista’ é legítimo no contexto da conversação, mas de modo algum altera o significado convencional ou linguístico do termo ‘pugilista’ e, por conseguinte, não é esse uso particular do termo, associado ao contexto da elocução,

---

<sup>59</sup> Uma das principais razões para o minimalista defender tal coisa é por considerar que não é possível tratar sistematicamente, de modo propriamente teórico, os efeitos pragmáticos ou contextuais que eventualmente poderiam contribuir para a definição do conteúdo vero-condicional da asserção. Cf. Cappelen & Lepore (2005b) e Borg (2004).

que contribui para a definição do conteúdo da asserção. Aliás, o uso especial que o falante faz do termo ‘pugilista’ apenas é possível, porque o termo tem um determinado significado convencional ou linguístico e não outro qualquer<sup>60</sup>. O uso que o falante faz da frase é legítimo no contexto de conversação, porque a frase expressa um determinado sentido (literal), mas a legitimidade ou adequação do seu uso no contexto não determina as condições de verdade da asserção, que serão as mesmas para qualquer contexto.

Assim, o minimalista, quando defende que apenas por mandato linguístico pode o contexto intervir na determinação do conteúdo de uma asserção, tem previamente em mente uma determinada noção de conteúdo. Essa noção de conteúdo resulta do significado convencional ou linguístico dos constituintes da frase asseverada. Será gerado um determinado sentido que a frase literalmente expressa e que qualquer asserção dessa mesma frase preservará, independentemente do contexto em que a mesma ocorra. É a partir desse sentido literal que são extraídas as condições de verdade ou o conteúdo vero-condicional de qualquer asserção. Portanto, esse conteúdo, de acordo com a explicitação feita, é resultado apenas de fenómenos semânticos ou linguísticos e não é gerado a partir de qualquer fenómeno pragmático<sup>61</sup>.

A esta noção de conteúdo, de modo a facilitar a distinção com a noção contextualista homónima, passarei a designar de ora adiante por *conteúdo semântico*.

O *conteúdo semântico* de uma asserção, quando resulta da combinação sintáctica de termos que não são sensíveis ao contexto, não sofre influência alguma do contexto em que a asserção ocorre. Uma asserção, nessas condições, possuirá sempre um conteúdo que é unicamente resultado da combinação sintáctica dos seus constituintes, esse conteúdo pode ser diverso daquilo que o falante quer dizer. No entanto, é esse conteúdo que permitirá identificar quais as condições de verdade da asserção, independentemente do modo como o falante pretender usar a frase que asseverou, que pode ser um uso aceitável ou inaceitável (ou válida ou inválida) da mesma num determinado contexto<sup>62</sup>. Esse conteúdo veiculado pelo falante existe também para o minimalista, a diferença para o contextualista, é que o minimalista não aceita que esse conteúdo tenha relevância semântica<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Que ou quem luta servindo-se dos punhos ou dando murros; [Desporto] que ou quem pratica pugilismo (de acordo com a definição no dicionário).

<sup>61</sup> «The proposition *that A is red* is true just in case *A is red*. That’s it. That’s the whole semantic story. End of discussion.» Cappelen & Lepore (2005b: 158).

<sup>62</sup> Cf. Grice (1975).

<sup>63</sup> Cappelen e Lepore falam de *conteúdo do acto-de-fala* (tradução livre de *speech act content*). Cf. Cappelen & Lepore (2005b).

Para o **Contextualismo Semântico** o conteúdo de uma asserção não pode ser caracterizado do mesmo modo. Fazê-lo implicaria que não seria possível haver efeitos pragmáticos opcionais, primários ou fortes na determinação do conteúdo vero-condicional de uma asserção, com relevância semântica, portanto. Assim, o contextualista caracterizará o conteúdo vero-condicional de uma asserção como sendo o conteúdo intuitivo vero-condicional da asserção<sup>64</sup>, que passarei de ora em diante a designar pela expressão *o que é dito* (pela asserção)<sup>65</sup>. Como a definição de *o que é dito* apela à intuição do auditório e falante na determinação do conteúdo da asserção, é automaticamente perceptível de que já não se fala de um conteúdo definido exclusiva e necessariamente de acordo com a combinação sintáctica dos elementos de uma frase, mas de acordo com o que *intuitivamente* parece ser o conteúdo da asserção. A transformação da noção de conteúdo em algo que é intuitivamente identificado pelos intervenientes linguísticos (falante e auditório) permite que o contexto em que a asserção é feita possa desempenhar um papel na determinação de *o que é dito* por essa mesma asserção. Dito de outra forma, pode haver efeitos pragmáticos na definição do conteúdo da asserção, uma vez que esse conteúdo não é, segundo o contextualista, determinado exclusivamente pela combinação do significado convencional dos elementos linguísticos da frase asseverada, mas é definido, em última instância, intuitivamente. Poder-se-á definir o critério para determinar o que é intuitivo no conteúdo vero-condicional da asserção de modo a que esse conteúdo seja determinado em larga medida pela combinação dos significados linguísticos dos constituintes da frase asseverada, mas a própria definição de *o que é dito* abre a possibilidade de a sua determinação ocorrer também mediante *efeitos pragmáticos fortes*<sup>66</sup>.

Aparentemente, e é – defenderei mais adiante – aparência apenas, o contextualista adopta uma noção imparcial de conteúdo, permitindo que tanto minimalistas como contextualistas possam utilizar essa noção e argumentar a favor de cada uma das suas posições; na medida em que não restringe a determinação do conteúdo da asserção a uma causa semântica ou a uma causa pragmática. Se assim for, a disputa entre minimalismo e contextualismo não tem de ser meramente verbal. Para tal, bastará que

---

<sup>64</sup> Cf. Recanati (2004 & 2011, Carston & Hall (2011: 56).

<sup>65</sup> Ao designar o conteúdo na perspectiva minimalista como *conteúdo semântico* e ao designar conteúdo no sentido contextualista como *o que é dito* não pretendo dizer que o conteúdo no sentido contextualista não seja semanticamente relevante. Bem pelo contrário, um dos pontos do contextualista é que *o que é dito* é semanticamente relevante.

<sup>66</sup> Por efeitos pragmáticos fortes pretendo designar qualquer processo pragmático opcional alteração de *o que é dito*. A expressão é de Stanley. Cf. King & Stanley (2005).

minimalistas adotem a noção de *o que é dito* (ou uma noção próxima) como o conteúdo de uma asserção<sup>67</sup>.

A ser verdadeiro o que foi dito, é o MS que impede que a discussão seja substantiva. O minimalista usa uma noção de conteúdo demasiado restritiva, que faz com que a sua posição seja estipulativamente verdadeira<sup>68</sup>; para o CS, será isso que impede uma discussão frutífera.

Note-se que a noção de *o que é dito* está a ser definida mediante uma noção algo obscura (‘intuição’ ou ‘intuitivo’), mas esse poderá ser o preço a pagar para que haja uma discussão frutífera entre minimalistas e contextualistas.

Retomando o exemplo do pugilista Floyd Mayweather. De acordo com a noção de *o que é dito*, dado o contexto de elocução já descrito, de que o falante profere (xv) comentando com a sua esposa a notícia que indicava que o pugilista seria o autor de agressão doméstica, é perfeitamente concebível que o conteúdo intuito vero-condicional da asserção de (xv) nesse contexto seja que (15<sub>c</sub>) *Floyd Mayweather é pugilista se e apenas se ao agredir a sua esposa se comportou como pugilista*. O que contribui para identificar o conteúdo da asserção como sendo (15<sub>c</sub>)? Por um lado, o significado linguístico dos constituintes de (15) e, por outro lado, o contexto em que a mesma ocorreu que fez com que os constituintes da frase, ao serem usados no contexto da asserção, adquirissem um significado ocasional<sup>69</sup>, contribuindo para a determinação de *o que é dito* com a asserção.

Como a frase asseverada não contém qualquer termo sensível ao contexto, o processo de intervenção do contexto na definição de *o que é dito* será descrito como um processo pragmático opcional, sem mandato linguístico. Não há nada no significado linguístico dos termos que constituem a frase (xv) que permita que *o que é dito* com a asserção corresponda a (15<sub>c</sub>). O significado linguístico do termo ‘pugilista’ não implica que haja uma relação entre essa profissão e a agressão doméstica, essa implicação apenas poderá ocorrer como resultado do contexto em que a asserção de (xv) ocorre.

---

<sup>67</sup> Esta é a posição de Recanati: «Is the debate between TCP and Minimalism merely verbal, then? It depends. There are several variants of Minimalism, one of which is actually incompatible with TCP. The debate between that form of Minimalism and TCP is substantive, and it is to that debate that I intend to contribute» (Recanati 2011: 13).

<sup>68</sup> Cf. Recanati (2011:13).

<sup>69</sup> Tradução livre de uma expressão de Recanati. «The standing meaning is the meaning which the word (type) has in isolation, in virtue of the conventions of the language. The occasion meaning is the meaning which an occurrence of the word takes on in a particular linguistic context. What varies as a function of the other words in the sentence is the occasion meaning, not the standing meaning» Recanati (2011: 33).

A disparidade nas duas análises é passível de ocorrer porque o conceito de conteúdo, o conceito-base com que cada uma das duas posições opera, não é o mesmo –como se viu.

Importará de seguida verificar como é identificado cada um destes conceitos; os critérios de identificação do *conteúdo semântico* e os critérios de identificação de *o que é dito* permitirão que se perceba se um dos dois conceitos, apesar de diferentes, pode ser usado por ambas as teorias para que haja uma discussão acerca da questão tal como foi formulada inicialmente – o que contribui para determinar o conteúdo de uma asserção. Caso não se verifique como sendo possível a adopção por parte das duas teorias do mesmo conceito, a disputa MS / CS não será acerca de como é o conteúdo de uma asserção determinado, se o contexto desempenha algum papel nessa determinação ou, se o desempenha, em que circunstâncias o pode fazer; a disputa terá de ser, a haver de facto disputa substantiva, acerca de uma outra questão mais fundamental.

### 3.2.1. *Critério de identificação do conteúdo semântico: uma crítica*

O *conteúdo semântico* de uma asserção é identificado a um nível anterior ao da asserção ocorrer. É o que a frase expressa que determina esse conteúdo, independentemente da sua ocorrência. Se o *conteúdo semântico* é gerado a partir da combinação sintáctica dos componentes da frase<sup>70</sup>, então o que a frase expressa determina o conteúdo vero-condicional de qualquer asserção dessa mesma frase, i.e. para qualquer contexto em que a mesma ocorra. Assim, o *conteúdo semântico* é obtido a partir de elementos estritamente linguísticos, sem qualquer influência pragmática.

No entanto, é preciso explicar como é que esta definição de *conteúdo semântico* é compatível com efeitos pragmáticos participarem na determinação do conteúdo da asserção. Foi já mencionado repetidas vezes que também os minimalistas aceitam que em alguns casos (muito) pontuais o contexto seja um participante na determinação do conteúdo vero-condicional da asserção. No entanto, se, de acordo com o modo como foi apresentado o conceito, o *conteúdo semântico* da asserção é determinado linguisticamente, através da combinação sintáctica dos significados linguísticos dos constituintes da frase, como pode o contexto intervir na sua determinação, mesmo que pontualmente? A explicação, como se percebe também do que foi mencionado

---

<sup>70</sup> Cf. Secção #2.3..

anteriormente, passa por ter de haver um mandato linguístico para a intervenção do contexto. Todavia, subsiste a questão: em que circunstâncias é que ocorre esse mandato? A intervenção do contexto na determinação do *conteúdo semântico* da asserção apenas é possível quando, da combinação sintáctica dos constituintes da frase asseverada, resulte algo que não permite ainda de um modo completo interpretar as condições de verdade da asserção. É tal fenómeno que faz com que a mera combinação sintáctica dos elementos da frase não seja suficiente para interpretar convenientemente o conteúdo vero-condicional da asserção.

É esse fenómeno que explica a intervenção do contexto na determinação do *conteúdo semântico* de asserções que contenham termos indexicais. Os termos indexicais são termos insaturados, que requerem a intervenção de elementos pragmáticos para que seja possível identificar a sua referência; essa insaturação dos termos indexicais *contamina* com essas características aquilo que é expresso pela frase. Daí resulta que o que é gerado por aquilo que é expresso pela frase, pelo seu sentido literal, seja ainda incompleto, precisa de algo mais, de elementos pragmáticos para que se possa dizer com propriedade qual é o *conteúdo semântico* da asserção.

Assim, o minimalista explica convincentemente o que se passa nos casos em que a frase asseverada contenha termos indexicais. No entanto, há outros casos pontuais em que a intervenção do contexto aparenta ocorrer por outras razões que não pela indexicalidade de algum termo que a frase asseverada contenha. Falo de casos de ambiguidade que o minimalista irá explicar de forma distinta.

Uma asserção pode ser ambígua por dois motivos distintos. Primeiro, devido a polissemia; o segundo motivo é a homonímia. Um termo é polissémico se possuir mais do que um significado lexical ou convencional. Uma palavra é homónima se houver dois termos graficamente idênticos, mas com significados convencionais distintos. A distinção entre estes dois fenómenos linguísticos é facilmente identificável num dicionário; termos polissémicos são termos com apenas uma entrada lexical no dicionário, mas com várias definições. Palavras homónimas são palavras com entradas lexicais distintas, uma vez que se tratam de termos diferentes.

Começando pelo primeiro motivo de ambiguidade, basta que a frase contenha um termo polissémico para que expresse, pelo menos, dois sentidos literais distintos. Como é do seu sentido literal que será gerado o *conteúdo semântico* de qualquer asserção sua, então para qualquer asserção da frase pode haver, pelo menos, dois *conteúdos semânticos* distintos. Como é que é identificado qual o *conteúdo semântico* asseverado,

se apenas linguisticamente o mesmo não é determinável? Novamente, por acção de elementos pragmáticos, do contexto. Apenas mediante a contribuição de elementos pragmáticos é possível identificar quais as condições de verdade da asserção. No entanto, a acção do contexto ocorre a um nível pré-semântico. Afirmo que a desambiguação (realizada por meio de processos pragmáticos) ocorre a um nível pré-semântico, no sentido em que a desambiguação é um processo de selecção do significado do termo e, como tal, ocorre previamente à identificação do significado convencional dos termos que constituem a frase asseverada. Assim, e apesar de a acção do contexto (ou processos pragmáticos) na desambiguação do termo polissémico surtir efeitos na determinação do *conteúdo semântico* da asserção, a intervenção do contexto não tem relevância semântica<sup>71</sup>.

Nos processos de desambiguação causados por homonímia os efeitos pragmáticos ocorrem também a um nível pré-semântico. Como tal, a intervenção do contexto na resolução da ambiguidade, seleccionando qual o termo que está a ser usado na asserção, é também privado de relevância semântica.

Portanto, ao contrário dos fenómenos de indexicalidade, os fenómenos de desambiguação não têm relevância semântica, apesar de em ambos os casos o contexto intervir com efeitos na determinação do *conteúdo semântico* da asserção. Não obstante, por razões distintas, tanto os casos de desambiguação, como os casos de indexicalidade, não são excessivamente problemáticos para o minimalista.

Com vista a explicitar melhor o que se passa com os processos de desambiguação, eis um exemplo de um caso de ambiguidade provocado por polissemia:

(xvi) Vitali Klitschko despoleta manifestação violenta.

Imagine-se que (xvi) é o título de uma notícia na imprensa escrita. O leitor, numa primeira leitura do título, ainda sem informação suplementar sobre o que terá sucedido na Ucrânia ou acerca da notícia assim titulada, não é capaz de identificar o conteúdo vero-condicional da asserção de (xvi). Uma vez que, por enquanto, apenas elementos linguísticos contribuem para a identificação do *conteúdo semântico* da asserção, e uma vez que um desses elementos é um termo polissémico ('despoletar'<sup>72</sup>), o leitor não tem

---

<sup>71</sup> Cf. Recanati (2004: 134).

<sup>72</sup> O termo 'despoletar' é originado a partir do termo 'espoleta' e da contracção do prefixo de negação 'des'. Portanto, o significado que resulta da junção literal destes dois elementos é retirar a

em sua posse todos os elementos necessários para a determinação das condições de verdade da asserção de (xvi). Não sabe se as condições de verdade da asserção são (16) é verdade que *Vitali Klitschko (VK) despoleta manifestação violenta* se e apenas se VK impede manifestação violenta ou se (16') é verdade que *VK despoleta manifestação violenta* se e somente se VK provoca (ou causa) manifestação violenta. O leitor precisará de ler o restante da notícia para perceber se o conteúdo da asserção de (xvi) é (16) ou (16'). Ora, a restante informação contida na notícia é informação acerca do contexto em que (xvi) ocorre; assim, é um elemento pragmático que participa na identificação do *conteúdo semântico* da asserção. No entanto, o elemento pragmático participa nessa identificação no momento em que a determinação do significado dos termos que constituem a (xvi) está a decorrer. Portanto, o contexto *entra em cena* antes de o significado dos termos 'Vitali Klitschko', 'manifestação', 'violenta' e, finalmente, 'despoleta' ser identificado. É nesse sentido que a contribuição do contexto ocorre a um nível pré-semântico, ainda enquanto o processamento do significado lexical dos constituintes da frase (xvi) está a decorrer.

O mesmo ocorre em casos de ambiguidade provocados por homonímia, como se pode verificar no seguinte exemplo:

(xvii) Paulo Portas retira o dinheiro do Banco.

Imaginando que (xvii) é proferido por Nuno Magalhães oralmente a um outro seu colega de bancada parlamentar, não é possível sem informação adicional fornecida pelo contexto de conversação determinar se o *conteúdo semântico* da asserção de (xvii) é (17) é verdade que *Paulo P. retira o dinheiro do banco* se e apenas se Paulo P. retira o dinheiro do banco ou (17') é verdade que *Paulo P. retira o dinheiro do Banco* se e apenas se Paulo P. retira o dinheiro do Banco.

De modo a seleccionar se o *conteúdo semântico* é (17) ou (17'), novamente, o contexto tem de intervir na desambiguação da asserção. Essa intervenção, tal como no caso anterior, ocorre a um nível pré-semântico, prévio à determinação do significado

---

espoleta. Como a espoleta é o detonador da granada, o que permite a inflamação da mesma e a sua consequente explosão, 'despoletar' é, em primeira instância, impedir a explosão e, quando usado relativamente a outras acções, significa o impedimento de determinada acção. Ainda assim, 'despoletar' também significa *fazer surgir*, provocar ou desencadear alguma acção. Assim, o termo é polissémico, do que resulta, para qualquer uso em frase, ambiguidade.

dos constituintes de (xvii). Pelas mesmas razões que no exemplo anterior, o contributo do contexto não apresenta qualquer relevância semântica.

Especialmente a polissemia é um fenómeno relativamente vulgar na linguagem natural. Porém, como esse fenómeno não surte nenhum efeito semanticamente relevante, não é também relevante para a discussão em causa. Se o fosse o minimalista seria forçado a assumir efeitos pragmáticos com relevância semântica para um número elevado de termos. Assim, o minimalista não é forçado a assumir essa posição e poderá limitar a quantidade de termos sensíveis ao contexto a um número muito reduzido.

A noção de *conteúdo semântico* convive, assim, sem dificuldades de maior com a indexicalidade e a ambiguidade. No entanto, a mesma noção não parece ser compatível com a ideia de que *efeitos pragmáticos fortes* ou opcionais, em que não haja mandato semântico para a intervenção pragmática na determinação do conteúdo da asserção, sejam semanticamente relevantes. Essa incompatibilidade existe porque o *conteúdo semântico* da asserção é, em última instância, definido de acordo com a combinação do significado linguístico dos termos que compõem a frase. Qualquer alteração pragmática da frase quando em uso, não irá provocar uma alteração ao *conteúdo semântico* da asserção, porque essa alteração é relativa ao uso particular que os falantes fazem dos constituintes linguísticos e não ao significado linguístico, convencionalmente aceite, desses elementos. Ora, se não há uma alteração de significado linguístico dos constituintes da frase asseverada, não há uma alteração do *conteúdo semântico* dessa asserção. Dito de outro modo, de acordo com o minimalista, os efeitos pragmáticos livres ocorrem a um nível pós-semântico, surtindo apenas efeitos pragmáticos, não afectando o *conteúdo semântico* das asserções.

Tome-se um exemplo:

(xviii) Rafal Majka veste de amarelo no final de *Il Giro*.

O conteúdo semântico de qualquer asserção de (xviii) é que (18) será o caso que *Rafal Majka vista de amarelo no final de Il Giro*, se e apenas se Rafal Majka vestir de amarelo no final de *Il Giro*.

Imagine-se que a asserção ocorre num contexto de conversação ciclístico, entre dois amantes da modalidade e que, uma vez que *Le Tour*, a principal prova de ciclismo, e outras provas também importantes assinalam distintivamente o líder da prova vestindo-o com a camisola amarela. Apesar de na prova por etapas italiana o líder ser

identificado com uma camisola cor-de-rosa, percebe-se devido a outros elementos da conversação que o falante quer dizer que Majka irá vencer *Il Giro*. Portanto, a cor da camisola que Majka utilizar após a última etapa da prova é irrelevante para o que o falante quer dizer<sup>73</sup>. O falante quer dizer que Majka irá terminar *Il Giro* como líder da prova. Caso a alteração contextual da ocorrência de (xviii) tivesse efeito na determinação do *conteúdo semântico* da asserção, obter-se-ia que o conteúdo vero-condicional da asserção já não seria (18), mas algo como (18') é verdade que *Majka veste de amarelo no final de Il Giro*, se e somente se vestir a camisola rosa no final de *Il Giro*. Segundo o minimalista não é isso que sucede neste caso e em casos similares. A variação do contexto não provoca aqui variação do *conteúdo semântico* da asserção, a provocar seria um efeito pragmático livre, uma vez que não há qualquer elemento da frase (xviii) que cause a intervenção de elementos pragmáticos na determinação do *conteúdo semântico* da asserção. Mas o falante quis dizer – e disse – algo que vai além do *conteúdo semântico* da asserção. O que o falante fez foi manipular, por meio do seu uso num determinado contexto, o significado linguístico da expressão ‘vestir de amarelo’. Por se tratar de um contexto ciclístico, o falante usou ‘vestir de amarelo’ com um determinado *significado ocasional* que não o significado coincidente com o significado linguístico da expressão. No entanto, o significado linguístico ou convencional da expressão não foi alterado, continua a ser o mesmo e é esse significado linguístico que é parte do que é expresso pela frase (xviii) ou do sentido literal da frase e, por conseguinte, é esse sentido literal que participa na determinação do *conteúdo semântico* da asserção. Esse conteúdo vero-condicional continua a ser determinado dessa forma mesmo na elocução exemplificada, não houve, portanto, uma alteração da natureza semântica da asserção.

Nesse registo, ‘amarelo’ não passou a significar cor-de-rosa ou ‘vestir de amarelo’ não passou a significar ser líder de uma prova ciclística. Mas alguma alteração houve. A alteração que houve foi que o falante quis dizer tal coisa com o uso da expressão e que, dado o contexto da sua asserção, esse uso da expressão é perfeitamente legítimo e compreensível para o seu auditório. Tal significa que as condições de verdade da asserção foram modificadas por causas inteiramente pragmáticas? Segundo o minimalista, não. Não foram modificadas porque é o próprio significado linguístico de

---

<sup>73</sup> Ora, acontece que o equipamento da equipa *Tinkoff Saxo*, a que Majka pertence, é de facto predominantemente amarelo e, se alterarmos o contexto, o falante quererá dizer que Majka, no final da prova irá vestir apenas a camisola da sua equipa, e não a de líder, que é rosa. Logo, o falante quererá dizer que Majka não vencerá *Il Giro*.

‘vestir de amarelo’ (‘amarelo’ significar amarelo e ‘vestir’ significar vestir) que permite o seu uso legítimo no contexto ciclístico como sinónimo da expressão ‘ser líder de uma determinada prova ciclística’, mas tal é um uso particular da expressão que apenas se pode dizer adequado para o fim que o falante pretende ao usar a asserção ou inadequado para tal fim; o âmbito já não é relativo à asserção ser verdadeira ou falsa ou acerca de quais as condições para que seja verdadeira. Consequentemente, não há qualquer modificação do *conteúdo semântico* da asserção, porque não estamos no campo semântico. Portanto, a variação contextual relatada é pragmaticamente relevante, mas semanticamente insignificante.

Segue-se que a noção de *conteúdo semântico*, uma vez que está dependente virtualmente em absoluto do significado convencional dos termos que compõem as frases asseveradas, não permite por definição, como se viu, que ocorram alterações semânticas nas asserções motivadas por razões estritamente pragmáticas. Os únicos efeitos pragmáticos no *conteúdo semântico* da asserção são motivados por alguma lacuna naquilo que a frase expressa. *Efeitos pragmáticos fortes* não são possíveis, na medida em que esses efeitos teriam de surtir efeito localizado ao nível do significado linguístico dos constituintes da frase, e tal não é possível, na medida em que esse significado já se encontra invariavelmente estipulado, prévio ao seu uso. Os usos legítimos das expressões ocorrem de acordo com um certo *potencial semântico* de cada expressão.

A identificação do *conteúdo semântico* como sendo produto do significado linguístico dos termos envolvidos na formação da frase limita a intervenção dos efeitos pragmáticos nos aspectos semânticos ao mínimo, qualquer contribuição pragmática mais forte que poderá haver não terá nenhuma relevância semântica, apenas pragmática<sup>74</sup>.

### 3.2.2. *O lugar de o que é dito: uma crítica*

Os contextualistas têm razão, quando acusam minimalistas de recorrer a um conceito de conteúdo demasiado restritivo, que não permite por estipulação que haja efeitos pragmáticos opcionais na determinação do conteúdo da asserção. Como tal, não

---

<sup>74</sup> Esta caracterização de *conteúdo semântico* faz com que o CS seja automaticamente falsificado: «There is no doubt that one can define ‘what is said’ in such a way that only weak pragmatic effects can affect what is said. If we do so, Minimalism comes out true by definition». (Recanati 2011: 12).

podem adoptar a noção de *conteúdo semântico*; mas será que o minimalista pode adoptar a noção de *o que é dito* de modo a reabilitar a disputa acerca de como é conteúdo identificado e de qual o papel do contexto nessa identificação?

*O que é dito* com uma asserção é usado por contextualistas para identificar o conteúdo intuitivo vero-condicional da asserção. A noção de conteúdo contextualista não é restritiva, não restringe por estipulação o tipo e a quantidade de efeitos pragmáticos que podem influenciar *o que é dito* com uma asserção. No entanto, é nitidamente mais obscura do que a sua congénere minimalista, devido ao acréscimo do termo ‘intuitivo’ na sua definição. O preço a pagar para uma discussão frutífera não deixa porém de ser aceitável. O elemento ‘intuitivo’ na definição é de facto a novidade em relação à noção de *conteúdo semântico*, como tal, deve ser esse o elemento a investigar de modo a ficar claro as diferenças entre *conteúdo semântico* e *o que é dito*.

A questão mais premente deve ser a que leva em vista uma resposta satisfatória sobre como ou mediante que critério é identificado *o que é dito*, especialmente a forma como o conteúdo vero-condicional é identificado intuitivamente.

Uma primeira característica de *o que é dito* que é possível assentar previamente é que *o que é dito* deve estar publicamente disponível aos participantes na conversação, deve ser possível a esses mesmos participantes identificar *o que é dito* com determinada asserção. Mas essa identificação não tem de ocorrer apenas graças aos aspectos linguísticos presentes na conversação; *o que é dito* é identificado de acordo com as intuições dos intervenientes na conversação. Assim, *o que é dito* deve ser analisado de acordo com as intuições partilhadas pelos falantes<sup>75</sup>. Com a explicitação percebe-se que qualquer indivíduo que entenda uma determinada asserção entende (intuitivamente) as condições de verdade dessa mesma asserção.

Note-se que a noção de *conteúdo semântico*, uma vez que se baseia no significado linguístico dos termos constituintes da frase asseverada é publicamente partilhada. Bastará o falante ser competente numa determinada língua para que se possa dizer que tem acesso ao significado convencional dos termos nessa língua. Tal é o suficiente para ter acesso ao *conteúdo semântico* e às condições de verdade das asserções. Portanto, o minimalista tem o seu trabalho facilitado no que diz respeito ao critério de identificação do *conteúdo semântico* de determinada asserção; esse critério é meramente linguístico.

---

<sup>75</sup> Recanati (2004: 14).

O contextualista precisa previamente de explicar como é que as intuições do falante acerca do conteúdo de uma asserção são públicas e partilháveis.

A explicação passa por considerar que os participantes numa conversação, por exemplo, ao escutarem uma determinada elocução, confrontam a combinação do significado dos termos que compõem a frase asseverada com o contexto em que a elocução dessa mesma frase ocorreu, obtendo racional e conscientemente a partir da combinação entre a asserção e as circunstâncias em que a mesma ocorre, informação que lhes permite identificar as condições de verdade da asserção. É, portanto, da combinação entre a asserção e o contexto que *o que é dito* é determinado. É líquido, assim, concluir que a influência do contexto na alteração do conteúdo da asserção (de *o que é dito*) não tem de estar restrita a casos pontuais de apenas algumas asserções que contenham alguns tipos de termos sensíveis ao contexto, essa influência ocorre para a generalidade das frases asseveradas. É possível gerar exemplos de frases que, mediante a variação de contexto, mostrem que *o que é dito* com a asserção dessa mesma frase pode ser determinado por essa mesma variação contextual. Tal não era possível com a noção de *conteúdo semântico*, uma vez que, de acordo com a própria definição da noção, apenas para os casos de termos cujo significados linguísticos não permitam, por si só, estabelecer as suas referências sem que as circunstâncias em que a asserções das frases onde ocorram seja conhecida, ou para casos de termos polissémicos ou palavras homónimas, em que o contexto não só intervém na determinação do conteúdo, como tem de intervir nessa mesma determinação.

É necessário dizer-se mais do que isso. A adopção da noção *o que é dito* como o conteúdo da asserção implica que a contribuição do contexto na definição de *o que é dito* seja algo de vulgar e não meramente pontual ou extraordinário na linguagem. Se para que *o que é dito* seja identificado é necessário analisar as intuições dos participantes na conversação, combinando racional e conscientemente, a asserção e o contexto em que a mesma é efectuada, então, ainda que por vezes o contexto possa não contribuir para identificar *o que é dito* com determinada asserção, essa contribuição não está restrita a um determinado conjunto de asserções de frases que possuam termos sensíveis ao contexto. A confrontação entre contexto e linguagem ocorre para a identificação do conteúdo intuitivo vero-condicional de qualquer asserção. Assim, segue-se da própria definição e caracterização de *o que é dito* que não há um número limitado, por definição, de frases que, quando asseveradas, o conteúdo das suas asserções possa ser sensível à variação de contexto.

Mais, a identificação do conteúdo ocorrendo mediante a confrontação racional e consciente entre contexto e asserção implica que não haja uma restrição de tal modo estreita que não permita que o contexto intervenha na determinação de *o que é dito* mesmo que não seja por mandato linguístico. É de notar que o MS restringe a influência do contexto na determinação do *conteúdo semântico*, porque o significado linguístico dos constituintes da frase é que define se a intervenção do contexto tem de ocorrer ou não pode ocorrer<sup>76</sup>. Ora, se para qualquer significado linguístico dos constituintes da frase asseverada, mesmo para termos cujo significado linguístico a isso não o obrigue, *o que é dito* pode resultar do confronto entre asserção e contexto, então segue-se que para qualquer frase, quando asseverada, poderão ocorrer processos pragmáticos com relevância semântica que não sejam linguisticamente mandatados.

Assim, o contextualista parte de um ponto de vista no qual os efeitos pragmáticos podem, sem qualquer restrição de princípio, contribuir para determinar o conteúdo de asserções; ou seja, qualquer efeito pragmático, mesmo efeitos fortes, têm, por princípio, relevância semântica.

O minimalista perde a sua principal arma argumentativa, caso adopte a noção de *o que é dito*. Não pode afirmar que, de acordo com a noção de *conteúdo semântico*, apenas por mandato linguístico podem ocorrer efeitos pragmáticos na definição do conteúdo da asserção. No entanto, ele pode ainda mostrar que não há efeitos pragmáticos fortes com relevância semântica, recorrendo a explicações empíricas alternativas para os casos que o contextualista apresentar como sendo casos de efeitos pragmáticos fortes na definição de *o que é dito*<sup>77</sup>. Mas a explicação alternativa do minimalista precisa de ser distinta daquela que foi, por exemplo, apresentada na secção anterior, apesar de adoptar a noção de *o que é dito*? Precisa, e o problema jaz aí.

Ao conteúdo intuitivo vero-condicional da asserção está associado algum critério que permite demarcar *o que é dito* com a asserção de, por exemplo, o sentido literal da frase. Com a caracterização que foi feita, com base na proposta de Recanati, do conteúdo intuitivo vero-condicional, percebe-se que o critério que demarca *o que é dito* de, por exemplo, o *conteúdo semântico* é que *o que é dito* corresponde ao conteúdo que é acedido pelos participantes na conversação (o conteúdo ao qual os participantes na

---

<sup>76</sup> Para o MS apenas há estas duas alternativas.

<sup>77</sup> Recanati (2011: 14).

conversação acedem conscientemente)<sup>78</sup>. Ora, para diversos contextos o conteúdo acedido pelos participantes na conversação é o que o minimalista identificaria como sendo implicaturas conversacionais, e não propriamente o sentido literal expresso pela frase asseverada<sup>79</sup>. Assim, o minimalista teria de admitir que (um) processos pragmáticos opcionais, sem mandato linguístico, teriam relevância semântica ou (dois) mostrar que o efeito dos processos pragmáticos opcionais pode ser explicado por processos pragmáticos mandatados linguisticamente, mas que esses processos pragmáticos não ocorrem apenas para um conjunto de termos reduzido; i.e. argumentar que há termos indexicais ocultos e que a indexicalidade é um fenómeno linguístico bem mais genérico do que aquilo que o minimalista pensava. Qualquer concessão, (um) ou (dois), é a denegação de uma das principais teses do MS. Assim o MS é forçado a rejeitar a noção de *o que é dito*<sup>80</sup>.

Assim é curioso o contextualista falar de dogma minimalista:

O Minimalismo parece de certo modo um dogma [...]. Tal significa que não devemos aceitar o Minimalismo como um princípio metodológico, aceitar tal coisa impedir-nos-ia de sequer considerar potenciais indícios a favor do TCP [Truth-Conditional Pragmatics, uma forma de CS]<sup>81</sup>.

Recanati (2011: 6)

---

<sup>78</sup> O princípio de demarcação, designado por *availability principle*, e a forma como está descrito diz respeito unicamente à proposta de Recanati. Não pretendo afirmar que todas as formas de contextualismo apresentem o mesmo princípio ou a mesma restrição. Ainda assim, creio que é possível encontrar outras restrições similares noutros autores contextualistas. Tal é identificável, por exemplo, em contextualistas no âmbito da teoria da relevância (*relevance-theory*). Cf. Carston & Hall (2011), Carston (2009, 2003, 2002, 1999, 1988).

Não irei aqui discutir a demarcação entre *o que é dito* e *implicatura conversacional*. No entanto, o contextualista, ao recorrer a 'intuitivo' para caracterizar *o que é dito* tem de apresentar um critério que permita fazer a distinção entre esses dois fenómenos, visto ambos poderem resultar de efeitos pragmáticos (a *implicatura conversacional* forçosamente resultará). Assim e, por sua vez, o critério de demarcação entre implicaturas conversacionais e *o que é dito* é formulado noutros termos. Os processos pragmáticos com efeitos em *o que é dito* ocorrem localmente, com efeitos no significado dos termos constituintes da frase asseverada; enquanto que os processos pragmáticos envolvidos em implicaturas conversacionais não são localizados, e, como tal não são processados ao mesmo nível. Cf. Recanati (2004: 39). Pode-se descobrir algo de semelhante em representantes da teoria da relevância, por exemplo, em Carston & Hall (2011: 69).

<sup>79</sup> «The very fact that the minimal propositions allegedly expressed are not consciously available shows that it would be a mistake to equate them to what is said; rather, the availability constraint dictates that the aspects of meaning which Minimalism construes as external to what is said [...], because *when we subtract them from the intuitive meaning of the utterance the proposition which results is no longer something accessible to the participants in the speech situation*» Recanati (2004: 20).

<sup>80</sup> «What is said must be intuitively accessible to the conversational participants (unless something goes wrong and they do not count as 'normal interpreters'). This constraint leads us to give up Minimalism. That is the price to pay if we want Availability to be satisfied» Recanati (2004: 20).

<sup>81</sup> Tradução livre.

A noção de *conteúdo semântico* restringe a admissão de efeitos pragmáticos opcionais, mas a noção de *o que é dito* é igualmente restritiva, uma vez que é incompatível com pelo menos uma das teses principais do MS. O contextualista pode argumentar que a restrição de *o que é dito* é apenas restritiva ao MS por questões empíricas, porque é empiricamente verificável que o sentido expresso pela frase não é acedido conscientemente pelos intervenientes na conversação. O problema, no entanto, é que a utilização desse critério não tem uma motivação inteiramente empírica. Note-se que o minimalista pode defender-se, alegando exactamente o mesmo. A restrição minimalista poderá ser também uma questão empírica, poderá argumentar que é empiricamente verificável que os efeitos pragmáticos opcionais ocorrem a um nível pós-semântico. É igualmente dogmático restringir o conteúdo como o contextualista o faz ou restringir o conteúdo como o minimalista o faz.

O facto de a noção de *conteúdo semântico* ser incompatível com o CS e o facto de a noção de *o que é dito* ser incompatível com o MS, faz com que não seja possível que as duas posições tenham uma disputa acerca de como é determinado o conteúdo vero-condicional de asserções e qual o contributo do contexto nessa determinação, uma vez que não concordam sobre o que quer dizer conteúdo vero-condicional. Há ainda uma outra alternativa para se colocar CS e MS a *falar a mesma língua* no que diz respeito à noção de conteúdo vero-condicional – desenvolver uma noção alternativa que seja compatível com o CS e simultaneamente com o MS. Uma noção assim não poderia apresentar restrição alguma. No entanto, uma noção irrestrita admitiria que qualquer processo teria relevância semântica o que, por um lado, resultaria numa amálgama assistemática que muito provavelmente não poderia ser teoricamente tratada, para além de se obter como resultado a queda definitiva de qualquer fronteira entre Semântica e Pragmática. Por esses dois motivos, não só uma concepção irrestrita não resolveria o problema, como nenhuma das teorias, MS e CS, a aceitaria como noção de conteúdo vero-condicional.

Parece, então, que esta disputa não será acerca do modo como o conteúdo vero-condicional de asserções é determinado. De modo a manter a disputa, é necessário redireccioná-la, procurando descortinar a sua verdadeira natureza. Questionarmo-nos acerca de o que leva alguém a optar por uma noção particular de conteúdo vero-condicional poderá auxiliar esse empreendimento.

### 3.2.3. Duas concepções sobre a distinção Semântica / Pragmática

O que motiva teoricamente então o minimalista a usar *conteúdo semântico* e o que motiva teoricamente o contextualista a usar *o que é dito*? A motivação de ambos prende-se com uma certa ideia de onde reside a distinção entre Semântica e Pragmática; i.e. de qual o grau de permissividade que queremos admitir no quadro semântico. Se queremos admitir um elevado grau de permissividade, incluindo como semanticamente relevantes processos pragmáticos opcionais, então adoptamos uma noção próxima da noção contextualista de *o que é dito*. Se queremos reduzir tanto quanto possível o grau de permissividade semântica em relação a processos pragmáticos, então adoptamos uma noção próxima da noção minimalista de *conteúdo semântico*. Tal significa que a divergência sobre qual o conceito de conteúdo a admitir se situa numa divergência mais fundamental acerca de qual a noção de Semântica mais adequada.

Conclui-se que a disputa substantiva, a haver, entre MS e CS assentará, em última instância, em duas concepções diametralmente opostas sobre a fronteira Semântica / Pragmática. As noções de conteúdo concorrentes, de um lado *conteúdo semântico*, do outro *o que é dito*, estão fundadas em duas visões acerca de qual o grau de intromissão pragmática na Semântica também concorrentes. A suposta disputa entre MS e CS não é mais do que uma suposta disputa acerca do grau de permeabilidade da Semântica em relação a efeitos pragmáticos. O minimalista irá defender que essa permeabilidade é mínima, o contextualista, por sua vez, arguirá que essa permeabilidade é significativa e que os efeitos pragmáticos mais fortes têm também relevância semântica. O ponto de partida da putativa discussão é para cada uma das posições uma ideia particular do que é semanticamente relevante e de qual a fronteira (a haver tal coisa<sup>82</sup>) entre Semântica e Pragmática.

A noção de *conteúdo semântico* permite apenas acrescentar ao universo semântico um conjunto pequeno e limitado de efeitos pragmáticos. A própria posição minimalista parte, portanto, de uma ideia minimal acerca do que é semanticamente relevante. Por outro lado, a noção de *o que é dito* admite que as intuições linguísticas dos falantes participem na sua determinação e, como tal, admite que qualquer efeito pragmático possa ter relevância semântica; i.e. possa contribuir para a determinação de conteúdo (intuitivo) vero-condicional de asserções. Novamente, também a posição contextualista

---

<sup>82</sup> Poderá haver modalidades de Contextualismo mais radical que não aceitem que haja qualquer fronteira delineável.

parte de um pressuposto acerca do que é Semântica, um pressuposto que, ao contrário do MS, admite que o universo do que é semanticamente relevante seja consideravelmente mais extenso<sup>83</sup>.

Assim sendo, o fundamento da disputa é uma discórdia que será verbal, a não ser que seja possível discutir empiricamente acerca de qual a concepção de fronteira entre Semântica e Pragmática mais adequada a adoptar. É essa possibilidade que procurarei averiguar na secção seguinte.

#### 3.2.4. *Dois programas de investigação*

O minimalista parte de uma posição vantajosa em relação ao contextualista no que se refere à divisão entre Semântica e Pragmática que para si é mais adequada. Essa divisão não é muito diferente da divisão que historicamente vigorou na área da Filosofia da Linguagem. É o contextualista que apresenta a novidade de paradigma na divisão entre Semântica e Pragmática e, portanto, é o contextualista que tem o ónus de mostrar

---

<sup>83</sup> Alguns exemplos de passagens que indicam que a discussão está assente numa disputa acerca do que é Semântica ou acerca do que é semanticamente relevante:

«Philosophers and linguists have used the words ‘semantic’ and ‘pragmatic’ in an extraordinarily confusing array of ways over the last 100 years. In part as a result of this, the field is highly susceptible to terminological disputes. The best solution would be for all of us to decide never to use these dreaded words ever again» Cappelen (2007: 20).

«The point of departure in a discussion of the explicit/implicit distinction in verbal communication is the semantics/pragmatics distinction. All the various ways of drawing the former will involve some relation to the latter» Carston (2002: 95).

«Yet now I think we are in a position to see that it is not anything in the formal semantic perspective or in the dual pragmatist position *per se* which leads the two into conflict. Rather the conflict emerges from additional assumptions about the proper scope of a semantic theory» Borg (2004: 262).

«A huge chunk of the current debate about these issues is distorted by a peculiar obsession with how to use the words ‘semantic’ and ‘pragmatic.’ We emphatically don’t care about these terminological issues. We do, however, think the debate about these issues has reached such an elevated stage of confusion that it is advisable not to frame it in terms of the ‘semantic–pragmatic’ distinction» Cappelen e Lepore (2005b: 146).

«The problem of correctly characterizing the semantic–pragmatic distinction remains open. It is accompanied by competing conceptions of the very enterprise known as *semantics*. Some writers conceive of semantics as concerned with what a speaker *says* or *asserts* in uttering a declarative sentence, as contrasted with what the speaker *means* or *accomplishes* by means of the utterance, and/or with how the audience interprets, or how the audience correctly interprets, the utterance (these being matters of pragmatics)» Salmon (2004: 303).

«We know of no compelling arguments against our favored way of drawing the semantics–pragmatics distinction. [...] in the absence of any compelling objections against our own favored conception of the semantics–pragmatics distinction, it should clearly be the default conception of the relation between semantics and pragmatics» King & Stanley (2005: 156-157).

«Assuming that semantics is to account for the intuitive truth-conditions of utterances, it must make room for ‘free’ (pragmatically controlled) pragmatic processes, just as it makes room for linguistically controlled pragmatic processes in order to secure contextual values for the context-sensitive elements in the sentence» Recanati (2011: 127).

Outras citações haveria a utilizar de modo a mostrar que o suposto conflito tem como elemento central a distinção (a haver) entre Semântica e Pragmática.

o que há de errado com a divisão proposta pelo minimalista, justificando, assim, a pertinência do que propõe. Como o faz? Argumentando que o projecto teórico minimalista não descreve nem explica adequadamente os fenómenos da linguagem natural<sup>84</sup>. O minimalista defende-se dizendo que os processos pragmáticos livres são assistemáticos e que, como tal, não podem ser tratados teórica ou semanticamente. Cabe ao contextualista mostrar (empiricamente) que tal não é o caso, de que é possível analisar de forma sistemática processos pragmáticos opcionais ou livres. O minimalista assume uma posição defensiva nesse momento: adopta uma noção particular de Semântica minimal.

Semântica é acerca de como melhor especificar o valor semântico dos itens lexicais e a sua contribuição para os valores semânticos de expressões complexas e frases onde estas ocorrem<sup>85</sup>.

Cappelen & Lepore (2005b: 58)

Portanto, irei promover uma abordagem *minimal* para a Semântica<sup>86</sup>.

Borg (2004: 61)

Assim, uma teoria semântica é acerca de um certo tipo de significado – o significado convencional, padrão ou literal das palavras e das frases da linguagem<sup>87</sup>.

Borg (2004: 18)

Assim, a discussão resumir-se-á a uma discussão acerca do que deve ser a Semântica e para que deve servir. A resposta a esta questão depende da noção particular de Semântica que se adopte. Podemos adoptar uma noção mínima ou adoptar um noção inflacionada em relação ao que é uma teoria semântica e, por conseguinte, para que deve servir<sup>88</sup>. Como decidir em relação a qual a noção de Semântica mais adequada? De acordo com o sucesso explicativo de cada uma das teorias. Portanto, a discussão tem como intervenientes dois programas de investigação independentes, com princípios e conceitos distintos. O programa minimalista parte do pressuposto de que a Semântica

---

<sup>84</sup> Esta manobra argumentativa é caracterizada por Nathan Salmon como *Falácia Pragmática* (*Pragmatic Fallacy*). Cf. Salmon (1997: 360).

<sup>85</sup> Tradução livre.

<sup>86</sup> Tradução livre.

<sup>87</sup> Tradução livre.

<sup>88</sup> Há também a alternativa, como ocorre no âmbito da Teoria-da-Relevância, uma posição contextualista, de adoptar uma ideia de Semântica muitíssimo minimal e argumentar que questões relacionadas com o conteúdo vero-condicional de asserções são questões pragmáticas, e não semânticas. O que seria uma modalidade mais radical de Contextualismo. Cf. Carston (1999), Carston & Hall (2011).

tem um determinado fim e esfera de acção e de que a análise «deverá iniciar-se ao nível da descrição formal de uma frase-tipo e recuperar o conteúdo via operações formais nessa descrição sintáctica<sup>89</sup>». Pelo contrário, o projecto de investigação contextualista parte do pressuposto de que «a análise deverá iniciar-se ao nível da asserção e o conteúdo semântico é recuperado via a averiguação de qual o papel que a asserção desempenha<sup>90</sup>», tal é possível porque o contextualista supõe uma certa noção de Semântica. Segue-se que a linha de investigação não é a mesma para as duas teorias. Não havendo pressupostos em comum será difícil falar propriamente de uma disputa. É necessário um certo mínimo de acordo para que se possa discutir. Sinal disso mesmo é o facto de a linha de investigação minimalista estar especialmente preocupada em explicar a natureza sistemática e produtiva da compreensão linguística<sup>91</sup>, enquanto que a linha de investigação contextualista está principalmente debruçada em explicar de modo sistemático o papel desempenhado pela intenção dos falantes e de outros elementos contextuais no que é comunicado. Para tal, a linha de investigação minimalista irá fazer uso de conceitos como *composicionalidade<sub>m</sub>* e *significado linguístico*. Enquanto que o contextualista, por sua vez, recorrerá a conceitos como *composicionalidade<sub>c</sub>*<sup>92</sup> e *modulação*. Note-se que, se a teoria minimalista se apropriar de um dos conceitos próprios da sua suposta concorrente, teria de alterar os conceitos para manter as suas principais teses; o mesmo sucederá caso o CS adopte conceitos próprios do MS, o CS manteria as suas principais teses, apenas caso alterasse os conceitos em causa. Veja-se um exemplo, o CS para adoptar o conceito de *composicionalidade* tem de alterá-lo de modo a manter a tese que efeitos pragmáticos opcionais têm relevância semântica. Pode fazê-lo negando que a linguagem natural seja regida composicionalmente ou enfraquecendo o conceito de tal forma que passe a admitir formas de flexibilidade semântica<sup>93</sup>. Por sua vez, o MS pode adoptar um conceito semelhante ao de modulação, mas esse processo terá de ocorrer a um nível pós-semântico, e não semântico como defendem os contextualistas. Assim, as noções não seriam propriamente as mesmas.

Tudo isto parece indicar que os factos empíricos que cada uma das teorias considera como relevantes não são os mesmos. As intuições (linguísticas) dos participantes numa conversação (em contexto de conversação) não são factos relevantes

---

<sup>89</sup> Borg (2004: 4). Tradução livre.

<sup>90</sup> Borg (2004: 4). Tradução livre.

<sup>91</sup> Cf. Borg (2004: 60)

<sup>92</sup> Cf. Secção # 2.5.5..

<sup>93</sup> Cf. Recanati (2011).

para o minimalista – aliás, o ponto é, em parte, esse. Por sua vez, os processos sintácticos e formais a partir dos quais é recuperado o *conteúdo semântico* é o que menos interessa ao contextualista, pela simples razão de esses factos, por vezes, não estarem de acordo com as intuições dos falantes em contexto de conversação. Como os factos empíricos relevantes são diferentes para cada um dos programas de investigação, o sucesso empírico de um programa não coloca em causa o sucesso empírico do programa supostamente concorrente. Logo, a disputa não pode ser resolvida empiricamente, o que parece indicar que a mesma não tem uma natureza empírica ou substantiva, neste caso, mas que reside num mero diferendo verbal sobre o que é Semântica. Note-se que é a adesão a uma concepção particular de Semântica que dita qual a linha de investigação a seguir.

### 3.3. *Tão-só impressão de uma disputa*

Qual a real natureza da disputa? É essa a questão principal que pretendi responder ao longo deste capítulo. Estou em crer que a disputa não é acerca de questões empíricas; não é acerca de qual o conceito de conteúdo mais apropriado para responder aos desafios colocados pelo uso da linguagem; não é sequer acerca de qual a distinção entre Semântica e Pragmática mais adequada; tem antes a ver com dois projectos de investigação que pouco de fundamental têm em comum, com objectos e objectivos distintos e vários conceitos operadores distintos. É nesse sentido que digo que não há realmente uma disputa entre MS e CS<sup>94</sup>.

MS e CS oferecem, como já foi explicado, diferentes respostas à questão “qual o papel do contexto na determinação do conteúdo de uma asserção?”. Aparentemente as respostas são contraditórias. Por um lado, o minimalista dirá que o papel do contexto é mínimo – resume-se a alguns poucos casos em que ocorre, por causas linguísticas, a necessidade de contemplar elementos contextuais para que se possa obter um conteúdo vero-condicional interpretável. Por outro lado, o contextualista dirá que não tem de haver uma restrição tão forte na acção do contexto na determinação do conteúdo da

---

<sup>94</sup> O modo como Emma Borg aborda o diferendo é especialmente esclarecedor a esse nível; como se pode confirmar pela seguinte passagem: «According to formal accounts, we should begin our analysis at the level of a formal description of a sentence-type and recover content via formal operations on this syntactic description. Whereas, according to use-based accounts, we should begin our analysis at the level of the utterance and recover semantic content via an examination of the role that that utterance is playing» Borg (2004: 4).

A abordagem de Borg revolve em redor de dois projectos de investigação ou de análise distintos que, apesar disso, colocam mutuamente um ao outro novos e estimulantes desafios.

asserção e, assim, não há qualquer motivo para esse papel ser sintáctica ou linguisticamente mandatado. No entanto, estas respostas estariam em conflito genuíno apenas e só caso respondessem à mesma questão. Como também se verificou, quando o minimalista utiliza o termo *conteúdo*, ele está a fazê-lo num determinado sentido, no sentido de *conteúdo semântico*, o conteúdo vero-condicional obtido a partir da combinação e do significado convencional dos constituintes da frase asseverada – i.e. obtido a partir daquilo que a frase expressa. Pelo contrário, quando o contextualista fala em *conteúdo*, não pode adoptar esta noção restritiva de conteúdo, adopta antes a noção de *o que é dito*. Ora, *o que é dito* é o conteúdo vero-condicional intuitivo da asserção. Corresponde àquilo que o falante normal interpretará como sendo o conteúdo vero-condicional de uma determinada asserção, combinando o aspecto linguístico do que foi asseverado com o contexto em que essa elocução ocorreu. Logo, aquilo a que o minimalista está a responder pouco tem a ver com aquilo a que o contextualista responde.

Associado à noção de conteúdo, e é causa última para a ausência de uma disputa genuína está uma determinada visão de qual a distinção ou a fronteira entre Semântica e Pragmática. Esta visão acaba por ser tanto o ponto de partida, como o ponto de chegada, de cada um dos projectos de investigação. A tese que o contextualista procura mostrar é a de que a intervenção do contexto na determinação de *o que é dito* numa asserção não obedece a qualquer restrição linguística. Ora, a consequência imediata da tese é a de que a fronteira ou o grau de intromissão de aspectos pragmáticos na área normalmente associada como sendo de cariz semântico é elevado. Por sua vez, a posição minimalista, ao restringir a intervenção do contexto a um conjunto muito limitado de termos (termos sensíveis ao contexto – indexicais, demonstrativos, contextuais, e a termos polissémicos e homónimos – a lista variará consoante a modalidade de minimalismo), limita a intervenção do contexto na determinação do *conteúdo semântico* da asserção ao mínimo e somente em casos pontuais. Ora, essa limitação não produz outra consequência imediata que não seja a de reduzir a um mínimo a intromissão de elementos pragmáticos na área normalmente associada à Semântica. Assim, o resultado das posições minimalistas e contextualistas é uma certa ideia de qual a fronteira entre Semântica e Pragmática. A dificuldade principal é que também é esse o ponto de partida; o que explica convenientemente a razão de não haver propriamente argumentos positivos em relação a nenhuma das duas posições que não incorra circularidade – normalmente sob a forma ou redutível à forma ‘deveremos adoptar a concepção de Semântica *x* para que *y*

e y confirma a nossa concepção de Semântica<sup>95</sup>. Ainda assim, será possível haver uma discussão acerca de qual a concepção de Semântica mais adequada a adoptar. De facto, a haver ponto em disputa, apenas esse poderá sê-lo. No entanto, como decidir acerca de qual o melhor modelo semântico e, conseqüentemente, teoria a adoptar? A resposta é: de modo empírico<sup>96</sup>. Deverá decidir-se de acordo com o modelo que melhor apresentar e explicar os diferentes fenómenos linguísticos de que tem de dar conta com a sua teoria. No entanto, como foi possível verificar na secção anterior, o que na verdade temos são dois programas de investigação independentes e a natureza empírica das investigações desses programas está dependente do tipo de noção de Semântica que admitirem como ponto de partida. A novidade do programa contextualista não é mais do que investigar de forma tão sistemática quanto possível os diferentes processos pragmáticos que surtem algum efeito no que é apreensível pelos participantes numa conversação do que está a ser comunicado, e afirmar que esses efeitos são semanticamente relevantes, tendo em conta a sua própria noção do que é Semântica. Tal pode lançar novos desafios com que o MS tenha de lidar. No entanto, tal não é suficiente para uma disputa empírica. A razão prende-se com o facto de a resposta minimalista simplesmente passar por afirmar que a Semântica não deve debruçar-se sobre caracterizações do que os falantes podem fazer com os diferentes elementos linguísticos numa linguagem natural<sup>97</sup>. Agravando o problema, há ainda a questão de os factos empíricos relevantes para cada uma das teorias serem distintos.

Assim, tudo parece indicar que a disputa entre MS e CS não ocorre de modo substantivo, e não é possível recorrer o único elemento verdadeiramente em disputa é uma mera questão verbal.

A nossa conclusão é indêntica à de Nathan Salmon:

Confrontados com concepções rivais de Semântica, aqueles que se agarram à concepção centrada-nos-actos-de-fala tipicamente protestarão que a distinção meramente reflecte uma

---

<sup>95</sup> Tal é explícito em Recanati como premissa inicial: «For the contextualist, on the contrary, we should do our best to account for the intuitive truth- and satisfaction-conditions of utterances, and to that effect we may have to liberalize the notion of meaning/content to the point of blurring the semantics/pragmatics distinction» Recanati (2011: 43).

<sup>96</sup> É nesse sentido que Recanati pode dizer que procura contribuir para um debate substantivo e que tem uma divergência empírica com o minimalista (Recanati 2011: 13). No entanto, pela mesma ordem de razões, qualquer forma de Minimalismo Semântico, mesmo o mais restritivo, pode contribuir, nesse registo, para uma discussão frutífera e empírica, ao contrário do que é afirmado também por Recanati (Recanati 2011: 12).

<sup>97</sup> «Characterizations of what speakers say (claim, state, assert, etc.), on the other hand, are devices used for characterizing acts (utterances) performed by other speakers. In so doing, reporters are interested neither in systematicity nor in generality [...]». Cappelen & Lepore (2005b: 58).

diferença puramente terminológica, com base numa preferência preconceituosa por um género de investigação teórica sobre o outro. De facto, já utilizei estes mesmos argumentos a favor da concepção centrada-na-expressão-linguística em detrimento da concepção centrada-nos-actos-de-fala em diversas circunstâncias, invariavelmente invocando que a questão é meramente terminológica<sup>98</sup>.

Salmon (2004: 347)

#### 3.4. *Condições para uma disputa significativa*

Creio ter apresentado ao longo do presente capítulo razões fortes para que se considere a disputa entre MS e CS como uma disputa assente num mero diferendo verbal, baseada em usos distintos do termo *Semântica*. A possível substantividade da discussão assentaria na ideia de que empiricamente seria possível disputar e decidir qual a definição de Semântica mais adequada a utilizar. Tal não parece assim ser. A divergência verbal é de tal modo abrangente que determina que o que é considerado como empiricamente relevante por cada uma das teorias é distinto – o que aponta fortemente para a ideia de que a opção por uma determinada noção de Semântica não tem justificação empírica, aparece na organização do corpo teórico das teorias como um género de postulado.

Essa discórdia verbal resulta imediatamente em outra. Há um desacordo sobre qual a noção de conteúdo mais adequada a adoptar. Mas a adequação da noção de conteúdo não é relativa a nenhum dado empírico, é simplesmente relativa à definição particular de Semântica que se pretenda assumir.

No entanto, há uma questão, ou neste caso duas questões substantivas a discutir que me parecem ainda por decidir e que, por isso, não devem ser abandonadas: (primeira) como é determinado ou o que contribui para determinar o *conteúdo semântico* de uma asserção; (segunda) como é determinado ou o que contribui para determinar *o que é dito* com uma asserção? A dificuldade reside em discutir simultaneamente com minimalistas e contextualistas. Como é óbvio uma estratégia que não é possível de adoptar, defendendo que a disputa entre MS e CS é essencialmente verbal, é relançar uma discussão nos mesmos trâmites com ambas as teorias. Assim, ao invés de haver uma só disputa, que pode ser resumida numa questão – *o que contribui*

---

<sup>98</sup> Tradução livre.

*para determinar o conteúdo de asserções* – há duas disputas distintas, uma utilizando o conceito *conteúdo semântico*, outra utilizando o conceito *o que é dito*.

A dificuldade suplementar prende-se com o facto de ter de se sugerir uma teoria que possa discutir, de modo distinto, tanto com MS como com CS. A condição que essa teoria teria de satisfazer para que a discussão com MS e a discussão com CS fossem substantivas seria possuir a flexibilidade suficiente para que não tivesse de se comprometer com uma visão particular de Semântica e, por conseguinte, com um conceito particular de conteúdo.

Esta condição faz todo o sentido, uma vez que o que está na base da obscuridade e verbalidade da disputa entre MS e CS é a redução da questão acerca do modo como o conteúdo vero-condicional da asserção é determinado a uma questão sobre o que é Semântica. Ora, é necessário mostrar que ambas as questões são independentes, sob pena de a questão ver-se respondida estipulativamente, após a adesão a uma determinada noção de Semântica. A forma como a noção particular de Semântica é usada por cada uma das teorias não implicará que alguma das teorias seja estipulativamente verdadeira. O problema no âmbito da suposta disputa MS / CS é que a adopção de uma noção particular de Semântica e de conteúdo vero-condicional por uma teoria falsifica automaticamente a teoria supostamente concorrente. Assim, a aceitação dos pressupostos minimalistas implica a falsidade do CS; enquanto que a aceitação dos pressupostos contextualistas implicará a falsidade de pelo menos uma das teses essenciais do MS. Agora, dessa discussão meramente verbal não se segue que as teorias verbalmente desentendidas sejam estipulativamente verdadeiras. Caso assim o fosse as respostas às questões acerca da determinação do conteúdo vero-condicional seriam simplesmente triviais.

Dito de outra maneira:

(Q<sub>1</sub>) de que modo é determinado (ou de que modo pode ser determinado) o *conteúdo semântico* de uma asserção? – seria necessariamente respondida de forma minimalista.

(Q<sub>2</sub>) de que modo é determinado (ou de que modo pode ser determinado) *o que é dito* com uma asserção? – seria necessariamente respondida de forma contextualista.

Aceitar-se que as teorias seriam estipulativamente verdadeiras faria com que não houvesse espaço para uma disputa significativa sobre (Q<sub>1</sub>) ou (Q<sub>2</sub>). Assim, procurar reabilitar a disputa (ou disputas, melhor dizendo – a disputa acerca de (Q<sub>1</sub>) e a disputa

acerca de (Q2)<sup>99</sup>) seria uma tarefa votada ao insucesso. Nesse sentido, a adoção de uma noção particular de Semântica e de conteúdo vero-condicional apenas nos compromete com uma das teorias, CS ou MS, caso não haja uma outra teoria concorrente que possa aceitar os pressupostos de CS e os pressupostos de MS. A haver, não há qualquer impedimento para que a reabilitação das disputas seja bem-sucedida.

É essa a minha principal motivação para apresentar uma alternativa teórica que seja indiferente à noção de Semântica que se adopte; i.e. que possa manter as suas principais teses independentemente de se discutir a determinação de *conteúdo semântico* ou de se discutir a determinação de *o que é dito*.

Irei intitular essa teoria de Relativismo Semântico.

---

<sup>99</sup> Como MS e CS não estão genuinamente em disputa, uma teoria alternativa só poderia estar em disputa com ambas, caso essa disputa seja na verdade entendida como duas disputas distintas.

#### 4. Relativismo Semântico (RS)

##### 4.1. Breve nota introdutória ao capítulo

Pretende-se que o RS seja uma teoria que responda, com as suas próprias ferramentas, a duas questões essenciais:

(Q<sub>1</sub>) de que modo é determinado (ou de que modo pode ser determinado) o *conteúdo semântico* de uma asserção?

(Q<sub>2</sub>) de que modo é determinado (ou de que modo pode ser determinado) *o que é dito* com uma asserção?

Cada uma destas questões será respondida de acordo com duas teses distintas que colocarão em oposição, por um lado, RS e MS e, por outro lado, RS e CS.

Não pretenderei apresentar razões fortes ou argumentos positivos a favor do RS. A minha preocupação é apresentar uma alternativa viável que reabilite a discussão acerca do modo como é determinado o conteúdo assertivo.

Uma das minhas preocupações, porém, será mostrar em que medida RS e, sobretudo, algumas formas mais radicais de contextualismo são diferentes. A raiz dessa preocupação reside no facto de haver auto-intitulados contextualista com componentes relativistas na modalidade de contextualismo que advogam<sup>100</sup> e, relativistas falando de termos sensíveis ao contexto de elocução ou uso<sup>101</sup>. Acidental e acessoriamente como efeito da caracterização do RS, pretendo contribuir para esclarecer algumas confusões que resistem na designação e caracterização dessas teorias.

Defender que é possível que o RS discuta diferenciadamente com o MS e com o CS e simultaneamente defender que MS e CS são estipulativamente verdadeiros, mediante aceitação dos seus pressupostos, aparenta conter alguma incongruência. De facto contém e sê-lo-ia contraditório. O que haveria a disputar em duas teorias que seriam estipulativamente verdadeiras? Nada. É por isso que o meu ponto é exactamente

---

<sup>100</sup> Alguns exemplos disso mesmo encontram-se em Charles Travis.

«But when a question arises as to whether someone has spoken truth, say, in telling us there are biscuits on the sideboard, questions *may* arise as to what one wants to count as doing that. If the biscuits are months old, or dog biscuits, does that count? Circumstances of evaluating a statement may then matter to an answer» Travis (2008: 3).

«Words which satisfy the general condition, so say things to be only as they are, are *ipso facto* true. That does not mean that that condition is the only one truth imposes. If it were, what truth required could not choose between standards for assessing satisfaction of that condition, as we have seen it does and must» Travis (1996: 101).

<sup>101</sup> Eis um exemplo de Macfarlane:

«In order to state the relativist's position, then, we must employ the doubly contextual predicate 'true at context of use *CU* and context of assessment *CA*' in place of the familiar 'true at context of use *C*'» Macfarlane (2005: 309).

esse: MS e CS não são estipulativamente verdadeiras, apenas rejeitam por princípio a teoria supostamente concorrente; logo, é possível reabilitar uma discussão substantiva acerca das principais teses do MS e uma discussão substantiva acerca das principais teses do CS. Para tal, é necessário uma teoria que possa aceitar os pressupostos do MS e os pressupostos do CS e discutir com ambas diferenciadamente. Assim, as teses do RS terão de ser indiferentes em relação ao que é Semântica e à distinção entre Semântica e Pragmática. Só assim poderá adotar duas noções de conteúdo e discutir diferenciadamente com as suas teorias concorrentes, MS e CS.

Ao longo do presente capítulo explicitarei como tal é possível, caracterizando o que pretendo defender com uma teoria relativista semântica.

#### 4.2. *Uma primeira caracterização do RS*

O que tenho em mente, ao apresentar uma teoria relativista, é afirmar que a determinação do conteúdo de asserções é relativa a algo. Por *relativo a algo* quero dizer que a identificação ou avaliação das condições de verdade de asserções pode ser sensível a um conjunto de parâmetros que participam nessa identificação, i.e. essa identificação é relativa a determinadas circunstâncias de avaliação.

Não pretendo afirmar que uma asserção é verdadeira ou falsa relativamente a um determinado estado de coisas. Isso parece-me trivial e não é característica distintiva de uma posição relativista semântica. O ponto aqui é as condições de verdade (intuitivas ou não) serem relativas a um determinado conjunto de parâmetros que designarei de ora em diante por *sistema de aferição*.

Imagine-se que um produtor de vinha da região demarcada da Bairrada profere a seguinte frase dirigida a um dos membros do júri de uma prova de vinhos:

(xix) O vinho tinto é da Bairrada.

De acordo com a análise semântica *padrão*, as condições de verdade da asserção de (xix) seria algo como:

(19) É verdade que o *vinho tinto v do produtor P é da Bairrada* se e somente se o vinho tinto v do produtor P é da Bairrada.

O jurado anuí, em concordância, devido ao mero facto de o vinho ser de facto produzido na Bairrada, uma vez que se trata de uma prova restrita a vinhos da região demarcada da Bairrada.

Porém, após a prova olfactiva, o jurado em causa acredita que (xix) é falsa.

O jurado poderá estar a sofrer de algum efeito provocado pela prova excessiva de vinho, por aceitar que a asserção de (xix), no mesmo contexto (de elocução ou uso) é verdadeira e falsa, simultaneamente – o vinho tinto tem de ser produzido na Bairrada para fazer parte do concurso, como tal, o vinho tinto em causa é da Bairrada. Logo, (xix) só pode expressar uma verdade. Ainda assim, dar-se-á o benefício da dúvida ao jurado, supondo que o jurado não está semanticamente alterado devido a algum grau de embriaguez e que o jurado, estando sóbrio, pode honestamente aceitar em simultâneo como verdadeiras a asserção de (xix) é verdadeira e que asserção da negação de (xix) também o é sem que, por isso, incorra em contradição. Como é tal possível?

Tal é possível, porque o conteúdo vero-condicional da asserção de (xix) é sensível ao *sistema de aferição* mediante o qual a asserção é avaliada ou aferida. Se dois *sistemas de aferição* –  $S_1$  e  $S_2$  – são os sistemas segundo os quais a asserção é aferida, então obtêm-se conteúdos vero-condicionais distintos<sup>102</sup>.

(19<sub>1</sub>) É verdade que *o vinho tinto v do produtor b é da Bairrada* se e somente se o vinho tinto v do produtor b é da Bairrada, relativamente a  $S_1$ .

(19<sub>2</sub>) É verdade que *o vinho tinto v do produtor b é da Bairrada* se e somente se o vinho tinto v do produtor b é da Bairrada, relativamente a  $S_2$ .

Mas em que medida é que  $S_1$  e  $S_2$  são sistemas distintos? É diferente aferir-se a asserção de acordo com a informação genérica acerca da região de origem do vinho e aferir-se a região de origem do vinho e a casta de uva (se é autóctone ou não) utilizada na feitura do vinho. Assim, é possível caracterizar os sistemas de aferição  $S_1$  e  $S_2$  da seguinte forma:

$S_1$  – *a informação comercial do vinho* (onde para o vinho ser da região da Bairrada, basta para tal que o vinho seja produzido nessa região).

$S_2$  – *a prova profissional do vinho* (onde para além da região de origem, a casta da uva também importar na aferição de o vinho ser da Bairrada; o vinho deve possuir uma dada percentagem da casta autóctone da região).

---

<sup>102</sup> Estou a supor que se trata da mesma asserção, visto o contexto de elocução se manter o mesmo. Aceitando tal coisa, sou forçado a comprometer-me também com a ideia de que para a mesma asserção poderão ser identificados mais do que um conteúdo vero-condicional.

Imaginando que o vinho em causa foi produzido unicamente a partir da casta *Cabernet Sauvignon*, e que a casta autóctone da região é a casta *Baga*, de acordo com o *sistema de aferição S2*, a asserção da frase (xix) é falsa e, relativamente ao *sistema de aferição S1*, a asserção da frase (xix) é verdadeira. Isto é possível porque as condições de verdade da asserção (xix) são sensíveis ao *sistema de aferição* relativamente ao qual a asserção de (xix) é avaliada.

De notar que não ocorreu aqui nenhuma descrição de variação de contexto de elocução ou de uso e também não houve, entre o conteúdo vero-condicional (19<sub>1</sub>) e o conteúdo vero-condicional (19<sub>2</sub>), nenhuma contribuição distinta do significado linguístico dos constituintes da frase (xix) para a formulação do conteúdo vero-condicional da asserção. A única alteração que ocorreu foi relativa ao *sistema de aferição*.

Assim, de acordo com uma primeira aferição da asserção, o nosso jurado considera que a asserção de (xix) é verdadeira – uma vez que satisfaz as condições de verdade identificadas em (19<sub>1</sub>) – e simultaneamente considera que a asserção de (xix) é falsa, segundo parâmetros distintos com que a asserção foi aferida – uma vez que não satisfaz as condições de verdade identificadas em (19<sub>2</sub>). Dito de outro modo, não é contraditório acreditar que *relativamente a S<sub>1</sub> a asserção de (xix) é verdadeira e relativamente a S<sub>2</sub> a asserção de (xix) é falsa*.

É possível, então, formular uma tese mais geral. Uma vez que o conteúdo vero-condicional é sensível à variação do sistema de aferição, para o relativista semântico o conteúdo vero-condicional de uma asserção deverá ser identificado relativamente a um dado sistema de aferição S.

Obter-se-ia a seguinte formulação geral:

**Tese Relativista Geral (TRG):**  $\forall(S) \forall(p) [\textcircled{R}S (\text{é verdade que } p \leftrightarrow p)]^{103}$ .

Agregado à TRG é possível desenvolver uma regra para a determinação da identidade de um sistema de aferição com um putativo outro sistema de aferição.

Quando a variação do conteúdo vero-condicional de uma asserção p não ocorre, em que p é uma asserção sensível à variação do sistema de aferição, uma vez que p é verdadeira nas mesmas condições ou circunstâncias relativamente a S<sub>1</sub> e a S<sub>2</sub>; então S<sub>1</sub> e

---

<sup>103</sup> O símbolo ‘ $\textcircled{R}$ ’ identifica a operação ‘relativamente a um sistema de aferição’.

S<sub>2</sub> são sistemas de aferição idênticos. A identidade dos sistemas de aferição depende, portanto, apenas dos parâmetros que são relevantes na determinação do conteúdo vero-condicional de *p*.

O Princípio de Identidade para Sistemas de Aferição (PISA) poderá ser, então formulado do seguinte modo:

$$\text{PISA: } \forall(S) \forall(p) \{ [\text{@S}_1 \text{ (é verdade que } p \leftrightarrow p)] \leftrightarrow [\text{@S}_2 \text{ (é verdade que } p \leftrightarrow p)] \} \rightarrow S_1=S_2|$$

Do PISA segue-se que a relação de identidade para *sistemas de aferição* pode ser obtida a partir dos parâmetros relevantes para a determinação das condições de verdade de *p*. O inverso porém não parece ser o caso. Note-se que não se segue de S<sub>1</sub> e S<sub>2</sub> serem *sistemas de aferição idênticos* que o conteúdo vero-condicional de *p*<sub>1</sub> e o conteúdo vero-condicional de *p*<sub>2</sub> sejam idênticos. O inverso não ocorrer apenas indica que há outros factores a contribuir para a determinação do conteúdo vero-condicional de asserções que não apenas os parâmetros de acordo com os quais as asserções são aferidas – aspectos linguísticos e extra-linguísticos.

Uma outra tese que o RS poderia defender é a existência de um conjunto de termos sensíveis à variação de *sistema de aferição*. A defesa dessa tese teria pelo menos uma consequência – que identifico em baixo como (Corolário) – que creio ser desnecessária assumir no contexto da presente dissertação e, especialmente por essa razão, assumirei uma posição de não-comprometimento em relação a ela.

(Corolário) há um conjunto de termos sensíveis à variação de *sistema de aferição* e que podem adquirir outro significado diverso do seu significado linguístico, quando ocorrem numa asserção; i.e. há uma lista de termos sensíveis à aferição (que contém alguns dos termos de uma língua) que devido a alguma particularidade que lhes seja associada são sensíveis à variação de *sistema de aferição*<sup>104</sup>.

---

<sup>104</sup> Macfarlane, por exemplo, compromete-se com a ideia de um conjunto de termos sensíveis à aferição. Cf. Macfarlane (2014).

Para o propósito da presente secção parece-me que (Corolário) seria desnecessário. Afirmo tal coisa, por um lado, porque (Corolário) é, assim formulado, incompatível com a noção de *conteúdo semântico*<sup>105</sup>. Seria necessário conceder, de modo a manter o (Corolário) e a noção de *conteúdo semântico*, que há uma qualquer razão linguística para tais termos serem sensíveis à aferição ou a circunstâncias de avaliação. Apesar de me parecer perfeitamente possível executar essa manobra, parece-me desnecessária. A mesma manobra é acessória por outro motivo, fazê-la implicaria supor haver uma lista de termos sensíveis à aferição que, consoante o *sistema de aferição*, poderia ocorrer um efeito de variação do seu significado. No entanto, a TRG permite ao relativista evitar ter de apresentar um critério que faça a distinção entre termos sensíveis à aferição e termos que não partilham dessa sensibilidade. Esse critério não teria qualquer pertinência, uma vez que a TRG estabelece que o conteúdo vero-condicional de qualquer asserção é sensível à aferição, independentemente dos termos que sejam constituintes da frase asseverada. Esse aspecto é, creio, uma vantagem.

Um opositor do RS poderia argumentar que isso é empiricamente muito pouco apelativo, uma vez que há diversas asserções da mesma frase cujas respectivas condições de verdade não diferem, apesar de ocorrerem em contextos de elocução diversos e de diversos indivíduos as aferirem. O PISA desmonta o argumento. Não ocorreu variação de *sistema de aferição* de asserção para asserção, uma vez que o conteúdo vero-condicional das diferentes asserções é idêntico. Assim, os parâmetros relevantes (na determinação das condições de verdade das asserções) que permitem distinguir *sistemas de aferição* mantiveram-se os mesmos.

Não obstante ser desnecessária a apresentação de um critério de sensibilidade de aferição, continua a ser necessário explicar porque é o conteúdo vero-condicional de asserções sensível à aferição. É o que farei na secção seguinte.

#### 4.3. *O papel do sistema de aferição*

A função do *sistema de aferição* é a de contribuir para identificar o conteúdo vero-condicional de asserções. De acordo com o PISA, de certo modo, é por meio da

---

<sup>105</sup> Uma vez que *conteúdo semântico* é o resultado do significado linguístico dos termos que constituem a frase asseverada, se houver uma lista de termos sensíveis à aferição, então o *conteúdo semântico* não é o resultado do significado linguístico dos termos que constituem a frase asseverada, uma vez que a contribuição desses poderá não ser o seu significado linguístico, mas o seu, chame-se-lhe *significado em aferição*.

sua função que a relação de identidade entre sistemas é obtida. Mas a descrição da função e da relação de identidade entre aferições não explica a razão de o *sistema de aferição* desempenhar esse papel, quando a mera combinação sintáctica dos elementos constituintes da frase e o contexto (de uso) poderão perfeitamente desempenhar essa mesma função. Ora, como outros elementos desempenham também uma função semelhante, é preciso explicar a razão de o *sistema de aferição* complementar esses mesmos elementos na determinação do conteúdo das asserções. Se não for necessária a participação do *sistema de aferição* na identificação do conteúdo, então não há razão alguma para supor haver um outro elemento teoricamente relevante, que não o significado linguístico dos elementos constituintes da frase asseverada e a sua combinação sintáctica e o contexto. Assim, o relativista precisa de assumir algo mais para além da sua TRG, ele precisa de pressupor que os aspectos linguísticos e contextuais (relativos ao contexto de uso) não são suficientes para identificar o conteúdo de uma asserção. Designarei essa tese por Tese da Indeterminação (TI).

Veja-se um exemplo que possa suportar a TI:

(xx) Francisco Assis pesa 80 quilogramas.

Caso se extraia o *sistema de aferição* da formulação, a asserção de (xx), efectuada num determinado contexto (e.g. no contexto de Fernando Rosas ser o seu locutor e de a mesma ter ocorrido no programa televisivo *Prova dos 9*), tem o seguinte conteúdo: (20) é verdade que *Francisco Assis pesa 80 quilogramas* se e somente se Francisco Assis pesa 80 quilogramas. Ignore-se, para efeitos de simplificação, o tempo verbal que é identificado como sendo o momento da elocução. Pergunta: *é (20) suficiente para identificar as condições nas quais a asserção de (xx) é verdadeira?* A resposta relativista tem de ser negativa. De acordo com a TRG o conteúdo da asserção de (xx) teria de ser formulado do seguinte modo: (20') é verdade que *Francisco Assis pesa 80 quilogramas* se e somente se Francisco Assis pesa 80 quilogramas, relativamente ao sistema de aferição  $S_x$ . Mas como explica o relativista que, para a identificação do conteúdo vero-condicional, seja necessário o contributo de parâmetros que o afirmam?

Uma estratégia que o relativista não pode utilizar é recorrer à ideia de que, para este caso (e casos similares), o conteúdo vero-condicional é relativo a um determinado sistema de medição e que, como tal, caso o sistema de medição varie, o conteúdo vero-condicional da asserção de (xx) também será diverso. A estratégia seria absurda; em

parte, porque a alteração do sistema de medição não produz qualquer efeito no conteúdo vero-condicional da asserção. Apesar de (xx') 'Francisco Assis pesa 80 libras', quando asseverado ser verdadeiro em condições distintas da asserção de (xx), tal deve-se ao simples facto de 80 quilogramas não corresponder a 80 libras. Caso se assevere (xx'') 'Francisco Assis pesa 176,37 libras', as condições de verdade da asserção de (xx'') são idênticas às condições de verdade da asserção de (xx), apesar de o sistema de medição não ser o mesmo, uma vez que 80 quilogramas corresponde a 176,37 libras. Restaria dizer que a expressão '80 quilogramas' é relativa a um determinado sistema de medição. Todavia, essa afirmação não faz do seu autor relativista. Se a tomarmos num certo sentido, parece trivial; se considerarmos a afirmação no sentido de que uma asserção com uma expressão relativa a um sistema de medição, substituída por uma outra asserção com uma expressão equivalente, mas relativa a outro sistema de medição diverso, não partilhariam o mesmo conteúdo, então a afirmação é simplesmente falsa.

Então, como explicar que (20) seja insuficiente para a identificação das condições de verdade de qualquer asserção de (xx)?

Imagine-se dois *sistemas de aferição* distintos,  $S_3$  e  $S_4$ . Imagine-se também que a os parâmetros de aferição relativamente a  $S_3$  são mais flexíveis do que relativamente a  $S_4$ . Isso é possível se relativamente a  $S_3$  a precisão do peso de Francisco Assis tiver de ser menor do que a precisão do peso de Francisco Assis relativamente a  $S_4$  para que a asserção em causa seja verdadeira.

Assim,  $S_3$  e  $S_4$  poderão ser caracterizados com o seguinte parâmetro:

$S_3$ : *é admissível uma variação de quatro quilogramas, entre 80 quilogramas e 84 quilogramas.*

$S_4$ : *é admissível apenas uma variação de 1,5 quilogramas, entre 79,4 quilogramas e 80,9 quilogramas.*

De modo a tornar o exemplo mais verosímil, tome-se  $S_3$  como a avaliação efectuada por António Costa ao ouvir a asserção de (xx) na televisão de Fernando Rosas no programa televisivo *Prova dos 9*, em que António Costa avalia o conteúdo vero-condicional da asserção de acordo com uma variação mais ou menos imprecisa do peso de Francisco Assis, como estando algures na casa dos 80 quilogramas. Tome-se, por outro lado,  $S_4$  como a avaliação efectuada por um treinador de pugilismo, que avalia a

asserção televisiva de Fernando Rosas de acordo com as categorias de peso do pugilismo<sup>106</sup>.

Neste caso, a *variação do sistema de aferição* resultaria em conteúdos vero-condicionais distintos para a mesma asserção.

No entanto, apenas foram apresentados casos de variação de sensibilidade do conteúdo vero-condicional, os casos apresentados não explicam a necessidade da contribuição do *sistema de aferição* na identificação do conteúdo das asserções.

Para fornecer essa explicação proponho outro exercício de imaginação ao leitor. Apenas com o conteúdo (20) como é possível identificar as condições de verdade da asserção de (xx)? Não parece sê-lo, uma vez que é necessário determinar qual a variação de peso admissível para que as condições em que a asserção televisiva de Fernando Rosas é verdadeira estejam devidamente identificadas. A TI é em parte não mais do que a generalização deste fenómeno<sup>107</sup>.

No entanto, a TI alega que os elementos contextuais também não são suficientes para determinar, mesmo em conjunto com os aspectos linguísticos, o conteúdo vero-condicional das asserções (de modo a que as condições de verdade sejam devidamente identificadas) e, como tal, isso também deverá verificar-se para o caso da asserção de (xx). O contextualista poderá alegar que o contexto de elocução é que foi alvo de variação, uma vez que o auditório no exemplo apresentado não era o mesmo, no caso de S<sub>3</sub> tratava-se de António Costa, no caso de S<sub>4</sub> tratava-se de um treinador de pugilismo. Mas o ponto é que esse não corresponde ao auditório para quem a asserção é dirigida, de acordo com o contexto de elocução, a asserção dirige-se ao público televisivo que, naquele momento, assistia ao programa televisivo *Prova dos 9*. A elocução não é dirigida especificamente a António Costa, nem ao treinador de pugilismo, mas ao público em geral, onde se inclui os participantes no programa *Prova dos 9*. Mais, é irrelevante se é António Costa que afere a asserção de uma certa forma ou se é outra

---

<sup>106</sup> Neste caso, dependendo da variação de peso, Francisco Assis poderia pertencer à categoria de *meio-pesado* ou poderia pertencer à categoria de *cruzador*.

<sup>107</sup> Charles Travis apresenta uma ideia semelhante, como se pode ver pelo exemplo que se segue: «‘This duck weighs 3 kg’, said of: (i) a dressed duck which registers 3 kg on an accurate scale, but with 1 kg weight in its cavity; (ii) a live duck which will weigh in at 3 kg when dressed; (iii) a stuffed and mounted duck which registers 3 kg with the stuffings (with the mountings); (iv) a duck weighed during a space flight; (v) a duck weighed in a gravity simulator simulating 2 g; (vi) a duck packaged in plastic, weighing 3 kg with its neck, feet, and internal parts (with the plastic), but where these parts have been detached; (vii) a duck weighed while inflated with helium; (viii) a duck weighed just after being force fed. In all these cases, there is a true point and a false point to be made in saying the duck to weigh 3 kg, either of which points, it appears, might be made in speaking the words, ‘this duck weighs 3 kg’» Travis (1985: 27).

pessoa que a afere de forma diferente, o que é importante e relevante é que a asserção, apesar dos efeitos linguísticos na formulação do conteúdo da asserção se manterem os mesmos de *sistema de aferição* para *sistema de aferição*, é susceptível de ser aferida de modo díspar e que os parâmetros segundo os quais pode ser aferida são relevantes na identificação das suas condições de verdade.

Outra dificuldade para o contextualista seria a de explicar de que modo é que o contexto pode desempenhar a mesma função que o *sistema de aferição*. Imagine-se que Fernando Rosas não é comentador político, mas comentador pugilístico, num diferente contexto de elocução  $C_4$ , e que nesse contexto assevera (xx). Suponha-se que o contexto  $C_3$  é o contexto já descrito do programa *Prova dos 9*, em que também Fernando Rosas assevera (xx). Portanto, a asserção de (xx) que ocorre em  $C_3$  e a asserção de (xx) que ocorre em  $C_4$  dizem coisas distintas.

Asserção $_{c_3}$ : ‘Francisco Assis pesa 80 quilogramas [peso que pode variar entre os 80 quilogramas e os 84 quilogramas]’.

Asserção $_{c_4}$ : ‘Francisco Assis pesa 80 quilogramas [pesando pelo menos de 79,425 quilogramas]’<sup>108</sup>.

O primeiro problema do contextualista é como é que a informação não veiculada *não pesando menos de 79,425 quilogramas* é consciente e racionalmente identificada como sendo parte não articulada da asserção $_{c_4}$ ? O contextualista pode argumentar que o contexto precisaria de maior enriquecimento na sua descrição; por exemplo, Fernando Rosas estaria a responder a uma questão acerca de qual a categoria de peso a que Francisco Assis pertenceria. Mas nem com o acréscimo de informação contextual se percebe em que condições é que a asserção $_{c_4}$  seria verdadeira. Suponha-se que Francisco Assis pesa realmente, de acordo com a balança que o pesou (as balanças relevantes para averiguar o peso de Francisco Assis também poderão participar nas condições de verdade da asserção), 80,51 quilogramas, a asserção $_{c_4}$  é verdadeira? Mesmo com a informação acerca da conversação ocorrer num contexto onde se pretende averiguar a que categoria de peso pertence Francisco Assis recorrendo ao contexto de elocução não é possível descortinar as condições em que a asserção $_{c_4}$  é verdadeira. Pior do que isso, se tomarmos como princípio que o mero aspecto

---

<sup>108</sup> A informação entre ‘[]’ é informação não verbalizada.

linguístico não é suficiente para determinar o conteúdo vero-condicional de asserções, como algumas formas mais radicais de contextualismo o fazem<sup>109</sup>, não será o contexto a desempenhar a função de preencher essa lacuna, uma vez que o contexto preenche a lacuna com informação articulável que, quando articulada, forma uma nova asserção, como se pode confirmar com o exemplo da asserção<sub>c4</sub> e asserção<sub>c4'</sub>:

Asserção<sub>c4</sub>: ‘Francisco Assis pesa 80 quilogramas [pesando pelo menos de 79,425 quilogramas]’.

Asserção<sub>c4'</sub>: ‘Francisco Assis pesa pelo menos 79,425 quilogramas’.

Ora, se tomarmos a asserção<sub>c4'</sub> como uma asserção da frase (xx’) ‘Francisco Assis pesa pelo menos 79,425 quilogramas’, frase na qual estão sintacticamente presentes os constituintes correspondentes da informação contextual da asserção<sub>c4</sub>, o mesmo problema verificar-se-á, uma vez que a asserção<sub>c4'</sub> é construída de modo a ser o resultado apenas da combinação de elementos linguísticos. Ora, se o que (xx’) expressa é insuficiente para determinar o conteúdo vero-condicional de qualquer asserção de (xx’), então a asserção<sub>c4'</sub>, necessitaria sempre de informação suplementar para que as suas condições de verdade possam ser identificadas. Nesse sentido, o contexto não poderá desempenhar a função desempenhada pelo *sistema de aferição*. Ao contextualista mais radical, sobra uma opção: a de rejeitar a ideia de que, com o contributo do contexto, é possível especificar de modo satisfatório o conteúdo vero-condicional de qualquer asserção e argumentar que o conteúdo vero-condicional de qualquer asserção é cronicamente indeterminado, e que, apesar dessa indeterminação é possível comunicarmos. O relativista não necessita de ceder a essa opção, pode, recorrendo à noção de *sistema de aferição*, rejeitar simultaneamente a ideia de que o contributo do contexto não é suficiente para determinar o conteúdo vero-condicional e de que o conteúdo vero-condicional é cronicamente indeterminado.

No entanto, é perfeitamente legítimo contestar que o *sistema de aferição* possa desempenhar essa função. O contributo do *sistema de aferição* também pode ser sintacticamente articulado, uma vez que também fornece informação que permite especificar as condições de verdade de qualquer asserção. O ponto do relativista é que não pode ser sintacticamente articulado. Não é possível articular os parâmetros de avaliação relevantes que num dado *sistema de aferição* são utilizados para identificar as

---

<sup>109</sup> Cf. Carston & Hall (2011), Searle (1978), Travis (1985, 1994 & 1996).

condições de verdade de uma dada asserção, porque o *sistema de aferição* não dispõe informação a que o auditório acede para avaliar a asserção. O *sistema de aferição* é um conjunto de parâmetros que permite avaliar a asserção em causa, e é identificado de acordo com esses mesmos parâmetros relevantes na avaliação da asserção em causa. Cada asserção é avaliável de uma determinada forma, visto que, mesmo combinando os elementos linguísticos e os elementos contextuais, o conteúdo vero-condicional da asserção é indeterminado. Apenas os utilizadores de uma língua optando<sup>110</sup> por um dos muitos conjuntos de parâmetros relevantes poderá determinar o conteúdo vero-condicional da asserção. Portanto, os falantes não acedem consciente e racionalmente aos parâmetros que integram um determinado *sistema de aferição*; pelo contrário, os falantes decidem consciente e racionalmente por qual o *sistema de aferição* a adoptar na interpretação ou avaliação de uma dada asserção. Quantitativamente, as condições em que uma asserção é verdadeira são inumeráveis, tão inumeráveis quanto as circunstâncias possíveis que podem ocorrer, com as quais a mesma asserção tem de ser confrontada para avaliar o seu valor de verdade. Também os *sistemas de aferição*, por semelhantes razões, são inumeráveis. O papel do *sistema de aferição* é o de especificar quais as condições relevantes para a avaliação da asserção, mas outras condições podem igualmente ser relevantes, e nesse caso teríamos outro *sistema de aferição*, com condições de verdade distintas.

Então, como é que o *sistema de aferição* opera no caso da asserção<sub>c4</sub>, por exemplo?

A asserção<sub>c4</sub> pode ser avaliada relativamente a um sistema de aferição que determine como parâmetros relevantes ( $P_i$ ) Francisco Assis pesar 80 quilogramas, quando pesado no dia anterior; ( $P_{ii}$ ) Francisco Assis pesar 80 quilogramas, quando pesado pela balança oficial de boxe; ( $P_{iii}$ ) Francisco Assis pesar 80 quilogramas, quando pesado em Lisboa, local onde foi pesado no dia anterior ao seu combate; ( $P_{iv}$ ) Francisco Assis pesar 80 quilogramas, com uma variação permitida entre os 79,5 quilogramas e os 80,5 quilogramas, designe-se o *sistema de aferição* com estes parâmetros como  $S_{iv}$ . Formulando o conteúdo vero-condicional da asserção<sub>c4</sub>, obtém-se: é verdade que *Francisco Assis pesa 80 quilogramas* se e somente se Francisco Assis pesa 80 quilogramas, relativamente a  $S_{iv}$  ( $P_i, P_{ii}, P_{iii}, P_{iv}$ ). Logo, apenas relativamente a um

---

<sup>110</sup> Esta opção pode ser influenciada ou mesmo determinada por diversos factores. Seria interessante investigar o que poderia influenciar essa opção; investigação essa que ocorreria, porventura, no âmbito da teoria da decisão. Não irei fazê-lo aqui, visto ultrapassar o âmbito e objecto da presente tese.

*sistema de aferição* é possível identificar as condições em que a asserção é verdadeira e quais as condições relevantes para aferir em relação ao seu valor de verdade. O processo desempenhado pelo *sistema de aferição* pode ser descrito como um processo de especificação que permite que a determinação do conteúdo assertivo ocorra efectivamente. Ao contrário do processo contextual localizado de especificação, utilizado por contextualistas como um caso de enriquecimento livre<sup>111</sup>, no sentido no qual o uso, o processo de especificação poderá ser tanto global como localizado, e é o processo de aferição por excelência, tendo como efeito a identificação de um conjunto finito de parâmetros de aferição relevantes para a averiguação quanto ao valor de verdade de uma asserção.

Sobeja agora perceber de que forma a disputa acerca da determinação do conteúdo vero-condicional de asserções pode ser reabilitada com o contributo de uma teoria relativista. É essa questão que procurarei esclarecer nas secções seguintes do presente capítulo.

#### 4.4. *Contribuição para uma disputa significativa*

É de notar que não se tem descrito o contributo ou os processos associados ao *sistema de aferição* como pragmáticos. Não é de todo líquido que os mesmos sejam pragmáticos, na medida em que não parecem estar associados ao uso que os falantes fazem da linguagem, nem a aspectos intencionais que possam afectar esse uso; no entanto, se entendermos por Pragmática tudo aquilo que não é Semântica e tudo aquilo que não é Sintaxe, os processos associados ao *sistema de aferição* podem perfeitamente ser entendidos como pertencentes à ordem das coisas pragmáticas. No entanto, a catalogação deste género de processos como pragmáticos pode não levantar grandes dificuldades, uma vez que, para qualquer que seja a noção de Semântica adoptada, os mesmos processos têm relevância semântica. Têm relevância semântica, porque afectam as condições de verdade de asserções<sup>112</sup>.

O importante a reter, porém, é que a noção particular que se adopte de Semântica é irrelevante para a pertinência da teoria relativista acerca do conteúdo vero-condicional

---

<sup>111</sup> Cf. Recanati (2004: 95, 2011: 85).

<sup>112</sup> No caso da noção muitíssimo minimal de Semântica no quadro da Teoria da Relevância, os processos não teriam relevância semântica, uma vez que não é, de acordo com a Teoria da Relevância, semanticamente relevante o conteúdo vero-condicional de asserções, *o que é dito* ou o conteúdo vero-condicional pertenceria à área de influência pragmática apenas. Carston (1999).

de asserções, quer adoptemos uma concepção minimalista de Semântica, quer adoptemos uma concepção mais inflacionada acerca do que é Semântica.

Como forma de demonstrar a independência da teoria relativista em relação a uma concepção particular de Semântica, não se tem utilizado ao longo do presente capítulo termos que atribuam à teoria relativista um carácter pragmático ou um carácter misto, pragmático-semântico. O importante é que a aceitação das teses relativistas não esteja dependente de uma concepção prévia acerca daquilo que é semântico e acerca daquilo que não o é.

Importante de seguida será compreender como é que as teses relativistas convivem simultaneamente com as noções de *conteúdo semântico* e de *o que é dito* e se pode ser opositora tanto do Minimalismo Semântico como do Contextualismo Semântico, opondo-se de um certo modo a MS, aceitando os pressupostos minimalistas e opondo-se de outra forma a CS, aceitando os pressupostos contextualistas.

#### 4.4.1. *Sistema de aferição e conteúdo semântico*

A noção de *conteúdo semântico* depende unicamente, salvo excepções muito pontuais (e.g. termos indexicais), do significado linguístico dos termos que constituem a frase asseverada. De modo a conviver com esta noção, o relativista apenas precisa de aceitar essa ideia em parte, a de que o conteúdo vero-condicional é obtido unicamente a partir do significado linguístico dos termos envolvidos na frase asseverada, apesar de aferido relativamente a um *sistema de aferição*.

Imagine-se a seguinte frase:

(xxi) Fabiano Caruana fez o melhor resultado de sempre num torneio de Xadrez.

Depois de Fabiano Caruana, durante a sua participação no torneio *Sinquefield Cup 2014*, ter feito, ante os oponentes mais fortes do mundo (e.g., Magnus Carlsen – número um e campeão do mundo –, Levon Aronian, número dois do mundo...), 8 pontos em 10 possíveis, Yasser Seirawan, comentador norte-americano do evento partilha com a sua co-comentadora, Jennifer Shahade, (xxi). A sua co-comentadora (como qualquer membro do auditório com um pendor minimalista), entende como sendo as condições de verdade da asserção de Yasser o seguinte: (21) é verdade que *Fabiano Caruana fez o melhor resultado de sempre num torneio de Xadrez* se e somente se Fabiano Caruana

fez o melhor resultado de sempre num torneio de Xadrez. Este conteúdo vero-condicional obtido unicamente a partir do significado linguístico dos termos constituintes de (xxi). O RS pode perfeitamente aceitar que o conteúdo vero-condicional seja obtido unicamente a partir do significado convencional ou linguístico dos termos que estão envolvidos na frase (xxi). O único acrescento que fará a esse respeito é que (21), o conteúdo vero-condicional ou o *conteúdo semântico* da asserção de Yasser Seirawan (xxi)<sub>Ya</sub>, é (necessariamente) relativo a um determinado *sistema de aferição*.

Tome-se S<sub>21</sub> como o *sistema de aferição* cujos elementos são: (P<sub>21</sub>) os resultados relevantes para averiguar acerca da verdade da asserção (xxi)<sub>Ya</sub> são apenas aqueles a partir da introdução do sistema de classificação Elo<sup>113</sup>, (P<sub>22</sub>) a qualidade da oposição que Fabiano Caruana teve no torneio em causa é relevante para averiguar acerca da verdade de (xxi)<sub>Ya</sub>, (P<sub>23</sub>) o facto de o resultado ter sido obtido num torneio em Round Robin<sup>114</sup> é relevante para averiguar acerca da verdade de (xxi)<sub>Ya</sub>.

Tome-se S<sub>2i</sub> como o *sistema de aferição* cujos elementos são: (P<sub>21</sub>) os resultados relevantes para averiguar acerca da verdade da asserção (xxi)<sub>Ya</sub> são apenas aqueles a partir da introdução do sistema de classificação Elo, (P<sub>22</sub>) a qualidade da oposição que Fabiano Caruana teve no torneio em causa é relevante para averiguar acerca da verdade de (xxi)<sub>Ya</sub>.

Imagine-se que parte do auditório avalia o conteúdo semântico de (xxi)<sub>Ya</sub> como correspondendo a (21'): Fabiano Caruana fez o melhor resultado de sempre num torneio de Xadrez se e somente se Fabiano Caruana fez o melhor resultado de sempre num torneio de Xadrez, relativamente a S<sub>21</sub>. Agora, se outra parte do auditório avalia o conteúdo semântico de (xxi)<sub>Ya</sub> como (21'') Fabiano Caruana fez o melhor resultado de sempre num torneio de Xadrez se e somente se Fabiano Caruana fez o melhor resultado de sempre num torneio de Xadrez, relativamente a S<sub>2i</sub>, então o conteúdo semântico de (xxi)<sub>Ya</sub> tanto pode ser (21') como (21''), dependendo do sistema de aferição mediante o qual se avalie a asserção.

O ponto do relativista é que o *conteúdo semântico* é produto também de processos de especificação resultantes da relativização do conteúdo indeterminado a um dado *sistema de aferição*. Tal ocorre porque da combinação sintáctica dos elementos linguísticos que são constituintes da frase asseverada obtém-se apenas um conteúdo

---

<sup>113</sup> Classificação para calcular a força relativa de xadrezistas, criada pelo húngaro Arpad Elo. Introduzido como o cálculo padrão da classificação de xadrezistas a partir do ano de 1970.

<sup>114</sup> Um sistema de torneio em que todos os participantes jogam pelo menos uma vez entre si.

vero-condicional indeterminado<sup>115</sup>, de acordo com a TI (Cf. Secção 4.3.). É nesse âmbito que o relativista se opõe ao MS. O minimalista defende que os aspectos linguísticos são suficientes (salvo excepções muito pontuais) para a determinação do *conteúdo semântico* de asserções. O RS defende, pelo contrário, que os aspectos são insuficientes na determinação do *conteúdo semântico* e que apenas relativamente a um *sistema de aferição* pode o *conteúdo semântico* de qualquer asserção ser determinado.

Do ponto de vista do relativista, o *conteúdo semântico* de uma qualquer asserção deverá conter um elemento relativista – *relativamente ao sistema de aferição S* – que deve operar sobre a potencial totalidade das condições de verdade da asserção. É possível dizer-se que o contributo dos elementos linguísticos na identificação do conteúdo vero-condicional ocorre de modo a fornecer o potencial semântico da asserção (as potenciais condições em que a mesma é verdadeira). Dizer, porém, que ‘é verdade que  $p \leftrightarrow p'$ ’ apenas fornece um conjunto de condições por especificar. Assim, a determinação (efectiva) do conteúdo vero-condicional de qualquer asserção é apenas finalizada quando relativa a um dado *sistema de aferição S*. *S* indicará quais as condições ou parâmetros relevantes para averiguar acerca da verdade de uma asserção, e apenas assim se poderá dizer que o *conteúdo semântico* se encontra determinado.

Pode-se esquematicamente falar em dois momentos distintos:



Fig. 5

<sup>115</sup> Designo-o por conteúdo vero-condicional indeterminado, apenas para efeitos de simplicidade; na verdade, o que se obtém a partir da combinação sintáctica dos constituintes da frase asseverada não é genuinamente um conteúdo vero-condicional.

De acordo com a Fig. 5, para o *conteúdo semântico*, de acordo com o RS, irão contribuir essencialmente dois factores, um desses factores é a combinação sintáctica dos termos que são elementos da frase asseverada, outro dos factores é o *sistema de aferição*, mediante o qual as condições de verdade da asserção são avaliadas ou aferidas. Este quadro diverge do quadro minimalista, na medida em que o MS apenas admite um dos factores na determinação do *conteúdo semântico*, o factor linguístico, como se pode verificar pela Fig. 6.

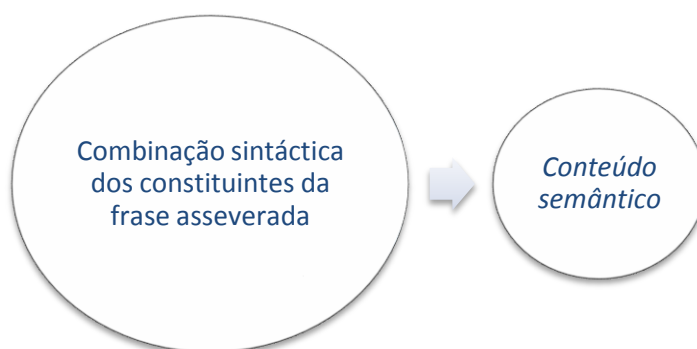


Fig. 6

A divergência entre minimalista e relativista pode ser descrita como uma divergência acerca de como é o *conteúdo semântico* determinado; o minimalista não aceita que os factores linguísticos (sintácticos e semânticos) possam ser insuficientes para determinar o conteúdo vero-condicional de asserções. O relativista, por sua vez, não aceita que tal seja o caso, no sentido em que o *conteúdo semântico* não pode ser determinado apenas por esses factores, tem de ser determinado relativamente a um determinado conjunto de parâmetros que avaliem quais as condições de verdade relevantes para averiguar acerca da verdade da asserção.

Isto significa que para qualquer asserção da frase (xxi), segundo o minimalista, obter-se-á como *conteúdo semântico* o mesmo, o *conteúdo semântico* não variará de asserção para asserção, uma vez que o que determina o *conteúdo semântico* de qualquer asserção de (xxi) mantém-se sempre invariável – o significado linguístico dos termos que constituem (xxi) e a sua combinação sintáctica. O relativista, por sua vez, admite não só a como possível a variação do *conteúdo semântico* de asserção para asserção, mas para a mesma asserção, na medida em que o *conteúdo semântico* depende também daquilo relativamente ao qual a asserção é aferida e a mesma asserção pode ser aferida relativamente a sistemas diferentes. Para cada *sistema de aferição* relativamente ao qual a asserção é avaliada, resultarão *conteúdos semânticos* distintos para a mesma asserção.

Uma disputa entre MS e RS nos contornos aqui apresentados apenas é possível mediante adopção da parte do relativista da noção de *conteúdo semântico*. Por sua vez, a adopção da noção de *o que é dito* por parte do relativista permitirá a disputa, em contornos similares entre CS e RS, como se verá na secção seguinte.

#### 4.4.2. Sistema de aferição e o que é dito

É possível formular a principal tese do CS do seguinte modo: *o que é dito* pode não ser determinado unicamente pelos aspectos linguísticos da frase asseverada e o contributo do contexto envolvido na identificação de *o que é dito* pode não ser linguisticamente mandatado. Associada à tese anterior há uma outra tese latente, a de que os aspectos linguísticos em conjugação com os elementos ou processos contextuais são suficientes para determinar *o que é dito*. É esta tese que o relativista irá disputar. O relativista irá defender que, mesmo com um eventual contributo contextual, os aspectos linguísticos não são suficientes para determinar *o que é dito*, apenas relativamente a um dado sistema de aferição é possível determinar *o que é dito*.

Recordemos que *o que é dito* corresponde ao conteúdo intuitivo vero-condicional das asserções, e que o mesmo é acedido pelos participantes na conversação de forma consciente e racional. Assim, qualquer elemento que se acrescente à determinação de *o que é dito* não poderá impedir com que *o que é dito* seja acedido pelos intervenientes na conversação de forma racional e consciente. Não me parece que o eventual contributo do sistema de aferição impeça que tal ocorra. O sistema de aferição não oferece qualquer restrição que implique que os participantes na conversação não possam intuitivamente (racional e conscientemente) aceder a *o que é dito*, e, como tal, não viola o princípio contextualista de *o que é dito* seja intuitivo e acessível aos participantes na conversação, quando confrontados com o contexto de conversação. Algo de idêntico se passa com o sistema de aferição, os falantes, quando confrontados com informação comunicada em contexto, podem posteriormente explicitar os parâmetros que consideram relevantes para averiguar acerca do valor de verdade da asserção em causa.

Uma vez que não parece haver impedimento por parte do RS para adoptar a noção de conteúdo intuitivo vero-condicional da asserção ou de *o que é dito* com a asserção, então há um mínimo partilhável que permite que haja uma genuína oposição entre RS e CS. Parte dessa oposição tem que ver com os processos que podem participar na determinação de *o que é dito*.

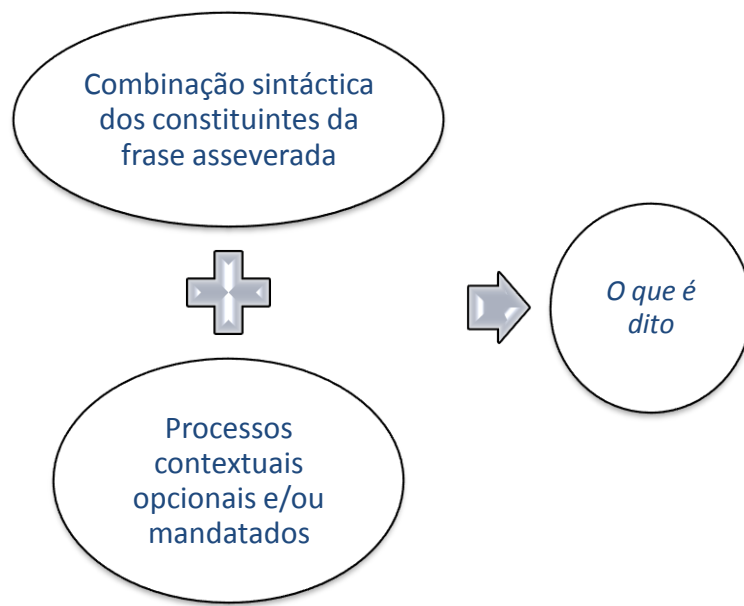


Fig. 7

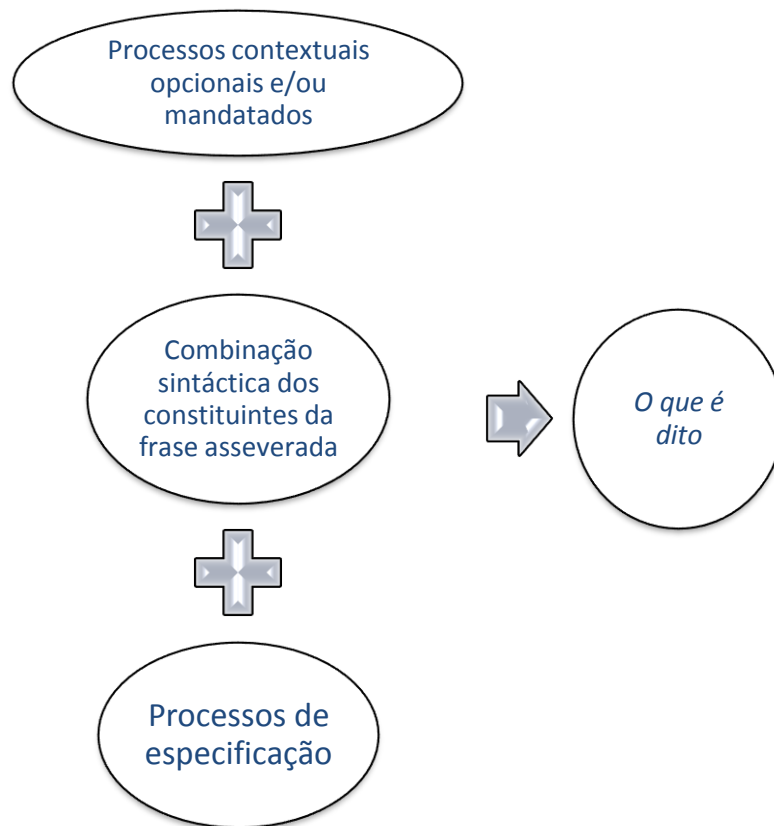


Fig. 8

De acordo com a Fig. 7, para além de o contributo desempenhado pela combinação sintáctica dos constituintes da frase asseverada, o modelo contextualista apenas admite processos opcionais e/ou linguisticamente mandatados acedidos a partir da informação veiculada aos intervenientes na conversação pelo contexto de uso. Ora, de acordo com a TI relativista, esse contributo é insuficiente para determinar adequadamente as condições de verdade da asserção e, por conseguinte, o conteúdo intuitivo vero-condicional da mesma. É necessário, independentemente do contexto de uso que ocorram processos de especificação relativamente a um dado *sistema de aferição*. Apenas assim é a asserção avaliável em relação a *o que é dito* com a mesma (Fig. 8).

Confirme-se essa oposição com o seguinte exemplo:

(xxii) Alberto Contador vence *La Vuelta 2014* inesperadamente.

Imagine-se que Paulo Martins, antigo ciclista profissional português, e actual comentador de provas ciclísticas no canal *Eurosport*, assevera (xxii), quando Alberto

Contador corta a meta em directo na última etapa da prova *La Vuelta 2014*. Suponha-se, para efeitos da discussão, que o auditório, o público televisivo e os co-comentadores de Paulo Martins, identificaram intuitivamente o conteúdo vero-condicional da asserção de (xxii) como correspondendo a (22) é verdade que *Alberto Contador vence La Vuelta 2014 inesperadamente* se e somente se Alberto Contador vence La Vuelta 2014 quando muito poucos aficionados de Ciclismo o esperariam.

A questão que o relativista coloca ao contextualista é se (22) é suficiente para determinar o conteúdo vero-condicional da asserção de Paulo Martins. O relativista argumentará que não. Não o é, porque, apesar de o contexto em que a asserção ocorre poder contribuir com a modulação do advérbio ‘inesperadamente’, associando a um determinado âmbito desportivo, o do Ciclismo, (22) não restringe de modo suficientemente específico o que é relevante para considerar a vitória de Alberto Contador inesperada. É novamente necessária a avaliação da asserção relativamente a um dado *sistema de aferição*. Tome-se os seguintes exemplos de possíveis *sistemas de aferição*:

S<sub>22</sub>: (P<sub>xxii</sub>) o nível de preparação que Alberto Contador teve para La Vuelta 2014.

S<sub>2ii</sub>: (P<sub>xxv</sub>) o tempo de vantagem ou de desvantagens que antes da última etapa Alberto Contador tinha para os seus mais directos rivais.

Caso se afira a asserção de Paulo Martins relativamente a S<sub>22</sub>, a asserção é verdadeira, na medida em que apenas (P<sub>xxii</sub>) é relevante para averiguar se Alberto Contador obteve uma vitória inesperada. Porém, se a aferição da mesma asserção for relativa a S<sub>2ii</sub>, então a asserção é falsa, pois o tempo de vantagem que Alberto Contador tinha sobre os seus rivais à entrada da última etapa é mais do que suficiente, no decurso normal das coisas, para o madrilenho vencer *La Vuelta 2014*.

O argumento do relativista é que (22) não determina suficientemente o que é relevante na averiguação do valor de verdade da asserção de Paulo Martins. Mais, a informação acessível aos intervenientes na conversação a partir do contexto de elocução da asserção em causa não permite essa especificação. O que é que no contexto de elocução fornece a informação acerca do que é relevante para averiguar acerca do valor de verdade da asserção? Poder-se-á dizer que, caso o ouvinte possua informação acerca da diferença de tempo de corrida entre Contador e os seus rivais, inferirá imediatamente que, para Paulo Martins estar a asseverar algo verdadeiro<sup>116</sup>, (P<sub>xxv</sub>) não é relevante como

---

<sup>116</sup> De acordo a Máxima da Qualidade. Cf. Grice (1975).

condição para averiguar acerca da verdade da asserção. O relativista aceitará esse argumento, por esse género de réplica não ser problemático para a sua posição; primeiro, porque o contextualista teria indicar como é que o contexto permite eliminar os restantes parâmetros irrelevantes na aferição da asserção em causa e, segundo, um ouvinte sem essa informação, ao escutar o relato televisivo de Paulo Martins, onde se inclui a asserção em causa, acede a *o que é dito* com a asserção – a (22). Ora, o recurso a tal argumento não implicaria que o ouvinte nessas condições não acediria a *o que é dito* com a asserção? Deverá, então, suspender o juízo acerca da mesma; compreendê-la apenas como resultado da combinação dos constituintes linguísticos de (xxii)? Ou, alternativamente deverá decidir, mediante a informação que possui e demais factores, relativamente a que parâmetros deve aferir a asserção?

Outro problema associado ao anterior é que, caso o contexto forneça, juntamente com os elementos linguísticos da frase asseverada, a informação suficiente para o acesso ao conteúdo vero-condicional da asserção, os casos de desentendimentos a nível da identificação do conteúdo intuitivo vero-condicional apenas ocorrerão na eventualidade dos intervenientes na conversação não terem presente a mesma informação contextual – presumindo que os intervenientes terão competências linguísticas equiparadas. Uma consequência do RS é que os desentendimentos acerca da identificação do conteúdo intuitivo vero-condicional da asserção ocorrem, mesmo na eventualidade dos intervenientes na conversação terem presente o mesmo conjunto de informação acerca do contexto em que a asserção ocorre. Essa ideia seria mais condizente com os resultados das experiências desenvolvidas por Nicolle e Clark<sup>117</sup>, resultados esses que indicam haver intuições muito distintas acerca de qual o conteúdo vero-condicional de asserções, apesar de a informação fornecida contextualmente ser idêntica. Parece que algo mais concorre para a aferição de *o que é dito*.

Parte substancial da divergência entre CS e RS tem a ver com a divergência acerca de o que contribui para determinar *o que é dito*. A tese do RS é que também processos de especificação – possíveis apenas supondo que *o que é dito* é relativo a um dado sistema de aferição – contribuem para a determinação de *o que é dito*, e não apenas por efeitos opcionais e/ou efeitos mandatados – a partir da informação que os intervenientes na conversação obtêm pelo contexto de uso – e pela combinação sintáctica dos termos que são parte da frase asseverada. O CS defenderá que *o que é dito*

---

<sup>117</sup> Cf. Nicolle & Clark (1999).

não é determinado relativamente a coisa alguma e que para a sua determinação contribuíram apenas efeitos linguísticos e eventualmente efeitos contextuais, opcionais e/ou mandatados.

Parece-me também interessante uma outra oposição entre CS e RS, desta feita de natureza mais empírica, a de saber qual o tipo de processo localizado que melhor dá conta de alguns fenómenos linguísticos relacionados com alguns termos, que podem ser explicados com recurso a processos de especificação (relativos a um sistema de aferição particular) ou com recurso a processos de modulação (processos opcionais contextuais). Não pretendo deter-me excessivamente neste aspecto de o que poderia ser uma disputa entre CS e RS mais localizada, pela simples razão de que a minha principal preocupação não é mostrar quais os processos localizados que melhor explicam determinados fenómenos linguísticos, se processos que apenas o relativista admite que tenham relevância semântica, se processos que o contextualista poderá admitir que tenham relevância semântica. O principal intuito da presente secção não é esse. É tão-só, no âmbito da possível disputa entre CS e RS, explicar os contornos de uma divergência de princípio acerca do modo como é determinado *o que é dito* – mostrando que é viável defender que *o que é dito* não é obtido apenas pela combinação entre a frase asseverada e o contexto em que a asserção ocorre.

Não obstante, irei utilizar um exemplo proposto por François Recanati<sup>118</sup> para explicar de forma breve a divergência de carácter mais empírico:

(xxiii) Há um leão no meio da praça.

Para Recanati – ou para o CS – levando em conta o contexto em que a asserção de (xxiii) ocorre poderá haver pelo menos duas leituras para *o que é dito* com essa asserção. Uma em que ‘leão’ refere um elemento (vivo) da espécie *panthera leo* e outra leitura em que ‘leão’ refere uma representação de um elemento da espécie *panthera leo*. A ideia do contextualista é que este fenómeno é adequadamente descrito como um processo de modulação, no qual concorrem efeitos contextuais opcionais localizados – especificamente focalizados no termo ‘leão’.

Como vimos na secção 2.3., os processos de modulação têm para o contextualista relevância semântica – contribuem para a identificação do conteúdo intuitivo vero-

---

<sup>118</sup> Cf. Recanati (2011: 5).

condicional (*o que é dito*) – e não são processos de desambiguação, mas antes processos que afectam o sentido de uma expressão, podendo afectar o seu sentido de tal modo que o sentido no qual a expressão é usada não coincida com o seu sentido literal<sup>119</sup>. Aplicando essa ideia ao exemplo de Recanati, ‘leão’, de acordo com o seu significado linguístico, refere um elemento da espécie *panthera leo*, mas ao sofrer os efeitos do processo de modulação, devido ao contexto em que a asserção ocorre, ‘leão’ é usado para referir qualquer representação de um elemento da espécie *panthera leo*. Assim, num contexto em que um casal de turistas se passeia por Lisboa e pede indicações a um taxista sobre como chegar à Praça Marquês de Pombal, o taxista para facilitar a identificação turística da Praça diz (xxiii). Seria muito pouco intuitivo (a roçar o absurdo) que qualquer turista (supondo que possuirá a competência linguística mínima necessária de português para compreender a asserção) entendesse *o que é dito* com a asserção do taxista como correspondendo à primeira leitura possível da mesma, em que ‘leão’ é usado com o seu significado linguístico. Como tal, o que ocorreu no exemplo, de acordo com o contextualista, é mais adequadamente explicado como sendo um processo de modulação com relevância na determinação de *o que é dito* com a asserção. Portanto, de acordo com o contextualista ocorreu um efeito opcional que pode ser formulado do seguinte modo:

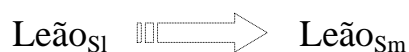


Fig. 9

O significado do termo ‘leão’ sofre um efeito de tal ordem, devido a um processo contextual, em que, quando o termo ocorre na asserção, o seu significado não corresponde ao que será o significado linguístico de ‘leão’ – na fig. 9 identificado por ‘Leão<sub>Sl</sub>’ – para ser usado com um significado modulado<sup>120</sup> – na fig. 9 identificado por ‘Leão<sub>Sm</sub>’. Como ‘leão’ ocorre na asserção com outro significado que não o significado linguístico do termo, *o que é dito* com a asserção também sofreria as repercussões do processo de modulação, apesar de os efeitos do processo terem ocorrido inicialmente de forma localizada. *O que é dito* com a asserção do taxista seria algo como: (23) é verdade que *há um leão<sub>sm</sub> no meio da praça* se e somente se há uma representação de um leão no

<sup>119</sup> Recanati (2011: 22).

<sup>120</sup> É possível também usar a designação de Recanati *significado ocasional* (tradução livre de *occasion meaning*). Cf. Recanati (2011).

meio da praça. De acordo com (23), a existência de um leão, um espécime *panthera leo*, no meio da praça é irrelevante para a averiguação do valor de verdade da asserção – não é parte do seu conteúdo intuitivo vero-condicional.

Mas o relativista pode explicar o mesmo fenómeno linguístico de outra forma, pode dizer que se trata de um processo localizado no qual o sentido de expressões (sensíveis à variação de *sistema de aferição*) é relativo a um dado *sistema de aferição*. No caso da asserção do taxista, o termo ‘leão’ seria, assim, sensível à aferição. Portanto, ao significado do termo estaria sempre associado um determinado *sistema de aferição*, relativamente ao qual o significado desse termo seria aferido. Assim, na mesma asserção ‘leão’ poderia ser interpretado, por exemplo, relativamente a um *sistema de aferição*  $S_{23}$  ou relativamente a um *sistema de aferição*  $S_{xxiii}$ . De acordo com  $S_{23}$ , ‘leão’ seria aferido como um animal foragido do Jardim Zoológico de Lisboa, um espécime *panthera leo*. Por sua vez, de acordo com  $S_{xxiii}$ , ‘leão’ seria aferido como uma representação de um espécime *panthera leo*. O casal de turistas simplesmente aferiu ‘leão’ relativamente a  $S_{xxiii}$  e, nesse caso, *o que é dito* seria algo como: (23’) é verdade que *há um leão, relativamente a  $S_{xxiii}$ , no meio da praça* se e somente se há uma representação de um leão no meio da praça.

Não só teríamos duas teorias rivais a respeito do que contribui para determinar *o que é dito*, como as duas teorias apresentariam explicações concorrentes para os mesmos fenómenos linguísticos, utilizando ferramentas distintas.

Espero no presente capítulo ter apresentado uma alternativa viável que pode debater substantivamente com MS e com CS, em diferentes moldes, acerca de como é determinado o conteúdo vero-condicional de uma asserção. A motivação na apresentação de uma teoria relativista tem simplesmente a ver com a tentativa de reabilitar um debate que me parece útil no desenvolvimento da investigação acerca do tema em disputa.

## 5. Conclusão

### 5.1. *Inconsequências de uma disputa aparente*

Acreditar que a disputa entre MS e CS não é substantiva, que é apenas verbal, não implica que alguma das duas teorias não possa desenvolver a sua investigação empírica acerca de quais os processos que melhor explicam os fenómenos linguísticos sobre os quais se debruçam. Exemplo disso é a adaptação de modalidades de minimalismo a uma intromissão controlada e muito limitada de processos contextuais na Semântica, explicando de que modo esses processos podem ser linguisticamente mandatados, influenciados pelo trabalho desenvolvido por Kaplan a respeito de termos indexicais<sup>121</sup>. A adaptação do MS a essa intromissão é de tal ordem que as modalidades mais influentes de minimalismo, mesmo as mais radicais, aceitam um certo grau de intromissão de processos contextuais, ainda que linguisticamente mandatados, na área de influência da Semântica.

Não foi, portanto, propósito da presente dissertação colocar em causa a pertinência e o desenvolvimento da investigação minimalista ou da investigação contextualista.

Mais, e esta é uma ressalva importante, a verbalidade da disputa entre MS e CS, acerca do que contribui para determinar o conteúdo da asserção, não implica que noutras áreas ou acerca de questões independentes desta não possa haver uma disputa substantiva entre minimalistas e contextualistas; a verbalidade da disputa circunscreve-se ao problema mencionado (acerca do conteúdo vero-condicional assertivo) e a questões cuja resposta dependa da resposta fornecida a esse problema.

Não é também consequência de MS e CS não serem teorias genuinamente concorrentes<sup>122</sup> que qualquer uma das teorias em causa não possa apresentar razões em sua defesa. Naturalmente que a força genuína dessas razões apenas pode ser medida quando uma das teorias tiver de facto em disputa com uma outra teoria concorrente e, portanto, aceitando que a disputa entre MS e CS está assente numa mera disputa verbal, como procurei mostrar no terceiro capítulo da dissertação, a força dos argumentos minimalistas e contextualistas não pode ser efectivamente medida. Essa é uma das

---

<sup>121</sup> Cf. Kaplan (1977).

<sup>122</sup> As teorias seriam genuinamente concorrentes, caso a disputa entre elas, acerca do problema em causa fosse mais do que verbal, caso fosse também substantiva.

vantagens de reabilitar a discussão acerca de como é o conteúdo vero-condicional de uma asserção determinado.

## 5.2. *A importância de reabilitar a discussão*

Não foi minha preocupação ao longo do presente texto apresentar razões fortes para a aceitação do RS, tal como o apresentei. Basta para o que aqui se pretendeu apresentar uma alternativa viável que possa discutir com MS e CS, em contornos distintos, acerca de como é determinado o conteúdo vero-condicional de asserções. Uma das vantagens em reabilitar a discussão acerca desse problema foi já mencionada na secção anterior, a de que a força dos argumentos relacionados com o modo como é determinado o conteúdo vero-condicional de asserções utilizados por minimalistas ou utilizados por contextualistas só pode ser realmente medida quando ocorrer genuinamente uma discussão.

Estou em crer que a importância de reabilitar a discussão acerca desta questão tem, sobretudo, a ver com a dinâmica acrescida na investigação desenvolvida por minimalistas e na investigação desenvolvida por contextualistas. O RS pode levantar novos problemas e lançar novos desafios a cada uma das duas teorias com que concorre (ainda que em diferentes moldes) que essas teorias são forçadas a disputar e, possivelmente, a adaptar-se. Não bastaria, como seria o caso no âmbito da discussão apenas verbal entre MS e CS, escudarem-se do problema levantado alegando que o mesmo não tem relevância semântica (estratégia minimalista) ou alegando que determinada noção de Semântica é excessivamente restritiva (estratégia contextualista). De facto os desafios lançados por minimalistas a contextualistas e por contextualistas a minimalistas não forçam uma resposta substantiva aos mesmos, apenas forçam uma rejeição de princípio da pertinência dos desafios lançados. Ora, a reabilitação da discussão faz com que esses eventuais desafios lançados pelo RS a MS e a CS, e vice-versa, necessitem de uma resposta empírica, substantiva que, possivelmente, passe pela inclusão pontual de elementos da teoria concorrente na explicação de algum fenómeno. Creio, por exemplo, que o MS poderá adoptar alguns elementos relativistas de modo a fortalecer a sua posição<sup>123</sup>. Algo de idêntico poder-se-á passar com o Contextualismo Semântico, poderá adoptar alguns processos relativistas localizados na explicação de

---

<sup>123</sup> É de certo modo essa a proposta de Macfarlane. Cf. Macfarlane (2007a).

alguns fenómenos linguísticos, sem que isso implique a adesão à TI ou sem que isso implique a descaracterização da teoria.

Por fim, espero que tenha ao longo da dissertação apresentado razões suficientemente fortes para que se aceite (primeiro) que a disputa entre MS e CS acerca do que determina o conteúdo vero-condicional de asserções é verbal e que (segundo) o RS é uma teoria alternativa viável e coerente que permite discutir de forma substantiva e diferenciada acerca do problema mencionado com MS e com CS.

Com a aceitação de (primeiro) e de (segundo), quiçá, lançar os fundamentos para a criação de uma nova dinâmica na investigação acerca do modo como é determinado o *conteúdo semântico* de uma asserção e acerca do modo como é determinado *o que é dito* com uma asserção.

## Referências Bibliográficas

AUSTIN, J. L. (1961). Performative utterances, in *The philosophy of language*, Org. A. P. Martinich & David Sosa, Oxford University Press, New York, 2013, pp. 291 - 300.

BACH, K. (2006). Speech acts and Pragmatics, in *The Blackwell guide to the philosophy of language*, 2006, Chapter 8, pp. 147 - 198.

BACH, K. (1994a). Conversational implicature, in *The philosophy of language*, Org. A. P. Martinich & David Sosa, Oxford University Press, New York, 2013, pp. 323 - 346.

BACH, K. (1994b). Semantic slack: what is said and more. In S. Tsohatzidis (ed.) *Foundations of Speech act theory*, London, Routledge, pp. 267-291.

BACH, K. (1987). *Thought and Reference*, Clarendon Press, Oxford.

BORG, E. (2007). Minimalism versus Contextualism in Semantics. In Preyer, G. & Peter, G. (org.) *Context-sensitivity and semantic minimalism – new essays on Semantics and Pragmatics*, Oxford University Press, Oxford, 2007, pp. 339-359.

BORG, E. (2004). *Minimal Semantics*, Oxford University Press, Oxford, 2007.

CAPPELEN H. (2007). Semantics and Pragmatics: some central issues. In Preyer, G. & Peter, G. (org.) *Context-sensitivity and semantic minimalism – new essays on Semantics and Pragmatics*, Oxford University Press, Oxford, 2007, pp. 3-22.

CAPPELEN, H., & LEPORE, E. (2005a). A tall tale: in defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism. In Preyer, G. & Peter, G. (org.) *Contextualism in philosophy – knowledge, meaning and truth*, Clarendon Press, Oxford, 2005, pp. 197-220.

CAPPELEN, H., & LEPORE, E. (2005b). *Insensitive Semantics – a defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism*, Blackwell Publishing.

CARSTON, R. (2012). Word meaning and concept expressed. In *The Linguistic Review* 29, pp. 607-623.

CARSTON, R. (2009). The explicit/implicit distinction in Pragmatics and the limits of explicit communication. In *International Review of Pragmatics* 1, 35-62.

CARSTON, R. (2003). Truth-conditional content and conversational implicature. In *UCL Working Papers in Linguistics* 15, pp. 35-69.

CARSTON, R. (2002). *Thoughts and Utterances – The Pragmatic of Explicit Communication*, Blackwell Publishing.

CARSTON, R. (1999). The Semantic/Pragmatic Distinction: a view from Relevance-Theory. In K. Turner (ed.) *The Semantics/Pragmatics interface from different points of view*, Elsevier, Amsterdam, pp. 85-125.

CARSTON, R. (1988). Implicature, explicature, and truth-theoretic Semantics. In R. M. Kempson (ed.) *Mental representations: the interface between language and reality*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 155-181.

CARSTON, R. & HALL, A. (2011). Implicature and explicature. In H-J. Schmid (ed.), *Cognitive Pragmatics*, De Gruyter Mouton, Berlin, pp. 47-84.

DAVIS, W. A. (1998). *Implicature – Intention, Convention, And Principle in the Failure of Gricean Theory*, Cambridge University Press, Cambridge.

DOERGE, F. C. (2010). The collapse of insensitive semantics, in *Linguistics and Philosophy*, Volume 33, N° 2, 2010, pp. 117 - 140.

FREGE, G. (1892). On sense and reference, in *The philosophy of language*, Org. A. P. Martinich & David Sosa, Oxford University Press, New York, pp. 35-47.

GRICE, P. (1986). *Studies in the way of words*. Harvard University Press, Cambridge Massachusetts.

GRICE, P. (1975). Logic and Conversation, in *The philosophy of language*, Org. A. P. Martinich & David Sosa, Oxford University Press, New York, 2013, pp. 312 - 322.

GRICE, P. (1957). Meaning, in *The philosophy of language*, Org. A. P. Martinich & David Sosa, Oxford University Press, New York, 2013, pp. 285 - 290.

GRICE, P. & STRAWSON, P. (1956). In Defense of a Dogma, in *The philosophy of language*, Org. A. P. Martinich & David Sosa, Oxford University Press, New York, 2013, pp. 469 – 478.

KAPLAN D. (1977). Demonstratives: an essay on semantics, logic, metaphysics and epistemology of demonstratives and other indexicals, in *The philosophy of language*, Org. A. P. Martinich & David Sosa, Oxford University Press, New York, 2013, pp. 502 - 534.

KING, J. & STANLEY, J. (2005). Semantics, Pragmatics and the role of semantic content. In *Language in context: selected Essays*, Clarendon Press, Oxford, 2007, pp. 133-181.

MACFARLANE, J. (2014). *Assessment sensitivity: relative truth and its applications*, Clarendon Press, Oxford, 2014.

MACFARLANE, J. (2011). Relativism, in *The Routledge Companion to the Philosophy of Language*, ed. Delia Graff Fara and Gillian Russell, Routledge, New York, 2012, pp. 132-142.

MACFARLANE, J. (2009a). What is assertion, in *Assertion*, ed. Jessica Brown and Herman Cappelen, Oxford University Press Oxford, 2011, 79-96.

MACFARLANE, J. (2009b). Relativism and knowledge attributions, in *Routledge Companion to Epistemology*, ed. Sven Bernecker and Duncan Pritchard, Routledge, London, 2011, 536-544.

MACFARLANE, J. (2007a). Nonindexical Contextualism, in *Synthese* 166, 2009, pp. 231-250.

MACFARLANE, J. (2007b). Truth in the garden of forking paths, in *Relative truth*, ed. Max Kölbel and Manuel García-Carpintero, Oxford University Press, Oxford, 2008, pp. 81-102.

MACFARLANE, J. (2007c). Semantic Minimalism and Nonindexical Contextualism, in *Context-sensitivity and Semantic Minimalism: new essays on Semantics and Pragmatics*, ed. G. Preyer and G. Peter, Oxford University Press, Oxford, 2007, pp. 240-50.

MACFARLANE, J. (2006b). Relativism and disagreement, in *Philosophical Studies* 132, 2007, 17-31.

MACFARLANE, J. (2005). Making sense of relative truth, in *Meeting of Aristotelian Society*, University of London, 2005.

MACFARLANE, J. (2002). Future contingents and relative truth, in *The Philosophical Quarterly* Vol. 53, nº 213, Julho 2013.

NICOLLE, S. & CLARK, W. (1999). Experimental pragmatics and what is said: a response to Gibbs and Moise. In *Cognition* Vol. 69, pp. 337-354.

PAPAFRAGOU, A. (2000). Modality: issues in the semantics-pragmatics interface, in *Current research on Semantics/Pragmatics interface*, vol. 6, Elsevier, Amesterdão.

PAGIN, P. (2005). Compositionality and context. In Preyer, G. & Peter, G. (org.) *Contextualism in philosophy: knowledge, meaning, and truth*, Oxford University Press, Oxford, 2005, pp. 303-348.

PAGIN, P. & PELLETIER, F. J. (2006). Content, context and compositionality. In Preyer, G. & Peter, G. (org.) *Context-sensitivity and semantic minimalism – new essays on Semantics and Pragmatics*, Oxford University Press, Oxford, 2007, pp. 25-62.

PERRY, J. (1986). Thought without representation, in *The problem of essential indexical and other essays*, Oxford University Press, New York, 1993, pp. 206-225.

RECANATI, F. (2011). *Truth-conditional pragmatics*, Cambridge University Press, Cambridge.

RECANATI, F. (2007). *Perspectival thought: a plea for (moderate) Relativism*, Oxford University Press, Oxford.

RECANATI, F. (2005). Literalism and Contextualism: some varieties. In Preyer, G. & Peter, G. (org.) *Contextualism in philosophy – knowledge, meaning and truth*, Clarendon Press, Oxford, 2005, pp. .

RECANATI, F. (2004). *Literal meaning*, Cambridge University Press, Cambridge.

REIMER, M. & BEZUIDENHOUT, A. (2004). *Descriptions and beyond*, Clarendon Press, Oxford.

SALMON, N. (2004). Two conceptions of Semantics. In *Content, cognition and communication: philosophical papers II*, Clarendon Press, Oxford, 2007, pp. 340 - 349.

SALMON, N. (1997). The Pragmatic fallacy. In *Content, cognition and communication: philosophical papers II*, Clarendon Press, Oxford, 2007, pp. 298 - 308.

SEARLE, J. R. (1983). *Intentionality – An Essay in the Philosophy of Mind*, Cambridge University Press, Cambridge.

SEARLE, J. R. (1978). Literal Meaning, in *Expression and meaning – studies in the Theory of Speech Acts*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 117 - 136, 2005.

SEARLE, J. R. (1969). *Speech Acts – An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge University Press, Cambridge, 2011.

SPERBER, D., WILSON, D. (1996). *Relevance: communication and cognition*, Blackwell, Oxford.

STALNAKER, R. (2002). *Common Ground*, in *Linguistics and Philosophy* 25, pp. 701-721.

STALNAKER, R. (1999). *Context and content - essays on intentionality speech and thought*, Oxford University Press, Oxford, pp. 1 - 114.

STALNAKER, R. (1978). Assertion, in *The philosophy of language*, Org. A. P. Martinich & David Sosa, Oxford University Press, New York, 2013, pp. 490 - 501.

STANLEY, J. (2007). *Language in context: selected essays – Introduction*, Clarendon Press, Oxford, 2007, pp. 1-29.

STANLEY, J. (2005a). Semantics in context. In *Language in context: selected essays*, Clarendon Press, Oxford, 2007, pp. 201-230.

STANLEY, J. (2005b). Review of François Recanati's *Literal Meaning*. In *Language in context: selected essays*, Clarendon Press, Oxford, 2007, pp. 231-247.

STANLEY, J. (2002a). Making it articulated. In *Language in context: selected essays*, Clarendon Press, Oxford, 2007, pp. 182-200.

STANLEY, J. (2002b). Nominal restriction. In *Language in context: selected essays*, Clarendon Press, Oxford, 2007, pp. 111-132.

STANLEY, J. (2000). Context and logical form. In *Language in context: selected essays*, Clarendon Press, Oxford, 2007, pp. 30-68.

STANLEY, J. & SZABO, Z. G. (2000). On quantifier domain restriction. In *Language in context: selected essays*, Clarendon Press, Oxford, 2007, pp. 69-110.

STRAWSON, P. (1950). On Referring, in *The philosophy of language*, Org. A. P. Martinich & David Sosa, Oxford University Press, New York, 2013, pp. 121 - 135.

TAYLOR, K. (2007). A little sensitivity goes a long way. In Preyer, G. & Peter, G. (org.) *Context-sensitivity and semantic minimalism – new essays on Semantics and Pragmatics*, Oxford University Press, Oxford, 2007, pp. 63-93.

TRAVIS, C. (2006). Insensitive Semantics. In *Occasion-sensitivity: selected essays*, Oxford University Press, Oxford, 2008, pp. 150-160.

TRAVIS, C. (2001). *The uses of sense: Wittgenstein's philosophy of language*, Clarendon Press, Oxford.

TRAVIS, C. (2000). *Unshadowed thought: representation in thought and language*, Harvard University Press, Cambridge.

TRAVIS, C. (1997). Pragmatics. In *Occasion-sensitivity: selected essays*, Oxford University Press, Oxford, 2008, pp. 109-129.

TRAVIS, C. (1996). Meaning's Role in Truth. In *Occasion-sensitivity: selected essays*, Oxford University Press, Oxford, 2008, pp. 94-108.

TRAVIS, C. (1994). On Being Truth-Valued. In S. L. Tsohatzidis (ed.), *Foundations of Speech Act Theory*, Routledge, London, pp. 167–86.

TRAVIS, C. (1985). On What is Strictly Speaking True. In *Occasion-sensitivity: selected essays*, Oxford University Press, Oxford, 2008, pp. 19-64.

WITTGENSTEIN, L. (1953). *Philosophical investigations*. Philosophische untersuchungen, trad. G. M. Anscombe, P. S. Hacker & J. Shulte, Wiley-Blackwell, 2009.